

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
ENSINO EM SAÚDE  
MESTRADO PROFISSIONAL

**Elisângela Romero Bruno**

**A CONCILIAÇÃO DOS PAPÉIS DE PROFISSIONAL E MÃE PRIMÍPARA:  
CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO PARA SERVIDORAS DE  
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**

**Dourados/MS**

**2017**

**Elisângela Romero Bruno**

**A CONCILIAÇÃO DOS PAPÉIS DE PROFISSIONAL E MÃE PRIMÍPARA:  
CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO PARA SERVIDORAS DE  
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**

Dissertação do curso de Mestrado Profissional apresentado ao Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Dourados, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Ensino em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Dias Renovato

Coorientadora: Profa. Dra. Fabiane Melo Heinen Ganassin

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Saúde.

**Dourados/MS**

**2017**

B922c Bruno, Elisângela Romero

A conciliação dos papéis de profissional e mãe primípara:  
criação de um ambiente virtual educativo para servidoras de uma  
universidade federal/ Elisângela Romero Bruno. – Dourados,  
MS: UEMS, 2017.

105f. : il.

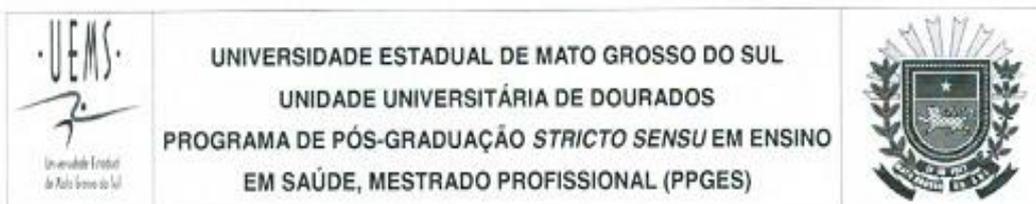
Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino em Saúde –  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Dias Renovato.

Coorientadora: Profa. Dra. Fabiane Melo H. Ganassin.

1. Mulheres 2. Auxílio-maternidade 3. Relações familiares I.  
Título

CDD 23.ed. - 331.44



*ELISÂNGELA ROMERO BRUNO*

*A CONCILIAÇÃO DOS PAPÉIS DE PROFISSIONAL E MÃE PRIMÍPARA: CRIAÇÃO  
DE UM AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO PARA SERVIDORAS DE UMA  
UNIVERSIDADE FEDERAL*

Produto Final do Curso de Mestrado Profissional apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Saúde, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Ensino em Saúde.

**Aprovada em: 20/10/2017**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Rogério Dias Renovato (orientador/presidente) - UEMS

Prof. Dra. Fabiane Melo Heinen Ganassin (coorientadora) – UEMS

Prof. Dra. Gláucia Gabriel Sass (examinadora titular) – UEMS

Prof. Dra. Tatiane Carvalho Castro Marin (examinadora titular externa) – UFGD

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu amado Raul. Me fez mãe e com ele aprendo a ser mãe todos os dias. É por ele que meus sonhos e minhas lutas valem a pena.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus que alimenta a espiritualidade que me faz tão bem.

Em especial ao meu esposo Gilson, companheiro de tantos anos e a quem devo a chegada até aqui. Se fez presente nas minhas ausências, foi pai e mãe do pequeno Raul quando precisei. Sempre acreditou em mim e quando eu esmorecia estava lá me mostrando que tudo daria certo. Obrigada por existir na minha vida e caminhar essa caminhada de mãos dadas comigo. Tudo isso só foi possível porque você esteve comigo.

Ao meu pequeno e amado Raul. Razão do tema desta pesquisa e àquele que ilumina os meus dias, até os mais difíceis. Teve que conviver com minhas ausências durante esse período, mas certamente um dia compreenderá a importância desse percurso para mim.

Aos meus pais, Antonio e Ramona, pela presença constante e por tudo que fizeram e fazem por mim. Qualquer caminho seria muito mais difícil se eu não tivesse vocês.

Aos meus irmãos Camila, Tiago e Eliege por serem tão parceiros e sempre dispostos a ajudar.

As minhas queridas sobrinhas Rafaela e Julia, preciosidades da minha vida.

À minha cunhada Fernanda que me ouviu tantas vezes falando deste estudo e escutou atentamente dando-me enorme atenção. Obrigada pelo carinho e gentileza de sempre, você não existe.

À professora Ednéia com que tive o imenso prazer de compartilhar essa jornada e que foi sempre tão compreensiva e gentil. Obrigada pelas orientações e pela paciência.

À professora Fabiane Ganassin pela colaboração e auxílio ao longo de todo mestrado.

Ao professor Rogério por ter me estendido a mão nos momentos difíceis e de “desespero”, mas mais do que isso por ter sido tão importante nessa caminhada. O aprendizado foi ímpar, assim como suas contribuições. Desde a banca nunca escondi a “marxista” que vive em mim e nesse magnífico programa me senti sempre respeitada e acolhida. Eu procuro acreditar que a vida não erra, ela tem lá seus propósitos...

Ao meu colega de mestrado Fernando Dib, ser humano abençoado que nos momentos finais desse percurso me estendeu a mão ajudando no produto final. Eu não tenho palavras para lhe agradecer e saiba que é por gestos como o seu que eu sigo na busca por ser uma pessoa melhor. A vida tem me mostrado com pessoas como você que enquanto ser humano eu tenho um longo caminho a avançar. Meus sinceros e eterno agradecimento!!!

A minha amiga Francina com quem divido o cotidiano do trabalho e que por isso ele se torna mais leve. Obrigada por estar sempre pronta a debater comigo os conhecimentos que adquiri neste percurso, suas contribuições oportunas e fundamentadas foram essenciais.

Aos meus colegas da Divisão de Saúde/UFGD pela parceria de sempre, por darem conta de tudo nas minhas ausências e por me ouvirem falar sobre este trabalho e também me ajudarem quando preciso. Em especial ao Edson, nosso “expert da informática”, pela disponibilidade de sempre e pelo auxílio precioso.

A todos os meus colegas da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD pelos auxílios dados para esta pesquisa, pela compreensão, carinho e gentileza de cada um com quem divido o dia-a-dia do trabalho. A vida tem lá seus propósitos, por algum motivo nos uniu e juntos temos nos tornado mais fortes, capacitados, qualificados e empoderados.

Aos meus chefes, Tati e Caio, sempre estimuladores da capacitação e qualificação da equipe. O estímulo e compreensão de vocês foi fundamental.

A todos os colegas do mestrado com que tive o imenso prazer de conviver. Cada um, com toda certeza, me ensinou alguma coisa. Conviver entre diferentes foi muito bom, experiência inigualável. Em especial à minha amiga Roberta que tive o prazer de conhecer nessa caminhada e estreitar laços; e ao meu amigo Renato, sujeito gente boa, batalhador e por sorte com uma visão de mundo parecida com a minha.

As servidoras técnico-administrativas mães primíparas que participaram da pesquisa, meu profundo agradecimento.

E a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste estudo.

## EPÍGRAFE

*“O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina.”*

(Elisabeth Badinter – Um amor conquistado: o mito do amor materno, 1985)

BRUNO, E. R. **A conciliação dos papéis de profissional e mãe primípara: criação de um ambiente virtual educativo para servidoras de uma universidade federal.** 105 fls. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

## RESUMO

As servidoras públicas federais em virtude do nascimento de filho (a) têm direito à licença à gestante que lhes garante o afastamento remunerado do trabalho pelo período de 180 dias. Durante este período de licença a gestante a servidora afasta-se das atividades laborais para se dedicar integralmente a maternidade, e após este período, quando ocorre o retorno ao trabalho, tal situação é modificada e a servidora além de mãe reassume sua posição de profissional retornando a atividade laboral. O equilíbrio entre vida profissional e maternidade pode não ser algo tão simples como a princípio parece, pois a conciliação destes papéis quase sempre acarreta algum tipo de perda e pode então ser uma tarefa desafiadora. Partindo desse pressuposto, consideramos relevante pensar sobre esse dilema vivenciado pelas mulheres trabalhadoras que se tornam mães como uma forma de atenção e promoção à saúde destas. Assim, este estudo tem como objetivo criar um Ambiente Virtual Educativo (AVE) para informação, apoio e troca de experiências entre servidoras mães primíparas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) visando facilitar a conciliação desses papéis. O AVE é uma tecnologia educacional em saúde e foi desenvolvido seguindo as etapas: 1) pesquisa de campo; 2) análise e discussão teórica dos dados; 3) identificação das informações relevantes; 4) interface gráfica; e 5) modelagem e programação. A pesquisa de campo foi um estudo de abordagem qualitativa e exploratória utilizando o estudo de caso, realizada para identificar as representações, necessidades e interesses do público-alvo; a análise e a discussão teórica dos dados coletados foram realizadas por meio da análise de conteúdo a partir de Bardin e como principais referenciais teóricos autores marxistas. As etapas 3, 4 e 5 referem-se à construção do ambiente virtual propriamente dito, e se deu a partir dos dados obtidos nas etapas 1 e 2. A construção do AVE pautou-se em uma concepção teórico-pedagógica construtivista convergente com uma visão progressista de educação em saúde. Enquanto tecnologia produzida para a prática educativa em saúde, o ambiente virtual como um todo busca promover a saúde das mulheres servidoras e mães.

**Palavras-chave:** Mulheres. Auxílio-Maternidade. Relações Familiares. Retorno ao Trabalho. Internet.

**BRUNO, E. R. The conciliation of the roles of the professional and primiparous mother: creation of a an educational virtual environment for the workers from a Federal University.** 105 fls. Dissertation (Professional Masters) - Post-Graduate Course in Health Education, State University of Mato Grosso do Sul, 2017.

### **ABSTRACT**

The federal public workers, due to the birthday of their kids, are allowed to take maternity leave, which ensures them to be paid along a period of 180 days. During this maternity leave period the pregnant woman interrupts their labor activity for dedicating them totally to the maternity. After this, when they are back to their work this situation is changed once they are now a mother and have to reassume their professional position. The balance between a professional life and maternity may not be something simple, as it seems at the beginning, and the conciliation of these both roles almost always bring some kind of loss and may be then a challenging task. Starting from this assumption, we consider relevant thinking about this dilemma experienced by those working women, who are now mothers, as a way of warning and promoting health to them. Therefore, this study aims to develop a Educational Virtual Environment (EVE) for giving information, support and exchange experiences among primipara co-workers at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) aiming to help the reconciliation of these papers. EVE is an educational technology in health and it was developed by following these steps: 1) field research; 2) analysis and data theoretical discussion; 3) identification of relevant information; 4) graphic interface; 5) modeling and programming. Field research was a study of an exploring and qualitative approach by using a case study done to identify the representations, needs and concerns of the target public: the analysis and the theoretical discussion of the collected data were done by content analysis according to Bardin and some main theoretical references from Marxist authors. Steps 3, 4 and 5 are regarding to the construction of the virtual environment, and it was done by taking the data from steps 1 and 2. EVE construction was based on a constructivist pedagogical theoretical conception that converges a progressist view of education in health. As a technology elaborated for the educational practice in health, the virtual environment seeks to encourage the health of the women workers and mothers.

**Key-words:** Women. Maternity Allocation. Family Relations. Return to Work. Internet.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AVA Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVAs Ambientes Virtuais de Aprendizagem

AVE Ambiente Virtual Educativo

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

OIT Organização Internacional do Trabalho

PASS Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal

PES Práticas Educativas em Saúde

SIASS Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal

SIPEC Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

TIC Tecnologias da Informação e Comunicação

UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Etapas do desenvolvimento do estudo .....	17
<b>Quadro 1</b> - Perfil das servidoras entrevistadas .....	44
<b>Quadro 2</b> - Situação ocupacional das servidoras.....	44
<b>Figura 2-</b> Etapas do desenvolvimento do Ambiente Virtual Educativo .....	63
<b>Figura 3-</b> Tela inicial do Ambiente Virtual Educativo .....	66
<b>Figura 4-</b> Menu "Maternidade e Carreira Profissional" .....	67
<b>Figura 5</b> - Menu "Informações" .....	68
<b>Figura 6</b> - Menu "Benefícios" com os submenus .....	69
<b>Figura 7</b> - Menu " Experiências" .....	72
<b>Figura 8</b> - Menu " Converse" .....	72
<b>Figura 9</b> - Menu " Fale Conosco" .....	73

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO GERAL .....</b>	<b>14</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>19</b>
2.1 Mulher, Maternidade e Carreira Profissional .....	19
2.2 Servidoras Públicas Federais: A Carreira Técnico-Administrativa, Licença Maternidade e Retorno ao Trabalho .....	22
2.3 Educação em Saúde/Práticas educativas em saúde .....	24
2.4 Tecnologias educacionais em saúde .....	28
2.5 As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Processo Educativo .....	30
2.6 Ambiente Virtual Educativo (AVE) .....	31
2.7 Construtivismo .....	33
<b>3 ARTIGO 1.....</b>	<b>35</b>
<b>4 ARTIGO 2.....</b>	<b>56</b>
<b>CONCLUSÃO GERAL .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE A – TELAS DO AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO EM SAÚDE PARA SERVIDORAS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL.....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO OCUPACIONAL .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA.....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UEMS (CEP).....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO B - INSTRUÇÕES PARA AUTORES DA REVISTA TRABALHO &amp; EDUCAÇÃO UFMG.....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO GERAL

A maternidade é geradora de mudanças na vida da mulher trazendo implicações distintas para cada uma as quais vão se adaptando e administrando a seu modo com o decorrer do tempo. Para Beltrame (2012) a maternidade tem relação com o contexto sócio-histórico e por isso não existe um padrão e uma linearidade no que irá acontecer na vida da mulher, pois a história de cada uma está cruzada com as questões de gênero, personalidade/psicológicas, sociais e história individual.

As servidoras públicas federais em virtude do nascimento de filho (a) têm direito à licença à gestante que lhes garante o afastamento remunerado do trabalho pelo período de 180 dias. Durante este período de licença a gestante servidora afasta-se das atividades laborais para se dedicar integralmente a maternidade, ao bebê, e após este período, quando ocorre o retorno ao trabalho, tal situação é modificada e a servidora além de mãe reassume sua posição de profissional retomando sua rotina laboral, o que pode trazer implicações e conflitos distintos para cada mulher.

Equilibrar vida profissional e maternidade não é uma tarefa tão simples como, às vezes, parece. Conciliar estas escolhas quase sempre acarreta algum tipo de perda. Quando a mulher mãe está prestes a voltar ao trabalho, após licença a gestante, ou quando acabou de retomar esta rotina, dúvidas como: se fez a escolha certa ao voltar ao trabalho, ou ainda se deve manter o mesmo ritmo de antes do filho (a) nascer são muito comuns.

Desta maneira torna-se relevante pensar sobre essas questões que estão postas às mulheres trabalhadoras que se tornam mães como uma forma de atenção à saúde destas, uma vez que a conciliação dos papéis de profissional e mãe pode ser uma tarefa desafiadora e geradora de perdas que demanda um bem-estar tanto físico, quanto psíquico e social destas mulheres.

A necessidade de responder por ações em saúde no serviço público federal fez com que o governo, por meio de seus Ministérios e órgãos que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), elaborasse a partir de dezembro de 2007 a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS. Tal política está sendo implantada, a partir de diversas ações estratégicas como a criação enquanto sistema estruturante do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), para a organização da política e através da publicação de diversos dispositivos legais que estabelecem diretrizes centrais de natureza normatizadora para consecução da política (BRASIL, 2017).

A Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) é sustentada a partir de três eixos: perícia em saúde, vigilância e promoção à saúde e assistência à saúde do servidor. A política está fundamentada na abordagem biopsicossocial, em informação epidemiológica, na interrelação dos eixos, no trabalho em equipe multidisciplinar, no conhecimento transdisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho em que se considerem os ambientes e as relações de trabalho (BRASIL, 2017).

O serviço de atenção à saúde e assistência ao servidor da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é o setor responsável por executar a PASS na instituição. Para tanto têm uma equipe composta pelos seguintes profissionais: assistentes sociais, psicólogas, médica do trabalho, técnicos em segurança do trabalho e engenheiro de segurança do trabalho.

O trabalho destes profissionais busca atender os eixos da política, sendo a demanda corriqueira majoritária relacionada à perícia em saúde para concessão dos afastamentos legais a que os servidores têm direito, dentre eles a licença à gestante; e as ações de prevenção e promoção à saúde dos servidores nos aspectos físico, psíquico e social. O papel da equipe multiprofissional de saúde é desenvolver de forma abrangente e integrada ações que articulem a assistência, a prevenção aos agravos e a promoção à saúde dos servidores conforme preconiza a PASS.

As questões que se apresentam no retorno ao trabalho, após licença à gestante, corriqueiramente postas ao serviço de atenção à saúde e assistência ao servidor da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD, referem-se à conciliação dos papéis de profissional e mãe, especialmente, quando as servidoras são mães primíparas. Nesse processo de retorno ao trabalho as servidoras se veem diante de uma nova dinâmica de vida, onde tem que retornar a atividade laboral com as obrigações e responsabilidades que a função profissional requer, e ainda precisam lidar com as novas situações cotidianas da vida familiar com a prestação de cuidados ao filho (a) pequeno (a).

Então, um espaço para ter informações e que sirva de fonte de apoio que possibilite a servidora refletir sobre a maternidade, sobre questões acerca do ser mãe e profissional, sobre a conciliação destes papéis, assim como para interagir e trocar experiências com outras mães servidoras, pode servir como um facilitador para esse processo de retorno.

Em virtude disso justifica-se este estudo que buscou conhecer como se deu o retorno ao trabalho, após licença à gestante, para servidoras técnico-administrativas da UFGD e a partir destes dados foi elaborada uma tecnologia educacional em saúde como recurso para realização da prática educativa em saúde.

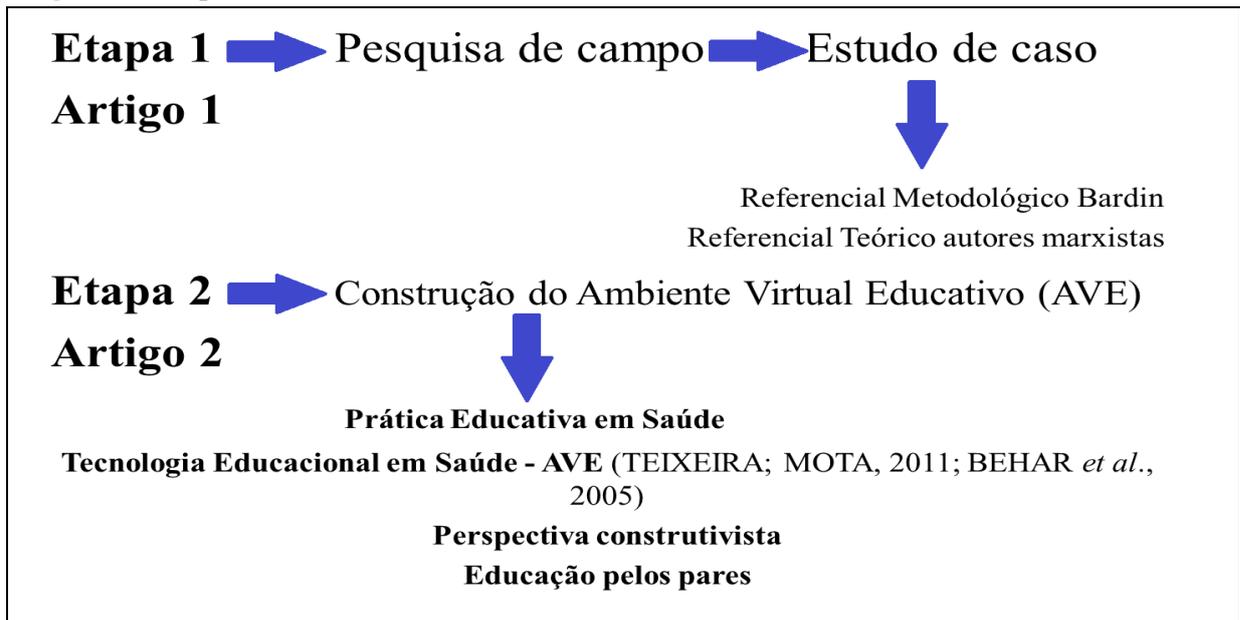
Lembrando Freire (1986) esta tecnologia educacional pauta-se no formato de ação educativa dialógica, onde as servidoras técnico-administrativas que passaram pelo momento de retornar ao trabalho após licença à gestante descreveram suas experiências diárias vivenciadas sobre a situação e a partir disso é que foi elaborada a tecnologia educativa, com elementos trazidos pelas próprias servidoras. Esta ferramenta também oportunizará um espaço para o diálogo entre as mulheres servidoras mães, podendo ser sempre reconstruída a partir das necessidades e sugestões destas.

Tomando como base a perspectiva da educação popular em saúde foi que propusemos o diálogo com as mulheres servidoras mães para construir algo da base, ou seja, buscando o conhecimento das envolvidas nesse processo, neste caso as mulheres servidoras mães primíparas da UFGD no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante (BRASIL, 2007a; BRASIL, 2012).

O objetivo geral deste estudo é a criação de uma tecnologia educacional em saúde, denominada ambiente virtual educativo, para servir como espaço para informação, interação e que fomente a troca de experiências entre as mães servidoras convertendo-se numa fonte de apoio a estas mulheres, facilitando a conciliação dos papéis de profissional e mãe, quando retornam ao trabalho após licença à gestante. Esta proposta de intervenção tem o intuito de prevenir e promover a saúde destas mulheres.

Com a finalidade de alcançar o objetivo geral foram estabelecidos como objetivos específicos: 1. Conhecer o papel de mãe da servidora no contexto familiar, carga a ela atribuída e suas implicações no papel profissional; 2. Identificar as influências da maternidade no cotidiano profissional da servidora; 3. Identificar as influências do papel profissional da servidora no cotidiano da maternidade; 4. Identificar as redes de apoio das servidoras no cuidado ao seu filho; 5. Verificar a importância da maternidade e da carreira profissional para essa servidora; 6. Identificar as soluções encontradas pelas servidoras para conciliação dos papéis de mãe e profissional.

Para tanto, este estudo contou com dois momentos metodológicos distintos, mas interligados entre si no intuito de se atingir o objetivo geral, os quais são apresentados nos dois artigos que compõe essa dissertação. O artigo 1 traz o primeiro momento metodológico referente a pesquisa de campo e análise e discussão teórica de seus resultados; e o artigo 2 traz o segundo momento metodológico relacionado especificamente a construção do ambiente virtual educativo. A figura abaixo ilustra o exposto:

**Figura 1-** Etapas do desenvolvimento do estudo

Fonte: Própria autora, 2017.

Os dois artigos elaborados serão submetidos em revistas científicas escolhidas por se relacionarem com as temáticas e pela classificação que possuem para área de ensino (Qualis A ou B). As normas da revista já selecionada para submissão do artigo 1 está presente no anexo B.

O Capítulo 2 deste estudo traz a revisão de literatura com os temas concernentes à pesquisa, a saber: Mulher, Maternidade e Carreira Profissional; Servidoras Públicas Federais: A Carreira Técnico-Administrativa, Licença Maternidade e Retorno ao Trabalho; Educação em Saúde/Práticas Educativas em Saúde; Tecnologias Educacionais em Saúde; As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Processo Educativo; Ambiente Virtual Educativo (AVE); e Construtivismo.

No Capítulo 3 encontra-se o Artigo 1 que apresenta um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória tendo como estratégia o estudo de caso, e como amostra quatro servidoras mães primíparas que haviam retornado ao trabalho após a licença à gestante por período não superior a seis meses.

Os dados apresentados neste artigo buscaram atender aos objetivos específicos deste trabalho e foram coletados a partir de um questionário sócio demográfico ocupacional para traçar o perfil das servidoras entrevistadas e da entrevista semiestruturada direcionada pelas questões norteadoras: 1. Como está sendo conciliar os papéis de profissional e mãe neste período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante e quais as estratégias adota para esta conciliação? 2. No que a maternidade influencia no seu cotidiano profissional e no que

seu cotidiano profissional influencia na maternidade? 3. Qual a importância da carreira profissional e da maternidade em sua vida? e 4. Quais as redes de apoio utiliza para o cuidado a seu filho enquanto trabalha? Quando está em casa cuida do filho sozinha ou tem apoio de terceiros?

O capítulo 4 apresenta o Artigo 2 que relata a formulação da tecnologia educacional em saúde denominada AVE, enquanto recurso a ser utilizado para realização de prática educativa em saúde com as servidoras que retornam ao trabalho após licença à gestante na UFGD. Os dados apresentados no Artigo 1 e a pesquisa de campo nele explicitada forneceram os subsídios para elaboração do ambiente virtual educativo que foi desenvolvido seguindo as etapas: pesquisa de campo, análise e discussão teórica dos dados, identificação das informações relevantes, interface gráfica e modelagem e programação do ambiente virtual. Neste artigo está elucidado o desenvolvimento de todo ambiente virtual educativo e como se chegou a cada conteúdo e recurso nele contemplado.

As telas do Ambiente Virtual Educativo, tecnologia educacional em saúde elaborada a partir da perspectiva das mulheres servidoras mães primíparas da UFGD, estão expostas no Apêndice A. Almeja-se que este ambiente virtual seja uma fonte de informação e troca de experiências entre as servidoras mães visando facilitar a conciliação dos papéis de profissional e mãe, convertendo-se desta forma numa fonte de apoio a essas mulheres, em especial no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante. Será um recurso para prática educativa em saúde que pretende promover uma melhoria na saúde psíquica e social das servidoras mães da universidade.

O ambiente virtual como um todo, na reunião de todos os seus conteúdos, informações e recursos contemplados em cada um de seus menus, busca permitir o encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas com a finalidade de promover reflexão crítica, permitindo assim uma prática educativa comprometida com a promoção da saúde.

Desse modo, espera-se que o ambiente virtual educativo proposto colabore para melhorar o momento de retorno ao trabalho após licença gestante para as servidoras da UFGD auxiliando-as na conciliação dos papéis de profissional e mãe.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Mulher, Maternidade e Carreira Profissional

Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foram se modificando ao longo da história e a mulher foi assumindo uma série de papéis que anteriormente eram prioritárias dos homens.

Pode-se dizer que as mulheres foram sempre consideradas o centro da família em virtude dos papéis exercidos como mãe e esposa. Eram vistas como cuidadoras primeiro dos homens, depois das crianças e por fim dos idosos, exercendo os papéis de esposa, mãe e filha. (CARTER; MCGOLDRICK, 2008; LOPES *et al.*, 2014).

No século XIX e início do século XX a divisão de papéis entre homens e mulheres era bastante evidente, sendo o homem o provedor do lar e a mulher a cuidadora doméstica, reclusa às atividades desenvolvidas unicamente dentro de casa (FLECK; WAGNER, 2003). As funções femininas na família tradicional burguesa estiveram sempre associadas às noções de determinismo biológico e social, sendo as mulheres as que assumiam as funções no lar (BADINTER, 1985).

A obra de Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, chamada “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, questionou a função da maternidade no contexto do pós-guerra, momento este em que ocorrera a defesa conservadora da família, da moral e dos bons costumes. Esta obra tratava da liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, trazendo à tona elementos necessários para a politização das questões privadas. Um dos elementos para esta politização relacionava-se à maternidade, a qual negava o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães (SCAVONE, 2001).

Assim, a maternidade começava a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, sendo esta a principal causa da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino (SCAVONE, 2001).

No âmbito sociocultural a questão da maternidade se modificou ao longo de diferentes momentos históricos e contextos culturais, servindo a interesses sociais mais amplos, como os de ordem econômica, demográfica, política, entre outros (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

O modelo de família de classe média brasileira, com uma divisão de papéis bastante evidente, onde o trabalho remunerado geralmente ficava a cargo do homem e os afazeres da vida familiar, como cuidado da casa e dos filhos, com a mulher deixa de ser algo tão comum

como visto no século XIX e início do século XX. A realidade da família de classe média a partir de então sofreu significativas alterações em relação aos papéis desempenhados pelos seus membros (FLECK; WAGNER, 2003).

Na década de 1980 a atividade produtiva fora de casa tornou-se tão importante para as mulheres quanto à maternidade e o cuidado com os filhos (FABBRO, 2006). A partir disso temos a mulher contemporânea acrescentando novas funções ao seu estilo de vida, ocupando posições no trabalho que outrora só eram ocupadas pelos homens (LOPES *et al*, 2014).

Hoje a mulher está livre para poder escolher, encontra-se inserida no mercado de trabalho e vem conquistando novos papéis e cargos que, anteriormente, seriam impensáveis, como a presidência da república (FIDELLIS; MOSMANN, 2013).

Ao longo dos tempos o trabalho feminino no mundo produtivo tem ampliado e isso faz parte do processo de emancipação das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina (ANTUNES, 2009).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) metade das mulheres brasileiras (50%) é economicamente ativa, com 15 anos ou mais e está inserida no mercado de trabalho ou tentando se inserir. Das mulheres empregadas, 62% trabalham com carteira assinada, 18% são militares ou servidoras públicas estatutárias e 20% trabalham sem carteira assinada.

Todo esse processo de feminização do trabalho acarreta relevantes determinações para a produção e reprodução do capital que explora o trabalho e atividades desenvolvidas pelas mulheres, tanto na esfera pública quanto privada; na esfera privada porque utiliza e responsabiliza a mulher pela reprodução social e na esfera pública pela desvalorização, exploração e desprestígio a mulher ainda presentes no mundo produtivo (CISNE, 2015).

Corroborando com o exposto observa Antunes (2009) que a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa. Deste modo, ela é duplamente explorada pelo capital, pois no espaço público realiza o trabalho remunerado e na vida privada consome horas decisivas no trabalho doméstico, possibilitando assim, ao mesmo capital, a sua reprodução por criar as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.

Gama (2014) coloca que a relação entre a esfera da produção e da reprodução social (trabalho assalariado x família) se encontra em permanente tensão, e devido à lógica de organização social capitalista essa tensão se transforma em conflito. Ela parte da ideia de conflito analisando trabalho assalariado e família sob a ótica da questão de gênero. O conflito deve-se, por exemplo, a mudanças na organização do trabalho e nas famílias como o fato das

mulheres terem ocupado o mercado de trabalho demasiadamente nos últimos tempos, mas na esfera doméstica os homens nem por isso, necessariamente, dividiram igualitariamente as tarefas domésticas com elas.

Ao ingressarem no mercado de trabalho remunerado, as mulheres acabaram acrescentando mais um papel aos demais que já desempenhavam, chegando a realizar, muitas vezes, uma dupla ou tripla jornada de trabalho para atender as diferentes demandas, escolhas e necessidade pessoais e do grupo familiar (SOUSA *et al.*, 2011).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) coloca como necessária a concretização da igualdade de gênero em casa e no trabalho, devendo esta pauta estar no centro das intervenções políticas. A instituição objetiva acentuar o compromisso constitucional dos constituintes da OIT para com a igualdade entre homens e mulheres.

As inúmeras mudanças ocorridas acerca dos papéis sociais, tanto do homem quanto da mulher, e a posição que a mulher ocupa na sociedade atual fez aumentar as possibilidades assim como as exigências em torno da mulher. A igualdade de gênero precisa ser alcançada tanto na esfera pública quanto privada para que homens e mulheres possam satisfatoriamente conciliar vida familiar e carreira profissional.

Todos os avanços e conquistas conseguidos historicamente pelas mulheres fizeram com que se consolidassem no espaço público, mas o acúmulo de responsabilidades familiares é ainda um fator presente na vida de muitas delas. O acúmulo de responsabilidades familiares pode interferir na carreira profissional dessas mulheres e ainda conforme exemplifica Rodrigues *et al.* (2010) as exigências familiares como trabalho doméstico e cuidado com os filhos tende a se elevar quando as crianças são muito pequenas.

Cabe também colocar que para a mulher “A atividade remunerada fora do lar ainda é permeada pela contradição em ter e/ou querer um trabalho fora de casa e os padrões internalizados na qual ela é a responsável pelo lar” (FABBRO, 2006, p. 6). Muitas mulheres mães e trabalhadoras sofrem por deixarem os filhos para trabalhar, e também por serem discriminadas socialmente por isso (FABBRO, 2006).

O estudo de Sousa *et al.* (2011) indica que carreira e filhos são questões centrais para o planejamento feminino. Algumas mulheres preferem ter filhos a trabalhar, outras preferem trabalhar a ter filhos, e outras, ainda, alternam as prioridades ao longo do tempo.

Diante do exposto é possível perceber que a mulher contemporânea tem a possibilidade de desempenhar diversos papéis que lhes são oportunizados, mas para conciliá-los diversos desafios também lhes são impostos.

## **2.2 Servidoras Públicas Federais: A Carreira Técnico-Administrativa, Licença Maternidade e Retorno ao Trabalho**

De acordo com a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu artigo 2º, “servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público”. A mesma lei define no artigo 3º cargo público como “conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor” e estes cargos públicos são criados por lei e devem ser acessíveis a todos os brasileiros, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão (BRASIL, 1990).

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD foi criada em 2005 por meio da Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, através do desmembramento do Campus de Dourados, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS (BRASIL, 2005a).

A UFGD é uma instituição federal de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação que tem por atividade fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão e deste modo integra o Sistema Federal de Ensino. Na universidade os servidores públicos dividem-se em duas carreiras específicas, sendo estas: a carreira de cargos de professor do magistério superior e a carreira de cargos técnico-administrativos em educação, sendo em ambas os servidores submetidos ao regime jurídico da Lei 8.112/90 (BRASIL, 1990).

A lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, coloca como atribuições gerais dos cargos que integram o plano de carreira: I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2005b).

Quando foi criada em 2005 a UFGD contava com um quadro de 66 servidores técnico-administrativos e 99 servidores docentes perfazendo um total de 165 servidores. Atualmente, a universidade conta com um quadro de 932 servidores técnico-administrativos e 581 docentes, totalizando 1.513 servidores. Deste universo de servidores 740 são do sexo

feminino e 773 do sexo masculino, de acordo com dados de maio de 2017 da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da instituição.

Em relação à licença maternidade, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 1919, ano de sua fundação, que seus países membros ofereçam às mulheres trabalhadoras algum tipo de licença maternidade. Deste modo, a maior parte dos países possui dispositivos na legislação trabalhista que visam garantir esse direito às mulheres durante o período de gravidez e após o parto (OIT, 2009).

A proteção à maternidade tem sido uma questão central para a OIT e o objetivo dessa proteção é resguardar a saúde da mãe e de seu filho ou filha, bem como proteger a trabalhadora de qualquer discriminação baseada na sua condição de mãe. O consenso mundial em torno da importância da proteção da maternidade se reflete na existência de disposições sobre o tema nas legislações de praticamente todos os países (OIT, 2009).

No Brasil, o direito da mulher à licença-maternidade foi introduzido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, onde se estabeleceu que a licença gestante fosse de quatro semanas antes e oito semanas depois do parto; que neste período a mulher tinha direito ao salário integral e que, em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher tinha direito a um repouso remunerado de duas semanas, assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento (BRASIL, 1943).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a licença gestante foi ratificada como direito social e passou a ter duração de cento e vinte dias, nos termos do art. 7º, para as seguradas empregadas (urbana e rural), trabalhadora avulsa e empregada doméstica (BRASIL, 1998).

As servidoras públicas federais submetidas ao regime jurídico da Lei 8.112/1990 tem direito a afastamento por 120 dias para licença à gestante e também o direito a prorrogação desta licença, por mais 60 dias, a partir da publicação do Decreto 6.690, de 11 de dezembro de 2008. Deste modo a licença à gestante com a prorrogação tem duração de 180 dias (BRASIL, 1990; 2008).

O manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal aponta que “A licença à gestante destina-se à proteção a gravidez, à recuperação pós-parto, à amamentação e à relação do binômio mãe-filho” (BRASIL, 2017, p. 17).

Assim sendo, o período de licença à gestante é uma garantia trabalhista às servidoras para que possam, sem interferência do trabalho, se dedicar à maternidade e tem a finalidade de promover intensamente à relação mãe-filho.

Deste modo a licença à gestante, que é um direito trabalhista garantido às mulheres trabalhadoras, tem a ver com a vida fora do trabalho, porém com influências diretas neste, seja pela própria licença que afasta a servidora por um período do cotidiano laboral, como pelo seu retorno após esta licença tendo que conciliar carreira profissional e vida familiar com as atribuições que a presença do filho ou filha pequeno (a) requer.

No contexto laboral o indivíduo tem colocada sua dimensão psicossocial e então sua condição social e familiar tem implicações nesse contexto e pode ser determinante para problemas de saúde que acometem os trabalhadores.

Quando se estuda saúde mental no trabalho são inúmeras as facetas que precisam ser consideradas, como as condições e organização do trabalho e a interface trabalho-família (HELOANI, 2011).

A portaria que instituiu os princípios, diretrizes e ações em saúde mental para orientar os órgãos da administração pública federal sobre a saúde mental de seus servidores, no parágrafo único do art. 2º, aponta que na promoção de saúde inclui-se a prevenção a agravos, entendida como ação antecipada que objetiva evitar danos à saúde do servidor (BRASIL, 2010).

Coloca ainda que são necessárias ações que promovam, mantenham e fortaleçam vínculos entre os servidores em sofrimento psíquico, seus familiares, seus representantes, na sua comunidade e no trabalho, tornando-os parceiros no planejamento do tratamento e na constituição de redes de apoio e integração social a todos os envolvidos (BRASIL, 2010).

Prioriza a portaria que instituiu as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, ações coletivas voltadas à educação em saúde, a prevenção dos riscos, agravos e danos à saúde do servidor, ao estímulo aos fatores de proteção da saúde e ao controle de determinadas doenças. Recomenda ainda que as ações priorizem, entre outras, a saúde mental e a saúde da mulher (BRASIL, 2013).

A saúde pensada de forma integral precisa considerar que o indivíduo é um todo, com seus aspectos biopsicossociais, e que assim sendo é preciso um olhar macro para aquilo que os permeia e que conseqüentemente tem influência no seu estado de saúde (BRASIL, 2017).

### **2.3 Educação em Saúde/Práticas educativas em saúde**

Até a década de 1970, no Brasil, a educação em saúde era denominada educação sanitária e basicamente uma iniciativa das elites políticas e econômicas que atendia aos seus

interesses. O foco das ações era a imposição de normas e comportamentos considerados adequados pelas elites (VASCONCELOS, 2004; BRASIL, 2007).

A educação sanitária tinha um papel regulador, normatizador e de controle sobre os corpos com estratégias no poder disciplinar. As práticas eram pautadas no modelo repasse de informação e mudança de comportamento. Partia-se do pressuposto que a faltavam informações e conhecimento a população e os saberes deveriam ser transmitidos por especialistas (BAGNATO *et al*, 2009; BAGNATO; RENOVATO, 2006, 2010, 2011a, 2011b).

A partir da década de 1970 ocorreu no Brasil o movimento denominado Reforma Sanitária. Neste movimento grupo de técnicos e profissionais da saúde começaram a se reunir para discutir os problemas do país. Nascida da sociedade civil e no interior dos movimentos sociais lutava pela ampliação dos direitos de cidadania (WESTPHAL; PELICIONE, 1991).

A proposta de Reforma Sanitária propunha ruptura com o modelo tradicional de educação sanitária, buscando novas práticas de saúde comprometidas com os interesses e necessidades da população. (WESTPHAL; PELICIONE, 1991).

A partir da década de 1980 o termo de educação em saúde passa a ser utilizado em detrimento do que até então era denominado educação sanitária (BAGNATO; RENOVATO, 2012).

Importante situarmos que no período entre 1964 a 1985 o Brasil viveu num período de ditadura. Sendo assim, o movimento de Reforma Sanitária pregava formas de atuação em saúde coerentes com a perspectiva da luta política e ideológica pela redemocratização do país. É possível percebermos que as lutas não eram dissociadas, as perspectivas teóricas das lutas pela redemocratização do país encontravam movimento por uma política de saúde diferente.

Com a redemocratização, em 1985, a política de saúde começou a ser modificada no Brasil. Em março de 1986, em Brasília, aconteceu VIII Conferência Nacional de Saúde que é um importante marco histórico para a área da saúde. Houve nesta conferência a materialização de um momento político que se estava vivenciando e ela demonstra o processo de reformulação da saúde no Brasil. Neste evento foi discutida a necessidade de reestruturar a política de saúde com a criação de um Sistema Único de Saúde (SANTOS, 2013).

Foi nesta conferência que se ampliou o conceito de saúde, definida até então como completo bem estar físico, psíquico e social, passando a ser compreendida como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde.

Resultante das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986).

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira e esta veio com diretrizes da Reforma Sanitária, onde foi reconhecido legalmente o direito a saúde e a participação popular na gestão dos serviços. A política de saúde foi materializada com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS pautado pelos princípios de universalidade, equidade, integralidade e da participação da comunidade através do controle social (SANTOS, 2013).

A perspectiva educativa sistematizada por Paulo Freire, denominada educação popular, alimentou o movimento de Reforma Sanitária. A educação popular passou a ser uma referência para o campo da saúde, uma vez que ofereceu importantes elementos para uma luta histórica no Brasil que aliou profissionais de saúde e movimentos sociais que buscavam uma política de saúde enquanto direito social (BRASIL, 2012).

A educação popular em saúde se apresenta com um contraponto as práticas autoritárias da educação em saúde, sendo uma prática educativa a favor da autonomia e do poder de luta do povo, contra todas as formas de injustiça e desigualdade (BRASIL, 2012; LEAL; STHAL, 2015).

A educação popular propõe o diálogo e a recusa da visão fatalista e determinista da realidade (FREIRE, 1997). Para educação popular em saúde é preciso construir da base, a partir do contexto concreto, daquilo que é vivido pela população. Não existe uma receita pronta, se constrói com o outro, educando e sendo educado, e as soluções devem ser sempre democráticas (BRASIL 2012).

Com esse novo modelo de atenção em saúde voltado para a prevenção e a integralidade no atendimento, a educação popular em saúde passou a ser difundida por estar em consonância com o conceito de ampliado de saúde e com a lógica do SUS (MACIEL, 2009).

Deste modo, a educação em saúde passou a ser considerada importante estratégia de transformação social, devendo ser assumida pelas equipes de saúde e aliada às lutas sociais. E educação em saúde passou a focar o desenvolvimento da consciência crítica voltada à transformação social (ALVES; AERTS, 2011).

A educação em saúde começou a pautar-se na participação social, uma vez entendido que somente essas práticas tem efetivo espaço entre os sujeitos sociais (BRASIL, 2007a).

As ações de educação em saúde passam a ser pensadas numa perspectiva dialógica, emancipadora, participativa, criativa e que contribua para a autonomia do usuário. O usuário é considerado um sujeito de direitos e autor de sua trajetória de saúde e doença. É considerada a

autonomia dos profissionais diante da possibilidade de reinventar modos de cuidado mais humanizados, compartilhados e integrais (VASCONCELOS, 1997, 2004; BRASIL, 2007a).

A educação em saúde deve partir na análise da realidade, identificando os problemas e necessidades da população e promovendo a discussão das soluções de modo que os indivíduos consigam refletir criticamente sobre sua realidade (ALVES; AERTS, 2011).

Nas práticas educativas é preciso caracterizar os problemas a serem debatidos, articulá-los com a realidade social e encaminhar as soluções num contínuo processo de reflexão-ação-reflexão, um processo sempre dialético (BRASIL, 2007a; FREIRE, 2011).

As práticas educativas em saúde (PES) podem envolver trabalhos com famílias, grupos e usuários dos serviços de saúde, não se reduzindo somente àquelas ações desenvolvidas pelos profissionais de saúde, mas também podem ser ações políticas e estruturais mais amplas (BAGNATO; RENOVATO, 2006).

As PES não devem ser reduzidas a informações com o intuito de mudar o comportamento dos indivíduos. Essa lógica leva a culpabilização do indivíduo e desconsidera o sistema desigual no qual estamos imersos (BAGNATO *et al.*, 2009).

A educação em saúde deve fugir da lógica normatizadora centrada na inculcação de hábitos saudáveis. Os sujeitos envolvidos no processo devem ser ouvidos, é preciso com eles dialogar e refletir. Essas práticas devem promover a reflexividade crítica buscando não homogeneizar as formas de pensar dos sujeitos envolvidos. Se desenvolvida enquanto prática social comprometida com a promoção da saúde é considerada educação popular em saúde (BRASIL, 2007a; ALVES; AERTS, 2011).

Numa vertente progressista a prática educativa em saúde deve ocorrer valorizando-se a experiência vivida por cada sujeito e favorecendo o desenvolvimento de sua consciência crítica. A prática educativa progressista procura se desvencilhar do discurso dominante, disciplinador e exclusivamente científico que não leva em consideração o saber popular (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

Para não se tornar uma prática vazia a PES precisa pautar-se na problematização. Para Lima (2014) a educação problematizadora proposta por Freire pauta-se no respeito, no diálogo e na construção do conhecimento por meio de temas geradores da realidade, onde se explora a criticidade e a criatividade dos educandos.

O papel do educador é suscitar a reflexão do educando, auxiliando-o no desenvolvimento da consciência crítica. O processo educativo deve ser espaço de troca entre educador e educando. Deve, portanto, ser um processo dialógico (FREIRE, 1996; BRASIL, 2007a).

Conforme aponta Freire (1986), uma ação no formato de ação educativa dialógica traz o que os indivíduos que vivem em determinado contexto, e que de fato convivem com as situações, descrevem de suas experiências diárias vivenciadas e aí então as propostas são formuladas. Quem vivencia a situação é que pode legitimamente saber o que lhe atende.

Na perspectiva da educação popular os princípios fundamentais aos educadores e educandos seriam:

1. Saber ouvir (falo com outro, o escuto e respeito o seu conhecimento);
2. Desmontar a visão mágica (partir sempre do nível em que a massa está e às vezes não há o engajamento imediato, mas é preciso compreender, ouvir o outro, e aí despertar neles a consciência crítica, isso com criatividade, humildade e bom senso para chegar a transformação social);
3. Aprender/estar com o outro (nem a sabedoria absoluta, nem a ignorância absoluta, nem o elitismo com o conhecimento intelectual tido como superior, nem o basismo com superestimação da massa);
4. Assumir a ingenuidade dos educandos (é preciso começar a aprender com outro e as vezes será necessário começar a aprender tudo de novo); e
5. Viver pacientemente impaciente (não perder a capacidade crítica, é preciso estar esperando pacientemente, mas não sem nada fazer, nem largar tudo por ficar impaciente e nem o estado de paciência total/inércia) (BRASIL, 2007a).

A partir do exposto compreendemos que nas práticas educativas em saúde o ser humano deve ser visto como histórico, cultural, social e ter seus saberes e experiências respeitados. Sob a ótica da educação popular, no processo educativo deve-se falar com os educandos e não para os educandos. Quando falamos com o outro nos propomos a ouvi-lo e quando falamos para o outro não nos dispomos a escutá-los. O conhecimento não deve ser repassado, mas produzido a partir da troca entre educador e educando (FREIRE, 1996; BRASIL, 2007a).

#### **2.4 Tecnologias educacionais em saúde**

A tecnologia serve para produção de conhecimentos a serem socializados, para o domínio de processos e produtos e ainda para transformação do que é utilizado empiricamente numa abordagem científica. A tecnologia pode ser a proposta de um modo de fazer (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

O termo tecnologia atualmente tem se referido ao saber-fazer, às técnicas, aos recursos, instrumentos e suportes físicos, materiais e midiáticos, aos métodos de construção de um trabalho. O conjunto de procedimentos que definem um fazer, uma prática (NESPOLI, 2013).

Nietsche *et al.* (2005) define como tecnologias educacionais os dispositivos que servem de intermédio ao processo educativo entre os educadores e educandos. Para esta autora, para que uma tecnologia seja emancipatória é preciso que busque a emancipação dos sujeitos envolvidos na ação educativa, permitindo que estes participem das decisões que lhe dizem respeito e para tanto se torna imprescindível permitir que pensem e reflitam para o exercício da consciência crítica e ainda que vivenciem a liberdade e a autonomia na busca da autorrealização (NIETSCHE, 2000).

As tecnologias educacionais podem ser divididas em dois grupos, a saber: 1. Tecnologias educacionais mediadas por computador em ambientes virtuais, como: software educativo, sites interativos, espaço de discussão, objetos educacionais digitais entre outros; e 2. Tecnologias educacionais mediadas por artefatos em ambientes vivenciais, como: laboratório (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

O estudo de Fonseca *et al.*, (2011) sobre tecnologias educacionais aponta que os educadores têm procurado agregar novos conhecimentos e recursos adicionais às práticas educativas e, a título de exemplo, podemos mencionar as tecnologias educacionais mediadas por computador.

Nespoli (2013) em seu estudo sobre a formação discursiva da Tecnologia Educacional na Saúde concluiu que esta passou por diferentes contextos e se inscreveu em três domínios de saber: Instrução programada, integração ensino-serviço e educação em saúde. A passagem pelos domínios demonstra a passagem de uma visão tecnicista para uma visão crítica.

Importa-nos destacar o domínio da educação em saúde apontado pela autora, que é caracterizado por inúmeros objetos, contextos e olhares sobre os meios, processo, métodos e recursos, tanto materiais como simbólicos, presentes na relação entre educação e saúde. Neste domínio a tecnologia educacional se estrutura na concepção construtivista que pauta-se construção do conhecimento considerando as experiências do educando. A tecnologia é então vista como um modo de realização do homem e de transformação do mundo (NESPOLI, 2013).

As tecnologias podem ser utilizadas nas ações educativas em saúde com o intuito de facilitar o processo de construção do conhecimento, bem como enquanto estratégia para tornar a atividade mais envolvente e participativa.

As tecnologias educacionais em saúde devem promover a interação entre os indivíduos que vivem a mesma problemática para que possam, conjuntamente, criar novas possibilidades e caminhos para a situação que vivenciam (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

Tem evoluído consideravelmente o número de tecnologias que são produzidas a partir das demandas da sociedade, o que tem permitido novas possibilidades de uso destes materiais no cotidiano do trabalho em instituições de ensino e saúde (FONSECA *et al.*, 2011).

## **2.5 As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Processo Educativo**

Com a diversidade de tecnologias da informação e da comunicação existentes atualmente, comunicar-se pode ocorrer através de diferentes mídias e outras fontes de informações como televisão, rádio, jornal, comunicações via satélite, internet e etc. (ARAÚJO, 2010).

Com recursos tecnológicos como celular, computador e internet eventos podem ser acompanhados em tempo real e informações sobre eles podem ser recebidas de forma simultânea. O acesso a dados sobre situações e fatos que ocorreu ou que esteja ocorrendo é quase que imediato (ARAÚJO, 2010).

A internet trouxe mudanças significativas para a sociedade e dentre elas uma bastante salutar que é a possibilidade dos indivíduos se expressarem e socializarem através de ferramentas de comunicação mediada pelo computador (RECUERO, 2009). A internet tem interferido nas estruturas sociais, econômicas e educacionais em diferentes vertentes (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2012; OLIVEIRA, 2013).

A sociedade tem se tornado cada vez mais dependente da informática e de seus desdobramentos e com isso as novas tecnologias da informação e comunicação tem impactado significativamente o dia-a-dia das pessoas. A esfera educacional acompanhando essa lógica tem incorporado essas tecnologias da informação e comunicação no processo educativo (BERÇOT, 2011).

O processo educativo não pode ficar alheio à importância dessas formas de se expressar e relacionar da geração net. Na configuração social atual em que nos encontramos a educação deve se renovar para atender as novas demandas que tem surgido (ARAÚJO, 2010).

É preciso estar sintonizado às novas formas de aprender e ensinar propiciadas pelas tecnologias da informação e da comunicação para que o processo educativo não se torne obsoleto (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2012; OLIVEIRA, 2013).

Com o auxílio da tecnologia a educação começa a ser oferecida para além do espaço e do tempo. As novas tecnologias da informação e comunicação, através da internet, permitem que as pessoas se comuniquem formando uma rede de comunicação e aprendizagem colaborativa (BARROS; CARVALHO, 2011).

Para desenvolver o pensamento crítico-analítico dos educandos, é válido se utilizar no processo educativo dos mais diversificados e diferenciados recursos, os quais precisam estar “conectados” com a realidade do público (ARAÚJO, 2010).

A produção técnica do presente estudo é um ambiente virtual educativo, uma página de internet, porque seu público-alvo tem o computador como um recurso bastante utilizado e deste modo essa ferramenta poderá ser acessada nos locais e momentos mais oportunos.

## **2.6 Ambiente Virtual Educativo (AVE)**

Ambientes virtuais de aprendizagem é uma expressão muito utilizada por indivíduos que se interessam pela interface educação e comunicação com mediação tecnológica, mas especificamente pelas relações sócio técnicas entre humanos e redes (SANTOS, 2003).

Por ambientes podemos entender tudo aquilo que envolve pessoas, natureza ou coisas, objetos técnicos. Virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência (SANTOS, 2003).

Lévy (1996) coloca que o virtual não se opõe ao real, mas ao atual. Virtual é o que existe em potência e não em ato. O virtual faz parte do real e não se opõe a ele. Santos (2003) trazendo esse conceito para a realidade educacional esclarece que na interação entre sujeitos e objetos técnicos para construção de uma práticas de significação é possível que esse processo se virtualize ou se atualize. A atualização, em geral, parte da problematização para a solução e a virtualização da solução conseguida para um novo problema. Sendo assim, compreende que virtualizar é problematizar, o questionamento é parte integrante e indispensável do processo de criação.

A autora afirma que o ambiente virtual é um espaço propulsor de significação onde os indivíduos podem interagir potencializando a construção de conhecimentos. Coloca ainda que se entendermos a aprendizagem como um processo sócio técnico onde os sujeitos interagem na e pela cultura e como espaço para construção de saberes e conhecimento, pode-se afirmar que todo ambiente virtual é um ambiente de aprendizagem.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um tipo de software desenvolvido para aprendizagem via Web e que possui a funcionalidade para comunicação mediada pelo computador (SCHLEMMER, 2002).

Os ambientes virtuais são uma opção tecnológica e estão cada vez mais sendo desenvolvidos com o objetivo de promover o processo educativo. Estes ambientes são espaços eletrônicos construídos para permitir a veiculação e interação de conhecimentos e usuários através da web (BARROS; CARVALHO, 2011).

O Ministério da Educação conceitua ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) como:

Programas que permitem o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato Web. Dentre esses, destacam-se: aulas virtuais, objetos de aprendizagem, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (webquest), modeladores, animações, textos colaborativos (BRASIL, 2007b, p.11).

Sob a mesma lógica de um AVA propomos um Ambiente Virtual denominado Educativo (AVE) que permitirá o compartilhamento de informações, conteúdos, experiências e ideias para possibilitar a construção do conhecimento. A opção pelo termo educativo refere-se ao fato deste recurso ser uma estratégia para realização da prática educativa em saúde, onde a denominação aprendizagem é pouco utilizada.

Neste espaço as pessoas poderão informar e serem informadas, bem como interagirem com os demais informantes. Suas funcionalidades serão voltadas a permitir um ambiente de interação direcionado por interesses comuns.

O ambiente virtual pode se apresentar como umas das melhores opções para realização da prática educativa em saúde dependendo da realidade do público-alvo da ação, pois é uma ferramenta que pode ser acessada nos locais e momentos que os indivíduos julgarem mais oportunos de acordo com sua organização cotidiana.

A perspectiva educativa do ambiente virtual que estamos propondo tem enfoque no que propõe Freire (2014) sobre o processo de aprender e o processo de ensinar que são antes de qualquer coisa processos de produção de saber, de produção do conhecimento. O conhecimento não é então transferido, mas produzido e desta forma quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Conforme aponta Freire (2014) é necessário que o processo educativo esteja cheia de significações do mundo no qual é realizado, para que o conhecimento seja construído. Assim

sendo, o ambiente virtual educativo terá como base uma pesquisa de campo realizada com seu público-alvo e partirá da perspectiva deste público para ser elaborado.

## **2.7 Construtivismo**

A introdução de novas tecnologias no contexto educacional pode ser uma oportunidade para se questionar o paradigma tradicional de ensino e incorporar novos referenciais teóricos à prática pedagógica. Creditar à tecnologia educacional a renovação da educação é pensar que inovadoras práticas pedagógicas acontecem simplesmente utilizando essas novas tecnologias, o que demonstra uma visão tecnicista do processo educativo (REZENDE, 2002).

O construtivismo é uma abordagem teórica bastante utilizada para orientar o desenvolvimento de materiais didáticos informatizados, como os ambientes multimídia de aprendizagem (BOYLE, 1997). Posto isso, não significa dizer que há uma tendência única devido à adoção da abordagem construtivista, pois dependendo do referencial teórico utilizado a proposta pedagógica pode ser diferente (BERÇOT, 2011). Sabe-se que não existe uma correlação perfeita entre pressupostos teóricos do construtivismo e as características técnicas de materiais didáticos que incorporam as novas tecnologias, por isso estes podem ter características diferentes parecendo que se apoiam em abordagens diferentes (REZENDE, 2002).

A abordagem construtivista pode ser considerada uma referência central que tem dado origem a diferentes propostas educativas que incorporam novas tecnologias. Nesta abordagem a ideia central presente é a de construção do conhecimento (REZENDE, 2002).

Paulo Freire foi um dos criadores do construtivismo. Ele buscava fundamentar o processo de ensino-aprendizagem em ambientes interativos, através do uso de recursos audiovisuais. Considerava importante o uso de novas tecnologias como o vídeo, a televisão e a informática, porém não aceitava que esses recursos fossem utilizados de forma acrítica (GADOTTI, 1997).

Mesmo havendo diferenças entre as concepções teóricas de diversos autores sobre o construtivismo, existem elementos comuns que são fundamentais como a consideração do indivíduo como agente ativo de seu próprio conhecimento. Na visão construtivista o educando ao interagir com a realidade constrói suas representações e estas irão constituir seu conhecimento, sendo este processo contrário à ideia de transmissão do conhecimento (REZENDE, 2002).

Gadotti (1997) coloca que para Paulo Freire o conhecimento é construído de forma integradora e interativa. Não é algo que se encontra pronto para ser copiado, mas é a descoberta, a construção. A concepção teórico-pedagógica construtivista corrobora com uma visão progressista de educação em saúde, uma vez que preceitua contemplar os temas que são de interesse dos usuários e contar com participação destes do planejamento das ações até sua avaliação (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

O construtivismo centra-se no fato de o indivíduo ser o agente ativo de seu próprio conhecimento; ele é quem constrói significados e define sentidos de acordo com a representação que tem da realidade, a partir de suas experiências e vivências em diferentes contextos (FIOCRUZ, 2006).

Seguindo a perspectiva construtivista os ambientes virtuais devem apresentar algumas características, como: a possibilidade de interatividade; a possibilidade de interação à distância; e a possibilidade de armazenamento e organização de informações de diferentes formas, como textos, vídeos, gráficos, animações e áudios (REZENDE, 2002).

Sob esta ótica situamos nosso objeto de estudo dentro de uma abordagem construtivista, uma vez que nossa proposta assim como esta corrente pedagógica tem o indivíduo como agente ativo de seu próprio conhecimento.

### 3 ARTIGO 1

Elisangela Romero Bruno

Ednéia Albino Nunes Cerchiari

Fabiane Melo Heinen Ganassin

Rogério Dias Renovato

A conciliação dos papéis de profissional e mãe para servidoras de uma Universidade Federal

*Conciliation for the roles of being a mothers and a public worker of a Federal University*

#### Resumo

O trabalho em sua conceituação ampla engloba a questão da produção e da reprodução social. O presente estudo objetivou conhecer como se deu o retorno ao trabalho, após licença à gestante, de servidoras mães primíparas de uma Universidade Federal tendo que conciliar papel profissional e papel de mãe. O estudo é de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória tendo como estratégia o estudo de caso. A coleta de dados ocorreu de 12 de janeiro de 2017 a 07 de março de 2017 e a amostra foi constituída de quatro servidoras. Foi utilizado um questionário sócio demográfico ocupacional e a entrevista semiestruturada direcionada por cinco questões norteadoras. Para a análise e interpretação das entrevistas foi realizada à análise de conteúdo a partir de Bardin resultando nas categorias: Mudança na rotina; A importância do papel profissional para a mulher; e Rede de apoio que utilizam para o cuidado ao filho ou filha. Concluimos que a conciliação dos papéis de profissional e mãe é algo conseguido pelas mulheres, mas com algum teor conflitivo porque são as mulheres que mudam suas rotinas, dão conta de atribuições no espaço público e privado, e tem seu papel social determinado pelo seu papel na família sempre os articulando.

**Palavras-chave:** Direitos da Mulher; Relações Familiares; Conflito.

#### Abstract

This paper, in its broad conception, involves the question of production and social reproduction. This present study aimed to understand how it was the process of going back to work after the mother-workers take their maternity leave from a Federal University, once they have to conciliate their own job with the position of being a mother. The study is a qualitative approach with an exploring research by taking a case study. Data were taken from 12<sup>th</sup> January 2017 to 7<sup>th</sup> March 2017 and samples were obtained from four workers. A socio-demographic-occupational questionnaire was used besides a semi-structured interview done by five main questions. For analyzing and understanding the interview was performed by using the Bardin content analysis, which resulted in the following categories: routine changes, the importance of a professional role for a woman and a network support they use for their kids care. We concluded that women are able to conciliate the role of being a worker and a mother although there is a conflict because they must change their routine, handle their attributions at the public and private sectors and have their social role determined by their family role by always having to be well managed.

**Keywords:** Women`s Rights; Family Relations; Conflict.

## **Introdução**

Ao longo da história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, da humanidade e da felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Foi através do trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se dos animais. Sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduziria (ANTUNES, 2004).

Para Antunes (2010, p. 142) “É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas”. Ainda segundo o autor o trabalho é o ponto de partida para a humanização do ser social.

“[...] O que define a existência humana e o que caracteriza a realidade humana é o trabalho. O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência” (SAVIANI, 2003, p. 132).

Segundo Gama (2014), nesta perspectiva o trabalho é compreendido como pilar fundamental da sociabilidade humana, considerando não somente o trabalho que transforma a natureza, mas aquele que transforma também o ser humano. Esta é uma conceituação ampla de trabalho que engloba a questão da produção e da reprodução social, da atividade remunerada e da atividade desenvolvida na esfera doméstica (trabalho assalariado x família).

Neste estudo partimos deste conceito amplo de trabalho posto por Gama (2014). A autora coloca que para se entender a relação entre trabalho e vida familiar é preciso partir do fato de que no modo de produção capitalista essas dimensões se encontram em conflito, em especial quando inserida a questão de gênero nas análises sobre elas.

A separação da esfera da produção e da reprodução social típica da organização capitalista acabou gerando transformações no trabalho e na família trazendo como consequência o conflito entre ambos. No Brasil não existe política direcionada para conciliação das necessidades laborais e familiares (GAMA, 2014).

Considerando o exposto buscamos compreender um pouco acerca desse conflito entre trabalho e vida familiar pesquisando sobre o retorno ao trabalho, após licença à gestante, de mães primíparas servidoras técnico-administrativas de uma universidade pública federal.

Com o retorno ao trabalho à mãe, em especial a primípara que é mãe pela primeira vez, se vê diante de uma nova dinâmica de vida tendo que conciliar o papel de mãe e de profissional que é efetivamente retomado com esse retorno, precisa se dedicar

então ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico, as responsabilidades familiares agora com a prestação de cuidados ao filho (a) pequeno (a). Este contexto de transição e momento de mudanças na vida da mulher é um momento que exige adequações nas rotinas diárias, nas relações sociais, familiares e também de trabalho.

A universidade pesquisada foi a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que é uma instituição federal de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação que tem por atividade fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão. Na universidade os servidores públicos dividem-se em duas carreiras específicas, sendo estas a carreira de cargos de professor do magistério superior e a carreira de cargos técnico-administrativos em educação.

As servidoras públicas federais técnico-administrativas em educação da UFGD são submetidas ao regime jurídico da Lei 8.112/1990 e deste modo tem direito a afastamento por 120 dias para licença à gestante e também o direito a prorrogação desta licença, por mais 60 dias, a partir da publicação do Decreto 6.690, de 11 de dezembro de 2008. Sendo assim a licença à gestante com a prorrogação para estas mulheres tem duração de 180 dias (BRASIL, 1990; 2008).

As servidoras técnico-administrativas em educação da UFGD, assim como as demais mulheres trabalhadoras, têm direito à licença à gestante que as afasta das atividades laborais por um período de tempo em virtude do nascimento do filho ou filha, e após este período reassumem a posição de profissional retomando a rotina laboral.

Ao pensarmos na mulher frente aos diversos papéis que desempenha na contemporaneidade, nos referindo especificamente neste trabalho a conciliação dos papéis de profissional e mãe que concilia aliado a outros, se faz necessário pensarmos à luz de questões sócio-histórico-culturais envolvidas.

No Brasil tem crescido muito nos últimos anos o número de lares em que o trabalho feminino passa a representar a principal fonte de sustento econômico da família. Deste modo é importante considerar como as transformações sociais contemporâneas e os novos arranjos familiares interferem na estrutura e nos padrões de funcionamento das famílias, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho (FLECK E WAGNER, 2003).

Cabe pontuar que ao longo dos tempos as modificações socioculturais alteraram o papel materno em virtude da modificação do papel da mulher na sociedade, assim como também das famílias.

Durante muito tempo o trabalho produtivo e o reprodutivo foram organizados em rígidos papéis de gênero, o que já não corresponde à lógica atual na qual vivemos. No Brasil devido às desigualdades entre as classes sociais tivemos uma significativa entrada das mulheres no mercado de trabalho, porém sem mudanças na divisão do trabalho doméstico que continuou majoritariamente a cargo das mulheres. As mulheres ocuparam o mercado de trabalho como os homens, mas o trabalho doméstico não foi igualmente ocupado pelos homens (GAMA, 2014).

Quando as servidoras mães primíparas retornam da licença à gestante e passam então a conciliar os papéis de profissional e mãe se veem diante de alguns dilemas, como: conciliação entre carreira profissional e vida pessoal tendo agregado às responsabilidades familiares à prestação de cuidados ao filho (a); se dedicar à carreira e ser mãe, são tarefas que exigem extrema entrega; o conflito entre maternidade e as outras áreas da vida; as redes de apoio para cuidar do filho disponíveis para conciliar vida pessoal e profissional como familiares, babás e escolas nem sempre suprem as necessidades; a carga atribuída a esta servidora no contexto familiar quanto aos cuidados com o filho e as implicações disto para as outras esferas da vida; dentre outros.

Com a condição atual de assalariamento das mulheres fazem-se necessárias novas formas de se perceber e resolver o conflito entre trabalho e vida familiar (GAMA, 2014). A conciliação entre trabalho e vida familiar, neste estudo se reportando especificamente a vida familiar com a prestação de cuidado ao filho (a) pequeno (a), é uma realidade do dia-a-dia das famílias brasileiras, sendo necessário conhecer como ela se dá para que formas de enfrentar essa problemática possam ser pensadas.

Entendendo então que este conflito entre trabalho e vida familiar existe e buscando compreender um pouco acerca dele o presente estudo objetivou conhecer como se deu o retorno ao trabalho, após licença à gestante, das servidoras técnico-administrativas mães primíparas da UFGD tendo que conciliar trabalho (papel profissional) e vida familiar (papel de mãe), particularmente neste aspecto pensando na questão da prestação de cuidado ao filho (a) pequeno (a).

## Método

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa com pesquisa exploratória para proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Este tipo de pesquisa envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos procedimentos a pesquisa trata-se de um estudo de caso que de acordo com Gil (2007) é uma modalidade de pesquisa amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais.

De acordo com Fonseca (2002, p. 33) no estudo de caso:

O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

A abordagem qualitativa se deu em virtude da pesquisa não estar focada na representatividade numérica, mas, sim, no aprofundamento da compreensão de um grupo social (SILVEIRA, 2009).

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário sócio demográfico e ocupacional com o intuito de traçar o perfil do público pesquisado e a entrevista, sendo esta entrevista aberta direcionada por um roteiro semiestruturado contendo cinco questões.

Em entrevista aberta, o sujeito de pesquisa é incentivado a discorrer livremente sobre um tema e as intervenções do investigador, quando feitas, possuem a intenção de aprofundar as reflexões (MINAYO, 2010).

Foram definidas como sujeitos do estudo todas as servidoras que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, a saber: inclusão - ser servidora técnico-administrativa na UFGD ocupante de qualquer cargo; mãe primípara; e ter retornado ao trabalho após licença à gestante por período não superior a seis

meses; exclusão - parto gemelar; possuir outro vínculo empregatício além da UFGD; filho (a) que nasceu com alguma deficiência ou doença crônica.

O número de servidoras técnico-administrativas e docentes da instituição é muito próximo, porém a natureza das atividades e organização do trabalho destas é bastante divergente. Deste modo optamos por trabalhar com o universo das servidoras técnico-administrativas da instituição e entender a realidade acerca da vivência da maternidade e do exercício profissional para estas. Não pretendemos supor aqui que tal situação não ocorra entre as servidoras docentes, nem mesmo que é para estas uma situação melhor ou pior, apenas consideramos que são universos muito diferentes e por isso não devem fazer parte da mesma pesquisa.

A escolha de servidoras mães primíparas se deu em virtude de buscarmos saber sobre a conciliação dos papéis de profissional e mãe quando ela está ocorrendo pela primeira vez, com todas as características peculiares dessa nova situação de vida para as mulheres trabalhadoras. A exclusão de servidoras com parto gemelar, com outro vínculo empregatício além da UFGD e/ou com filho (a) que nasceu com alguma deficiência ou doença crônica foi para evitarmos algum tipo de viés na pesquisa, visto que esses fatores podem potencializar situações no processo de conciliação que não retratem os aspectos mais comuns, mas sim contextos e situações muito específicos.

O recorte para pesquisarmos servidoras técnico-administrativas que retornaram ao trabalho após licença à gestante pelo período máximo de seis meses refere-se ao fato de termos buscado mães servidoras com filhos (as) de até um ano de idade por considerarmos que esse é um período de adaptação e aprendizado quanto à conciliação dos papéis de mãe e profissional.

Nesse período a criança, do ponto de vista de saúde, ainda encontra-se bastante vulnerável. Andrade e Rodrigues (2005) apontam que às mudanças que ocorrem na vida das crianças faz com que estas tenham que despender energia e isso gera um desgaste para seu organismo podendo, inclusive, acarretar problemas sérios de saúde.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, via Plataforma Brasil, respeitando-se o previsto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e aprovada em 26 de outubro de 2016 com o parecer de número 1.792.489.

Somente após aprovação da pesquisa a coleta de dados foi iniciada. As servidoras entrevistadas assinaram e receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE quando aceitaram participar do estudo, sendo a elas também solicitada autorização para gravação das entrevistas, uma vez que tal recurso garante o armazenamento fiel do que foi falado.

Também para registro de dados utilizamos o diário de campo onde foi possível colocarmos nossas percepções, angústias, questionamentos e informações não obtidas através da utilização das outras técnicas (MINAYO, 2001).

O diário de campo é um instrumento para registro diário onde constam as informações que não sejam o registro das entrevistas formais, as observações sobre conversas informais, comportamentos, gestos e expressões dentre outros que tenham relação com o tema da pesquisa (MINAYO, 2010).

Assim, o diário de campo tem como objetivo registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos verificados no campo de pesquisa. Com este instrumento buscamos construir detalhes que no seu somatório reuniu todos os momentos da pesquisa (MINAYO, 2001).

Iniciamos a pesquisa em 02 de janeiro de 2017 fazendo um levantamento junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD de servidoras que haviam retornado ao trabalho por período não superior a seis meses após terem usufruído de licença à gestante. Em seguida aplicamos os critérios de inclusão e exclusão e obtivemos uma amostra de nove servidoras técnico-administrativas mães primíparas com perfil para o estudo.

As servidoras foram convidadas a participar da pesquisa via telefone, pessoalmente e por e-mail. Das nove servidoras que tínhamos como amostra do estudo: uma recusou-se a participar da pesquisa; uma pediu exoneração do cargo que ocupava na UFGD durante o período de coleta de dados, antes que tivéssemos efetuado contato; uma entrou de licença para acompanhamento de cônjuge que se estenderá até o ano de 2018 e duas solicitaram licença saúde após a licença à gestante, não tendo retornado ao trabalho até o fim do período de coleta de dados; e quatro servidoras efetivamente participaram da pesquisa constituindo a amostra deste estudo.

Após contato com cada uma das servidoras agendamos dia e horário para a entrevista que foi realizada na sala de atendimento do serviço de atenção à saúde da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD em um caso e nos demais foi

realizada nos setores de trabalho das servidoras. No período de 12 de janeiro de 2017 a 07 de março de 2017 foi realizada a coleta de dados.

O questionário sócio demográfico e ocupacional continha perguntas objetivas sobre as servidoras, sendo estes: Idade; data de nascimento; data do parto; data de retorno da licença gestante; se tirou férias na sequência da licença à gestante; estado civil; escolaridade; com quem reside; religião e renda familiar. Os dados ocupacionais solicitados foram: Cargo; tempo de trabalho na UFGD; carga horária semanal de trabalho; e se costuma fazer hora extra.

A entrevista semiestruturada foi direcionada por cinco questões que buscaram responder como ocorreu o processo de retorno ao trabalho, após licença à gestante, para as mães primíparas tendo que conciliar trabalho (papel profissional) e vida familiar (papel de mãe), em particular no aspecto da prestação de cuidado ao filho (a) pequeno (a) e os seus principais apontamentos acerca desse momento.

As servidoras entrevistadas foram identificadas com letras obedecendo à ordem em que as entrevistas ocorreram, sendo “A” a primeira entrevistada, “B” a segunda, “C” a terceira e “D” a quarta e última.

Os dados do questionário sócio demográfico ocupacional foram tabulados para traçar o perfil das participantes da pesquisa e as entrevistas gravadas foram ouvidas e transcritas em forma de texto.

Para a análise e interpretação das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, onde verificamos se a hipótese previamente levantada foi ou não confirmada após buscamos decifrar os conteúdos latentes que estavam contidos nos conteúdos manifestos (MINAYO, 2001).

Os dados coletados na pesquisa de campo (entrevistas e diário de campo) foram submetidos a procedimentos analíticos em três diferentes fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados com a obtenção de inferência e interpretação (BARDIN, 2008).

Na fase de pré-análise realizamos a leitura flutuante das transcrições das entrevistas na busca pelas principais ideias apresentadas; na fase de exploração do material fizemos o recorte de fragmentos das entrevistas que foram organizados para compor as categorias à medida que apresentavam as mesmas características; na fase final fizemos o tratamento dos dados efetuando a categorização das respostas e realizando a discussão dos resultados a partir dos referenciais teóricos utilizados no presente estudo.

O presente estudo apresenta como limitações ter realizado a pesquisa somente com as servidoras técnico-administrativas em educação, conforme já exposto anteriormente, devido à diferença na natureza da atividade em relação às servidoras docentes, uma vez que ambas são as carreiras presentes no espaço da universidade. Consideramos relevante um estudo que analise especificamente a perspectiva da conciliação dos papéis de profissional e mãe para as servidoras docentes.

## **Resultados e Discussão**

A análise dos dados objetivou examinar as particularidades e semelhanças nas falas das participantes e a partir do recorte de fragmentos das entrevistas organizamos as categorias que retratam o processo de conciliação dos papéis de profissional e mãe para as servidoras técnico-administrativas mães primíparas da UFGD, após o retorno da licença à gestante.

Foram elencadas como categorias após análise dos conteúdos: 1) Mudança na rotina; 2) A importância do papel profissional para a mulher; e 3) Rede de apoio que utilizam para o cuidado ao filho ou filha.

Os dados do questionário sócio demográfico ocupacional foram tabulados para traçar o perfil das participantes da pesquisa conforme segue:

### **Perfil das participantes da pesquisa**

Das servidoras entrevistadas para a pesquisa duas encontravam-se lotadas em unidades do *campus* da UFGD e duas lotadas no Hospital Universitário da instituição. Os cargos das servidoras são: Enfermeira; Assistente em Administração; Técnica de Laboratório e Auxiliar de Laboratório.

As servidoras tem idade entre 29 e 36 anos, com ensino superior completo e pós-graduação *lato sensu*. Quanto ao estado civil duas são casadas e duas tem união estável, e todas residem com os cônjuges e filho (a). A religião católica é a de 75% das entrevistadas, sendo apenas uma da religião budista. A renda familiar de 50% varia entre 4 a 5 salários mínimos, de 25% entre 6 a 7 salários mínimos e de 25% 8 salários mínimos ou mais. Para ilustrar segue o quadro abaixo:

**Quadro 1 - Perfil das servidoras entrevistadas**

Identificação da Servidora	Cargo	Lotação	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Religião	Renda Familiar
<b>A</b>	Assistente em Administração	Campus UFGD	33 anos	Pós-graduação lato sensu	União Estável	Católica	4 a 5 salários mínimos
<b>B</b>	Técnica de Laboratório	Campus UFGD	29 anos	Pós-graduação lato sensu	Casada	Católica	4 a 5 salários mínimos
<b>C</b>	Auxiliar De Laboratório	Hospital Universitário	36 anos	Pós-graduação lato sensu	Casada	Budista	6 a 7 salários mínimos
<b>D</b>	Enfermeira	Hospital Universitário	29 anos	Pós-graduação lato sensu	União estável	Católica	8 salários mínimos ou mais

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo realizada de janeiro a março/2017.

O arranjo familiar das entrevistadas segue o tipo mais tradicional dentre as famílias brasileiras que é àquele formado por um casal com filhos. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (2015) esse tipo de arranjo familiar corresponde cerca de 42% das famílias. A renda familiar de todas as entrevistadas é superior à média de rendimento domiciliar per capita para a população de Mato Grosso do Sul que é de 1,37 salários mínimos (IBGE, 2016).

O tempo em que trabalham na UFGD varia entre 1 a 3 anos (50%), 4 a 6 anos (25%) e 7 a 10 anos (25%), sendo que a carga horária semanal de trabalho é de 40 horas para duas delas, 30 horas para uma delas e 36 horas para a outra. Das quatro servidoras entrevistadas uma faz hora extra uma vez por mês, uma faz hora extra semanalmente e duas nunca fazem hora extra no trabalho, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Situação ocupacional das servidoras**

Identificação da Servidora	Tempo de trabalho na UFGD	Carga horária semanal de trabalho	Frequência em que realiza hora extra no trabalho
<b>A</b>	01 a 03 anos	40 horas	Nunca realiza
<b>B</b>	01 a 03 anos	40 horas	Nunca realiza
<b>C</b>	04 a 06 anos	30 horas	Uma vez ao mês
<b>D</b>	07 a 10 anos	36 horas	Semanalmente

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo realizada de janeiro a março/2017.

Segundo dados do IPEA (2015) a jornada média semanal de trabalho das mulheres na ocupação principal é de 34,9 horas, sendo a média nacional abaixo da jornada semanal de trabalho das mulheres entrevistadas nesta pesquisa que possuem uma carga horária semanal média na ocupação assalariada de 36,5 horas, sem contar a hora extra que algumas relatam fazer e somada a esta é preciso considerar ainda a jornada de trabalho semanal referente aos afazeres domésticos.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2016) o tempo de trabalho excessivo tem implicações para a conciliação saudável do trabalho com a vida familiar.

## 1. Mudança na rotina

A maternidade conseqüentemente acarreta reestruturações na vida da mulher e nos papéis que ela exerce, em especial para as mães primíparas que vivenciam uma experiência completamente nova. Muitas vezes o papel de mãe interfere no relacionamento conjugal, na situação socioeconômica e nas atividades profissionais (PICCININI et al., 2008).

Com o retorno ao trabalho a mãe se vê diante de um novo processo de mudanças, como a conciliação dos papéis de mãe e de profissional que é efetivamente retomado com o seu retorno à atividade remunerada. Este é um momento de significativas mudanças na vida da mulher exigindo-lhe adequações nas rotinas diárias, familiares e laborais. É uma situação que gera ansiedade, e não conseguir lidar com tal situação pode provocar uma série de conflitos (ZIMMERMANN et al., 2001).

Todas as servidoras entrevistadas explicitam a questão da mudança de rotina para conciliarem os papéis de profissional e mãe, trabalho e vida familiar com a prestação de cuidados ao filho (a), ao retornarem ao trabalho após a licença à gestante.

*Daí também eu tive que adotar a prática de almoçar em casa que eu não tinha antes. Como eu trabalho na 2 (campus da UFGD) eu almoçava lá, daí agora eu venho pra casa também no horário de almoço, ela mama no peito ainda e aí não fica tanto tempo sem mamar. (A)*

*[...] tenho que me desdobrar, desde tentar acordar mais cedo pra vir, né, porque aí pra mim eu já tive que mudar minha rotina. (B)*

*[...] eu acordo quatro e quarenta, mais ou menos, todos os dias, então aí até organizar tudo pra sair de casa porque eu tenho que sair de casa, é longe a babá, então tenho que sair de casa cinco e vinte, cinco e meia pra poder chegar aqui seis horas. Então aí também, automaticamente, meu filho não dorme muito cedo, ele dorme meio tarde umas onze horas, onze e pouco aí eu acabo dormindo um pouco tarde, então assim, essa é uma coisa que eu até tava conversando com meu marido essa semana, que eu ando um pouco cansada, pensando na possibilidade, talvez, de contratar uma diarista pra ajudar em casa, com os*

*afazeres domésticos essas coisas, mas eu prefiro me sacrificar do que sacrificar ele e o resto da família. (C)*

*É muito cansativo assim, porque a gente não dorme direito à noite, principalmente porque eu amamento meu bebê ainda, ele acorda inúmeras vezes a noite, ele só que fica comigo, acaba que eu levei ele pra cama pra dormi junto comigo. Eu tenho que fazê a papinha porque apesar de eu tê a pessoa que me ajuda eu gosto de fazê a comidinha dele. Então, ontem mesmo eu tava conversando com as colegas que eu fiquei na cozinha até nove e meia da noite, dez horas. Aí, às vezes, você faz o bebê dormi você tem que estuda alguma coisa do trabalho porque você voltou, você tem que estuda, como eu tô num cargo que é de liderança, você tem várias coisas que você acaba tendo que levar pra casa pra você estudá, pra você desempenhá um bom trabalho no serviço, né? (D)*

As entrevistadas B e C ao serem questionadas sobre a rotina antes de ter filho, se era diferente da atual, salientam:

*Isso, eu vinha no horário assim, eu vinha junto com meus primos, né. Então a questão é só em relação a eu ter que vir de carro mesmo que mudou e eu ter que sair um pouquinho mais cedo, né, que até então eu não tinha compromisso, então eu não tinha, eu não precisava ter aquele horário pra ir embora. Agora, que nem eu acompanho laboratório, aí tem aula lá então eu tenho que ficar meio cuidando o horário que não tem ninguém pra pegar meu filho lá na creche, entendeu? (B)*

*É, porque antes eu acordava dez para as seis (risos), botava a roupa e tava aqui seis horas que eu moro a quinhentos metros daqui, eu moro muito perto, sempre morei. Então isso pra mim sempre facilitou (risos), agora não né, agora eu tenho que ir quilômetros levar o X (fala o nome do filho) e daí volto e acordo mais cedo porque tem coisinhas dele pra eu arrumar que não dá pra arrumar antes, tal. (C)*

A mudança na rotina das mulheres mães primíparas pesquisadas apontam para a questão do conflito trabalho x família. São as mulheres, na maioria das vezes, que precisam adaptar suas rotinas a essa nova condição de vida, ainda que sejam de famílias onde o casal é provedor econômico. Na busca pela solução privada desse conflito trabalho x família, são as mulheres as mais penalizadas tendo que adequar seu tempo entre trabalho remunerado e demandas domésticas como a prestação de cuidado ao filho (a) pequeno (a) (GAMA, 2014).

Para Antunes (2005) os homens, devido condições histórico-sociais vigentes, apresentam mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes, que na realidade refere-se a um nível maior de exploração, e o capital passa então a se utilizar desse atributo social das mulheres. Assim sendo, o que era para ser uma emancipação das mulheres, o capital consegue converter em uma forma mais severa de exploração potencializando a desigualdade.

Sorj et al. (2007, p. 582) coloca que “cada vez mais, as famílias formadas por casais precisarão lidar com as responsabilidades familiares, tendo como referência a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho”.

Uma efetiva igualdade entre homens e mulheres no trabalho somente acontecerá quando as sociedades reconhecerem que é essencial que ambos, homens e

mulheres, têm o direito e a responsabilidade de trabalhar e prestar cuidados. As desigualdades de gênero no emprego tem estreita relação com as atribuições que assoberbam as mulheres no espaço doméstico (OIT, 2016; GAMA, 2014).

Para compatibilizar trabalho e vida familiar as mulheres precisam superar diversos e enormes desafios, pois além da ausência de políticas públicas direcionadas a essa demanda, o ideário neoliberal coloca cada vez mais a responsabilização pela reprodução social para as famílias e conseqüentemente para as mulheres que ainda lutam pela igualdade de gênero em casa e no trabalho (GAMA, 2014).

Sorj et al. ao falar sobre as exigências conflitantes entre trabalho e família coloca que “As soluções para esse dilema tendem a ser privadas e assumidas quase que exclusivamente pelas mulheres. O resultado é o reforço das desigualdades de gênero no mercado de trabalho (2007, p. 592).

Sob uma perspectiva de gênero, atualmente um aspecto crucial nas análises sobre a questão do trabalho e emprego é a “reconciliação” entre trabalho e vida familiar. “Esse conflito tem efeitos negativos sobre a qualidade de vida das pessoas (principalmente sobre o bem-estar de mulheres e crianças) e sobre as condições de trabalho, em particular (GAMA, 2014, p. 18)”.

## **2. A importância do papel profissional para a mulher**

As mulheres hoje ocupam a vida pública, trabalham para sustento econômico da família, assim como buscam a realização acadêmica e a construção de uma carreira profissional, o que não as impede de optar e também se realizar com a maternidade.

De acordo com Fleck e Wagner (2003, p. 31):

Atualmente, um número cada vez mais expressivo de mulheres trabalha fora de casa e contribui com a renda da família. Além da maternidade, muitas mulheres preocupam-se com sua realização acadêmica e valorizam a construção de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida.

Sobre a importância da carreira profissional e maternidade em suas vidas as entrevistadas evidenciam a importância do aspecto profissional em suas falas:

*[...] a minha profissão eu gosto, eu gosto de tudo que eu faço. [...]. Claro, é complicado não é fácil depois que você tem filho, né, mas abrir mão assim, pensar em desistir não, da profissão não.(B)*

*É, eu não sei assim como outras mães pensam a respeito da importância da sua vida profissional, é isso que eu acho que as mães tem que pensar: não deixar de lado, não deixa de lado a sua vida profissional porque de certa forma você batalhou, os meus trinta e cinco anos pra trás eu construí uma vida, eu construí, desde que eu optei por estudar e por fazer faculdade eu estava em busca da minha vida profissional, né? Então a maternidade é maravilhosa? É, mas eu acho que dá pra conciliar as duas coisas, entendeu? Eu acho importante isso, a gente se ressignificar como pessoa, como profissional e dar realmente*

*tudo de si pra você ser uma boa profissional e ser uma boa mãe também, eu acho possível isso. [...] Eu não pensei em nenhum momento da minha vida pensei em abandonar o trabalho, mesmo que eu não fosse concursada. (C)*

*[...] tô bem feliz de tê voltado, a gente sai um pouco daquele ambiente que a gente tava só da maternidade. Eu sinto que parece que pra sociedade a gente agora quando volta a trabalhá que a gente tá fazendo alguma coisa, quando a gente é mãe e tá em casa parece que a gente num tá fazendo nada. [...] E o trabalho me completa assim como a maternidade e é por isso que eu quis, é, decidi voltá a trabalhá, claro conversando com meu esposo, mas assim acho que a melhor alternativa foi tê voltado a trabalhá. (D)*

Nesse sentido, é preciso compreender que para pensar sobre o lugar que a mulher ocupa na sociedade não se pode perder de vista que ele é também determinado pelo seu papel na família, é sempre uma articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo (a família). “[...] Pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição (BRUSCHINI, 2007, p. 542)”.

O trabalho enquanto fundador da sociabilidade humana supõe o reconhecimento de que as relações sociais de homens e mulheres estiveram sempre ancoradas no trabalho enquanto fundamento de reprodução da vida, enquanto produtor de bens e relações sociais para suprir as necessidades humanas. Ocorre que o capital converte e se apropria de todas as esferas de sociabilidade humana transformando-as em mercadoria. Assim sendo, a atividade laborativa produz uma sociabilidade alienada porque possui como objetivo a mercantilização (GAMA, 2014).

Corroborando com o que foi colocado verificamos que o trabalho assalariado para o público entrevistado é a condição para reprodução material da vida assim como posto pela lógica capitalista. Foi possível verificar que relacionam carreira profissional e maternidade à medida que apontam a profissão como possibilidade para darem melhores condições materiais de vida aos filhos e filhas.

*[...] a gente quer dar uma qualidade de vida boa para os nossos filhos e isso a gente consegue através da nossa carreira. Então, eu nunca pensei em abrir mão de um pelo outro, porque a gente hoje em dia depende, pra dar uma condição de vida boa pro nosso filho, a gente depende diretamente da nossa carreira, senão não tem. (A)*

*Em relação à carreira agora, é, eu sinto que eu quero me desenvolvê mais, me especializá mais pra podê, é, crescê dentro da minha carreira e no caso aumentá uma remuneração, melhorá pra tê um retorno pra minha família, no caso pro meu filho, pra eu podê oferecê uma coisa melhor pra ele assim... (D)*

### **3. Rede de apoio para os cuidados ao filho ou filha**

Nogueira (2013) aponta ainda que o apoio social com o qual o indivíduo pode contar para o desempenho dos múltiplos papéis é também muito importante para a

percepção deste quanto aos papéis que exerce serem estressantes ou satisfatórios. A rede de apoio social disponível pode auxiliar o indivíduo na conciliação dos vários papéis, sobretudo relacionados à família, se percebida como suficiente para as suas necessidades. Quando esta é considerada insuficiente ou inacessível, pode dificultar a conciliação, aumentando os níveis de estresse sentidos numa ou mais áreas da vida do sujeito.

A confiança na rede de apoio que utilizam para o cuidado ao filho ou e filha é apontado pelas servidoras entrevistadas como fator facilitador para o processo de retorno ao trabalho:

*Olha eu, particularmente, consegui me adaptar bem, entendeu? Mas por essa questão de ter o apoio de gente próxima né, de não precisar contratar babá, de não precisar colocar em creche, então eu acho que por isso consegui me adaptar melhor né, porque como ele ficou com gente conhecida, né, não teve assim tanto problema. (A)*

*[...] acho que o que facilitou foi de fato, realmente ter encontrado uma pessoa que eu confio e que deu certo, né? Porque também tem isso né, conforme vai passando um mês dois você vai ver também se seu filho vai se adaptar, se vai dar certo essa amizade né que eles tem que criar.” (C)*

*[...] eu fiquei muito feliz de tê voltado, não sofri, voltei e várias colegas falam: - ah eu chorei muito no primeiro dia, na primeira semana. Não, não chorei em momento nenhum porque eu tive a possibilidade de deixá uma cuidadora em casa com meu filho, que eu deixei ela um período antes, quinze dias, ela já era uma pessoa que trabalhava na minha casa comigo. [...]. Eu não ficava com aquela angústia de que aí eu vou tê que deixá ele na creche, ele vai adoecê, ele num vai conhecê as pessoas. Então, eu não tive isso, eu tive, ele teve esse período de adaptação igual eu te falei. (D)*

É perceptível que a rede de apoio para os cuidados ao filho ou filha utilizada pelas mães primíparas pesquisadas enquanto trabalham varia, sendo desde o cônjuge, creche/escola a babá/cuidadora. Esta última rede é a utilizada por duas servidoras entrevistadas que enaltecem essa possibilidade.

*Enquanto trabalho fica com meu esposo e agora vai ser escolinha meio período. (A)*

*É a creche ou aí ou a vó dele, mas a vó dele também trabalha, então é complicado. Quando não tem creche vai a algum parente pra ajudar cuidar [...]. (B)*

*[...] eu acabei optando por uma babá aí eu tive a boa sorte de encontrar uma pessoa que já havia cuidado de criança e que eu conheço há muitos anos [...]. (C)*

*[...] tive a possibilidade de deixá uma cuidadora em casa com meu filho. [...]. Eu fico tranquila aqui porque eu sei que ele tá bem cuidado com uma pessoa lá fora. (D)*

De acordo com Gama (2014, p. 19):

As empregadas domésticas são um exército de mulheres pobres, com baixa qualificação, custo baixíssimo e representam o maior contingente de trabalhadoras do país. A existência dessas trabalhadoras possibilita que a prestação pelas mulheres dos serviços domésticos não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mãe/esposa no lar.

Assim sendo, percebemos que a opção por babás/empregadas domésticas reforça a desigualdade de gênero à medida que coloca a carga de outra mulher o trabalho doméstico com a prestação de cuidados ao filho (a).

Na medida em que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho aponta para mudanças econômicas, sociais e culturais positivas, fruto da luta histórica pela emancipação das mulheres, as desigualdades de gênero de novas maneiras e com novos arranjos insistem em continuar ocorrendo.

Neste aspecto Gama (2014) tece uma crítica ao falar sobre a luta por estruturas de proteção social que foi abandonada devido à possibilidade das mulheres privilegiadas poderem contratar empregadas para realização dos trabalhos domésticos. Essa prática e a ausência de apoio do setor público criam redes de proteção e dependência no interior dos lares, o que dissemina a desigualdade entre as mulheres.

Aponta Rodrigues et al. (2010) que grande parte das mulheres que exercem uma profissão ainda lidam com a dupla jornada, trabalho x ambiente doméstico. As mulheres ainda continuam sendo responsáveis por grande parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos.

O papel desempenhado pela mulher no contexto familiar agregando o papel de mãe podem ser geradores de sobrecarga para mulheres que exercem também o papel profissional no espaço público, pois muitas ainda lidam com a centralidade nos cuidados do lar e dos filhos.

O exposto é elucidado pelas entrevistadas quando perguntadas sobre as responsabilidades domésticas em relação aos cuidados do filho ou filha quando estão em casa. Elas se dividem, sendo que metade aponta maior atribuição a si destes cuidados e a outra metade aponta dividir as tarefas com os cônjuges:

*[...] o meu esposo trabalha na fazenda então é difícil. (B)*

*Acaba ficando mais pra mim porque meu marido fica o tempo, o dia todo fora e o trabalho dele é um trabalho mais pesado então ele, às vezes, passa um dia dois fora de casa até, mas quando ele está em casa ele faz questão de dá o banho, de ficar com ele também que também é o momento que ele tem também com o X (fala o nome do filho), né, então ele cuida bem, né, quando ele pode, mas assim 90% sou eu mesmo. (C)*

*[...] é sempre só eu e o meu marido mesmo. Enquanto trabalho fica com meu esposo [...]. (A)*

Gama (2014) corrobora com o exposto ao colocar que as mulheres além de dedicarem tempo ao trabalho remunerado ainda acumulam significativa parcela desproporcional do trabalho doméstico.

De acordo com a OIT (2016) as mulheres ainda se ocupam da maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e da prestação de cuidados.

Em vários países as mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens.

Embora esta desigualdade entre homens e mulheres permaneça substancial, tem diminuído ao longo do tempo, principalmente devido a alguma redução no tempo gasto pelas mulheres nos trabalhos domésticos, embora não tenha havido nenhuma redução significativa no tempo dedicado aos cuidados às crianças. As mulheres, no entanto, continuam a trabalhar mais horas por dia do que os homens quando se considera o trabalho pago e o trabalho não remunerado (OIT, 2016).

Dentre as servidoras que apontam para divisão de tarefas com o cônjuge, uma coloca-a como ajuda do cônjuge e não como uma responsabilidade deste, conforme a fala:

*[...] é bem dividido, meu marido me ajuda muito (sendo enfática) e isso fez toda diferença inclusive nos planejamentos futuros de outros filhos, assim, que a gente pensa em tê outros filhos e eu vejo que ele me ajuda muito desde o início da maternidade, então a gente divide bastante mesmo. Eu não deixei o bebê somente apegado a mim, pra ficá somente comigo. [...] no caso somos eu e ele mesmo e porventura a babá se a gente fora dos horários de trabalho, se a gente precisar, a gente pode contar com ela também. (D)*

Segundo Bruschini (2007, p. 545) “pesquisas que analisam a divisão sexual das atividades domésticas em profundidade chamam a atenção para o fato de que os homens se envolvem em tarefas domésticas de maneira bastante seletiva”. Os homens ainda não assumem as responsabilidades domésticas de maneira universal como as mulheres, incluindo-se nestas a prestação de cuidados aos filhos que estamos analisando.

Podemos perceber nas falas das entrevistadas C e D as responsabilidades domésticas que assumem associadas aos cuidados do filho (a) quando estão em casa:

*É eu que preparo tudo, eu preparo a comida não só dele como da família, de nós três na verdade, que como eu te falei como a gente praticamente não come fora de casa, a gente não come fora de casa então cozinha é o tempo todo (risos). É uma rotina que cansa um pouco, é meio pesada [...] (risos). C*  
*Eu tenho que fazê a papinha porque apesar deu tê a pessoa que me ajuda eu gosto de fazê a comidinha dele. Então, ontem mesmo eu tava conversando com as colegas que eu fiquei na cozinha até nove e meia da noite, dez horas. D*

Nos achados dos estudos de Bruschini (2007, p. 545) esta posto que “a presença de filhos pequenos é aquele que mais dificulta a atividade produtiva feminina, na medida em que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres”. A mesma autora ainda coloca que “os filhos pequenos são aqueles que consomem o maior número de horas de dedicação à esfera reprodutiva” (2007, p. 546).

É possível constatar a partir do que foi evidenciado que as atividades domésticas de prestação de cuidados ao filho (a) pequeno (a) ficam ainda na maioria das vezes a cargo das mulheres e quando divididas com o cônjuge recebem o título de ajuda, o que dá a conotação de ser ainda uma reponsabilidade da mulher.

### **Considerações Finais**

Para a compreendermos a relação entre trabalho assalariado e vida familiar partimos do fato que no modo de produção capitalista essas dimensões se encontram em conflito, em especial quando inserida a questão de gênero nas análises sobre elas.

Sob a ótica neoliberal cada vez mais as famílias são responsabilizadas pela reprodução social e conseqüentemente as mulheres que ainda lutam pela igualdade de gênero em casa e no trabalho.

As mulheres servidoras técnico-administrativas mães primíparas da universidade pesquisada, assim como o conjunto das mulheres trabalhadoras vivenciam no cotidiano de suas vidas o conflito para conciliação dos papéis de profissional e mãe, conflito este do trabalho assalariado x trabalho doméstico.

São as mulheres, na maioria das vezes, que precisam adaptar suas rotinas a essa nova condição de vida, ainda que sejam de famílias onde o casal é provedor econômico. As mulheres são ainda as mais penalizadas tendo que adequar seu tempo entre trabalho remunerado e demandas domésticas com a prestação de cuidado ao filho (a) pequeno (a).

Foi evidenciado que o lugar que a mulher ocupa na sociedade é também determinado pelo seu papel na família, é sempre uma articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo.

No modo de produção capitalista o trabalho assalariado é a condição para reprodução material da vida. Sob esta ótica as servidoras veem a carreira profissional como possibilidade de poderem dar melhores condições materiais de vida aos filhos e filhas.

Sobre a rede de apoio utilizada para os cuidados ao filho (a) pelas mães primíparas pesquisadas, percebeu-se uma variação aparecendo desde o cônjuge, creche/escola a babá/cuidadora, sendo esta última à rede mais utilizada. Isto posto cabe colocarmos que esta opção por babás/empregadas domésticas reforça a

desigualdade de gênero à medida que coloca a carga de outra mulher o trabalho doméstico com a prestação de cuidados ao filho (a), reforçando a ideia de ser uma responsabilidade feminina.

Na medida em que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho aponta para mudanças econômicas, sociais e culturais positivas, fruto da luta histórica pela emancipação das mulheres, as desigualdades de gênero de novas maneiras e com novos arranjos insistem em continuar ocorrendo.

Nos achados deste estudo verificamos que as mulheres ainda assumem majoritariamente a prestação de cuidados ao filho (a) pequeno (a) e quando divididas estas tarefas com o cônjuge a responsabilidade sobre elas continua atribuída à mulher.

A mulher passou a ocupar a esfera da produção social de forma substancial, mas na esfera da reprodução, no espaço doméstico, a divisão das tarefas como a prestação de cuidados ao filho (a) pequeno (a) não acompanhou essa mudança, pois as mulheres ainda as assumem de forma desproporcional.

Sob uma perspectiva de gênero faz-se necessária e urgente a “reconciliação” entre trabalho e vida familiar, esse conflito entre trabalho assalariado x responsabilidades domésticas, em particular a questão do cuidado aos filhos pequenos tem efeitos negativos sobre o bem-estar de mulheres e crianças, bem como sobre as condições de trabalho.

Na lógica capitalista há uma clara subordinação da esfera da reprodução social à esfera produção que precisa ser superada, haja vista que trabalho e vida familiar são indissociáveis um do outro, relacionam-se e se complementam.

Cabe-nos concluir então que a conciliação dos papéis de profissional e mãe é algo conseguido pelas mulheres, mas nem por isso perde o seu teor conflitivo porque são as mulheres que mudam suas rotinas dando conta de atribuições no espaço público e privado, acumuladas de forma desigual em relação aos homens, potencializando deste modo a exploração do capital sobre si, e tem o seu papel social determinado pelo seu papel na família sempre articulando um ao outro.

Para superação do conflito trabalho x vida familiar será preciso à superação da desigualdade entre homens e mulheres, pois somente quando ambos equipararem os direitos e deveres tanto na esfera da produção quanto reprodução social com intrínseca relação entre si é que evoluiremos rumo a uma sociedade mais igualitária em relação ao gênero.

## Referências

- ANDRADE, Maria A. C.; RODRIGUES, Maria M. P. Indicadores de adoecimento antes e após o ingresso da criança na creche. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.2, n. 15, p. 13-21, 2005.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. Ver e Ampliada. Lisboa: Editora Lisboa, 2008.
- BELTRAME, Greyce R.; DONELLI, Tagma Marina S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Revista de Psicologia Aletheia**, n. 38-39, p. 206-217, mai./dez. 2012.
- BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.
- \_\_\_\_\_. Decreto 6.690, de 11 de dezembro de 2008. Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2008. Seção I, p.7.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 31-38, 2003.
- FONSECA, João José S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. UECE, Fortaleza 2002.
- GAMA, Andrea S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Renda domiciliar per capita 2016**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2016.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2017.
- MINAYO, Maria Cecília S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- NOGUEIRA, Marcia R. T. A influência da vinculação na conciliação de papéis/apoio social e na percepção de stress/satisfação profissional e familiar. 93fl. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia

Clínica e da Saúde na Especialidade da Infância e Adolescência) - Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, Universidade Lusófona do Porto, Porto, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulher no Trabalho: Tendências 2016**. Genebra, 2016. Disponível em: <[http://popdesenvolvimento.org/images/noticias/relatorio\\_OIT\\_mulheres\\_no\\_trabalho\\_SUM\\_PT.pdf](http://popdesenvolvimento.org/images/noticias/relatorio_OIT_mulheres_no_trabalho_SUM_PT.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2017.

PICCININI, Cesar Augusto et al. Gestação e a Constituição da Maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

RODRIGUES, Eduardo; BARROSO, Margarida; CAETANO, Ana. Trabalho, família e bem estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa. **CIES e-Working Papers**, n. 93, Lisboa, 2010. Disponível em: <[http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP93Rodrigues\\_Barroso\\_Caetano\\_002.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP93Rodrigues_Barroso_Caetano_002.pdf)> Acesso em: 02 abr. 2017.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle C. Políticas e Práticas de Conciliação entre família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

ZIMMERMANN, Aida et al. Gestação, Parto e Puerpério. In: EIZIRIK, Cláudio L.; KAPCZINSKI, Flávio; BASSOLS, Ana Margareth S. (Orgs.). **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

## 4 ARTIGO 2

### **Ambiente virtual educativo em saúde como proposta de intervenção para servidoras de uma universidade federal**

### **Educational virtual environment health as an intervention proposal for the workers from a Federal University**

Elisângela Romero Bruno

Ednéia Albino Nunes Cerchiari

Rogério Dias Renovato

Fabiane Melo Heinen Ganassin

#### **Resumo**

O objetivo deste estudo é compartilhar a construção de um Ambiente Virtual Educativo como recurso para realização de prática educativa em saúde com servidoras de uma Universidade Pública Federal quando retornam ao trabalho após licença à gestante, sendo esta ação com foco na promoção à saúde destas mulheres. Este ambiente é uma tecnologia educacional em saúde e foi desenvolvido seguindo as etapas: pesquisa de campo; discussão teórica dos dados; identificação das informações relevantes; interface gráfica; e modelagem e programação. O desenvolvimento deste trabalho contou com uma equipe pedagógica e uma equipe técnica, sendo neste estudo detalhado o que foi desenvolvido pela equipe pedagógica que é a identificação das informações relevantes para comporem o ambiente virtual, a partir das etapas pesquisa de campo e análise e discussão teórica dos dados, e a construção do ambiente em si. O ambiente virtual como um todo, na reunião de todos os seus conteúdos, informações e recursos contemplados nos seus menus, busca permitir o encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas e promover a reflexividade crítica, configurando-se assim numa prática comprometida com a promoção da saúde. Almeja-se que este ambiente virtual seja uma fonte de informação e troca de experiências entre as servidoras mães, especialmente mães primíparas, visando facilitar a conciliação dos papéis de profissional e mãe, convertendo-se desta forma numa fonte de apoio a essas mulheres no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante proporcionando consequentemente alguma melhoria no cotidiano laboral e no contexto familiar dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres. Auxílio-Maternidade. Educação em Saúde. Tecnologia da Informação.

#### **Abstract**

The aim of this study is to share a construction of an Educational Virtual Environment as a resource for developing the educational practice in health with the workers from a Federal Public University – UFGD when they come back to their job after the maternity leave, focusing to promote a health life for those women. This environment is an educational technology in health and was developed by these following steps: field research; data theoretical discussion; identification of relevant information; graphic interface; modeling and

programming. The development of this study included a pedagogical team, which identified relevant information for building the virtual environment by taking the field research steps, the analysis and the theoretical discussion of the data, and a technical team for building the virtual environment itself. The virtual environment, as it gathers every content, information and resources offered on its menu, allow to find several people with knowledge, practices and different experiences besides to promote a critical reflexivity, which is then a commitment in promoting health. It is expected that this virtual environment to be a source of information and experience exchanges among co-workers, mainly the primipara mothers. It aimed to promote the conciliation of the roles from the professional mothers, turning it into a supporting source to those mother workers along the initial period as they return to work soon after the maternity leave and consequently giving them an improvement not only at their labor routine but also at their family context.

**Key-words:** Women. Maternity Allocation. Health Education. Information Technology.

## **Introdução**

As práticas educativas em saúde são ações que mudam o homem e criam instituições humanas, isso numa compreensão ligada ao conceito de práxis. É um processo que se dá no encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas e que juntas poderão construir formas de entender e compreender saúde, ou seja; não ficam restritas ao repasse de informações e orientações, mas possuem intencionalidades educativas. (BAGNATO; RENOVATO, 2006).

Pensando no conceito de práxis a partir de Paulo Freire, cabe mencionar o que ele denominava de pedagogia da problematização que é a caracterização dos problemas a serem debatidos, sua articulação com a realidade social e o encaminhamento das soluções parciais num processo contínuo de reflexão-ação-reflexão (BRASIL, 2007).

A saúde nesta perspectiva é entendida em seu conceito ampliado, o da VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, que a definiu como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida do ser humano (BRASIL, 1986).

De acordo com as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal (BRASIL, 2013), promoção à saúde envolve ações voltadas à educação em saúde, à prevenção dos riscos, agravos e danos à saúde do servidor, ao estímulo dos fatores de proteção da saúde e ao controle de determinadas doenças. Tem como finalidade a melhoria

dos ambientes, da organização e do processo de trabalho, de modo a ampliar a conscientização, a responsabilidade e a autonomia dos servidores.

Assim, a prática educativa em saúde sob a concepção da educação popular em saúde compreende e reconhece a importância dos saberes e práticas populares e sugere uma mediação entre os saberes técnico-científicos e os populares. O encontro entre o popular e o científico pode ser propiciado através da reflexão crítica, do diálogo e da construção compartilhada do conhecimento (BRASIL, 2007; BRASIL, 2012).

Sob esta ótica os projetos educativos devem ser pensados com a comunidade e não mais para a comunidade (BRASIL, 2007). De acordo com Freire (1996), é preciso falar com o outro e não para o outro, e então é necessário saber escutar, pois somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele.

A partir do entendimento do conceito ampliado de saúde, de promoção à saúde e da perspectiva da educação popular em saúde compreendemos as práticas educativas em saúde como um processo de troca e dialógico que respeita os saberes dos indivíduos envolvidos e permite a construção coletiva de respostas que façam sentido na realidade vivida pelos sujeitos.

As práticas educativas em saúde podem ter como meio para sua efetivação uma tecnologia, que para Nietzsche *et al.* (2005) é resultado de processos concretizados a partir da experiência cotidiana e da pesquisa, que resultam em produtos materiais ou não, tendo como finalidade possibilitar intervenções sobre situações práticas.

A autora divide as tecnologias em Educacionais (dispositivos utilizados para intermediar processos de ensinar e aprender, utilizadas entre educadores e educandos); Assistenciais (dispositivos para a mediação de processos de cuidar, aplicadas por profissionais com os usuários dos sistemas de saúde); e Gerenciais (dispositivos para a mediação de processos de gestão, utilizadas por profissionais nos serviços de saúde) (NIETSCHE *et al.* 2005).

Conforme coloca Nietzsche (2000, p.164) na perspectiva da transformação a tecnologia educacional deve ser emancipatória, sendo esta:

Concebida e entendida como a apreensão e a aplicação de um conjunto de conhecimentos e pressupostos que, ao serem articulados técnica e eticamente, possibilitam aos indivíduos pensar, refletir, agir, tornando-os sujeitos do seu próprio processo existencial, numa perspectiva de exercício de consciência crítica e da cidadania, tendo como condição a possibilidade de experimentar liberdade, autonomia, integralidade e estética, na tentativa de buscar qualidade de vida, de modo que os envolvidos possam encontrar a sua auto-realização.

No que tange à produção e validação de tecnologias educacionais, está posto como desafio para realização da educação em saúde com os usuários o desenvolvimento de estudos com base em demandas da comunidade que busquem contemplar assuntos que lhes interessam assim como, sobre as tecnologias mais acessíveis e utilizáveis entre o público alvo das ações educativas em saúde (TEIXEIRA, 2010).

A adoção de metodologias diferenciadas e a utilização de tecnologias podem tornar o processo educativo mais participativo e emancipatório, configurando-se desta forma numa proposta mais dialógica que possibilite alcançar os objetivos das ações educativas em saúde uma vez que, a utilização de tecnologias pode ser uma estratégia capaz de facilitar o processo educativo e de tornar a atividade mais participativa e envolvente (SILVA *et al.*, 2015).

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) são recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, como os meios de comunicação: rádio, televisão, jornal impresso, livros e computadores dentre outros. Somente uma parte destas tecnologias se refere aos meios eletrônicos que surgiram no final do século XIX e foram reconhecidas publicamente no início do século XX. Os meios eletrônicos incluem as tecnologias como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, sistemas multimídias, redes telemáticas, robótica e outros (BRASIL, 1998).

A aprendizagem intermediada pelo computador faz parte das mudanças nos processos de comunicação e produção de conhecimentos ocorrida no decorrer dos tempos e essas mudanças geraram também transformações na consciência individual, na percepção de mundo, nos valores e nas formas de atuação social (BRASIL, 1998). Para Kenski (2003, p. 21), “O homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas. Elas transformam suas maneiras de pensar, sentir, agir. Mudam também suas formas de se comunicar e de adquirir conhecimentos”.

Os avanços da informática facilitaram a vida e aproximaram distâncias fazendo com que essa sociedade, em certa medida, se tornasse cada vez mais dependente da informática e seus desdobramentos. Deste modo as tecnologias da informação e comunicação tem impactado nosso dia a dia e a esfera educacional tem acompanhado este progresso incorporando-as ao processo de aprendizagem (BERÇOT, 2011).

As novas tecnologias da informação oferecem diversas alternativas à realização da prática educativa, pois permitem a educação à distância, a formação contínua, trabalhos cooperativos e interativos, a socialização de experiências e a aprendizagem permanente (BRASIL, 1998). Essas tecnologias podem ser utilizadas para se encontrar, explorar, analisar, trocar e apresentar informações (KINNEAR *et al.*, 2001). Elas podem ser armazenadas,

acessadas e repassadas independentemente do local onde as pessoas se encontrem fisicamente. A internet, por exemplo, permite que os participantes do processo educativo possam acessar conteúdos e realizar atividades colaborativas, bem como tem possibilitado comunicações interculturais mediadas pelo computador. Ideias e experiências podem ser compartilhadas por um grande número de pessoas a partir deste recurso (KINNEAR *et al.*, 2001).

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um tipo de *software* desenvolvido para aprendizagem via Web e que possui a funcionalidade para comunicação mediada pelo computador (SCHLEMMER, 2002). Em linhas gerais o ambiente virtual proposto neste estudo assemelha-se a um AVA, porém o denominamos ambiente virtual educativo (AVE) por suas características próprias, por não se restringir a uma perspectiva escolar de ensino-aprendizagem e por ser uma tecnologia educacional para realização da prática educativa em saúde em que a terminologia aprendizagem não é muito utilizada.

No AVE proposto é onde acontecerá à prática educativa em saúde, um espaço virtual, o qual poderá ser ampliado para o espaço físico, com encontros presenciais, porém como desdobramento da ação desenvolvida inicialmente no ambiente virtual.

A denominação do ambiente virtual de educativo se deve também à intencionalidade educativa do espaço, pois ele foi elaborado para que o público-alvo da ação educativa em saúde possa no encontro com as informações e na interação com outro, com suas diferenças, experiências e vivências diversificadas, construir o conhecimento de forma compartilhada, através da reflexão crítica e do diálogo (BAGNATO; RENOVATO, 2006). O ambiente virtual enquanto espaço educativo permite aos educandos o acesso à informação a qualquer tempo, independentemente dos limites impostos pelo espaço geográfico (SCHLEMMER, 2005).

A concepção educativa centra-se na perspectiva freiriana que considera como ponto de partida do processo pedagógico o saber trazido pelos indivíduos, valoriza-se o seu saber e os seus valores. A ação não é mais realizada para os indivíduos participantes, mas sim a partir deles e com eles, ouvindo-os e valorizando-os. Nenhum processo de discussão é colocado de cima para baixo (BRASIL, 2007).

A escolha de um ambiente virtual foi à opção mais viável e interessante para realização da prática educativa em saúde em virtude da realidade do público-alvo da ação, pois é uma ferramenta que poderá ser acessada nos locais e momentos que os indivíduos julgarem mais oportunos de acordo com a organização de cada um.

O objetivo deste estudo é a formulação de um ambiente virtual educativo como recurso para realização de prática educativa em saúde com servidoras que retornam da licença à gestante numa Universidade Pública Federal, sendo esta ação com foco na promoção à saúde física, psíquica e social destas mulheres. Almeja-se que o ambiente virtual seja uma fonte de informação e troca de experiências entre as servidoras mães primíparas visando facilitar a conciliação dos papéis de profissional e mãe, convertendo-se desta forma numa fonte de apoio a essas mulheres, em especial no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante.

## **Método**

Trata-se do desenvolvimento de tecnologia educacional em saúde, denominada ambiente virtual educativo que visa aproximar as áreas de ensino e saúde voltados para as mulheres servidoras mães primíparas de uma universidade pública federal.

Esta pesquisa foi estruturada em dois momentos: pesquisa de campo, sendo esta um estudo de abordagem qualitativa e exploratória utilizando o estudo de caso; e o desenvolvimento do ambiente virtual educativo.

No primeiro momento, participaram da pesquisa de campo mulheres servidoras técnico-administrativas de uma universidade federal que foram mães pela primeira vez (mães primíparas) e enfrentaram e/ou enfrentam os desafios da conciliação dos papéis de profissional e mãe nos meses iniciais do retorno ao trabalho após licença à gestante.

O período de coleta de dados ocorreu de janeiro a março de 2017 e a amostra foi constituída de quatro servidoras mães primíparas (denominadas de A a D). Foi utilizado um questionário sócio demográfico ocupacional para traçar o perfil das mulheres entrevistadas; e a entrevista semiestruturada direcionada por cinco questões que buscaram responder como ocorreu o processo de retorno ao trabalho após licença à gestante e os principais apontamentos das servidoras acerca da conciliação dos papéis de profissional e mãe.

Para a análise e interpretação das entrevistas foi realizada à análise de conteúdo a partir de Bardin utilizando como principal referencial teórico autores marxistas como Bruschini (2007), Sorj et al (2007), Antunes (2009) e Gama (2014) e da pedagogia crítica como Paulo Freire (1979; 1986; 1987; 1996).

O segundo momento foi à construção do AVE, a partir dos dados da primeira etapa, e com foco na promoção à saúde. Esta tecnologia educacional em saúde utilizou-se da educação pelos pares conforme coloca Teixeira e Mota (2011), promovendo uma relação

horizontal no que concerne à linguagem, aos interesses e vivências comuns dos componentes de um grupo.

O desenvolvimento de tecnologia sob a ótica da educação pelos pares busca propiciar maior autonomia e poder aos indivíduos sobre suas vidas, pois promove o intercâmbio dos saberes e práticas por intermédio do diálogo e da reflexão sobre o contexto social no qual esses indivíduos estão inseridos. É um espaço para troca de informações, experiências e vivências acerca de problemas comuns que afetam todos os participantes e que interferem no seu bem-estar biopsicossocial (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

A construção do AVE pautou-se em concepção teórico-pedagógica construtivista, e converge para uma visão progressista de educação em saúde, em que os temas devem ser de interesse dos usuários e a participação destes deve acontecer desde o planejamento das ações até sua avaliação (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

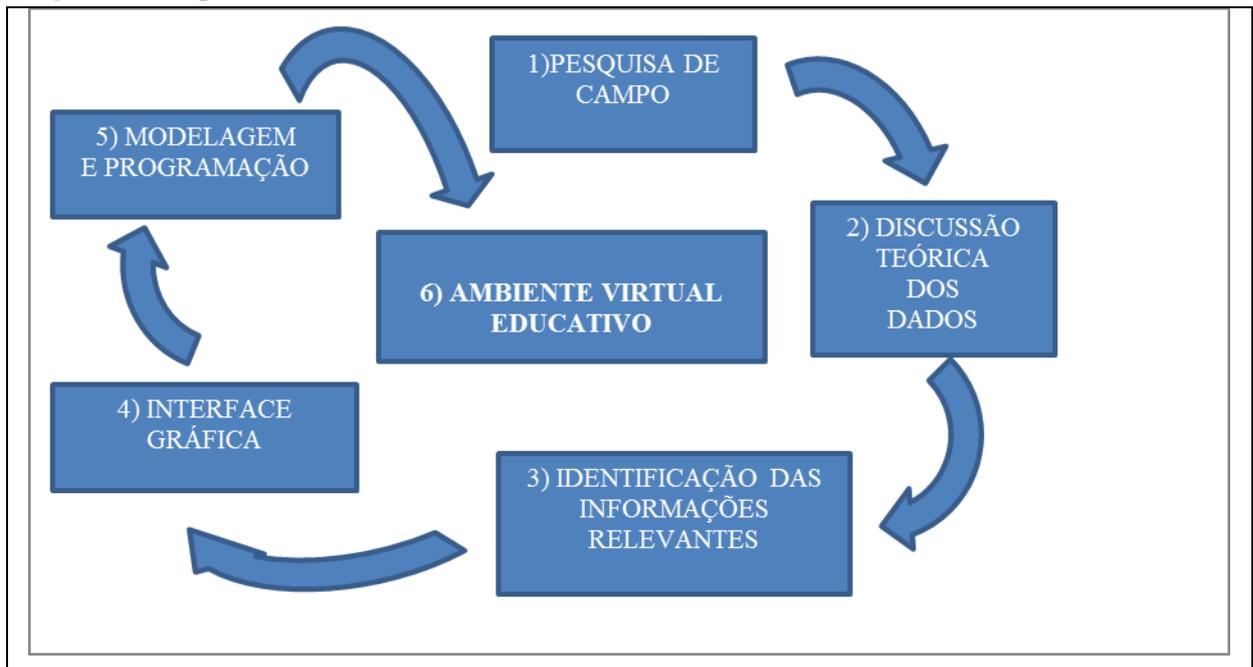
Nesta concepção teórico-pedagógica, o cerne está no indivíduo em ser o agente ativo de seu próprio conhecimento. Ele é quem constrói significados e define sentidos e acordo com a representação que tem da realidade, a partir de suas experiências e vivências em diferentes contextos (FIOCRUZ, 2005).

Para isso, o AVE precisa apresentar algumas características, como: a possibilidade de interatividade; a possibilidade de interação à distância; e a possibilidade de armazenamento e organização de informações de diferentes formas, como textos, vídeos, gráficos, animações e áudios (REZENDE, 2002).

As tecnologias educacionais em saúde de acordo com Teixeira e Mota (2011) são produzidas, validadas e/ou avaliadas. As etapas mencionadas e/ou apresentadas neste estudo referem-se apenas à produção do AVE, sendo elas: pesquisa de campo (abordagem qualitativa exploratória/estudo de caso), discussão teórica dos dados, identificação das informações relevantes, interface gráfica e modelagem e programação (TEIXEIRA; MOTA, 2011; BEHAR *et al.*, 2005).

Seguem ilustradas no esquema abaixo (Figura 2) as etapas do desenvolvimento do AVE (TEIXEIRA; MOTA, 2011; BEHAR *et al.*, 2005):

**Figura 2-** Etapas do desenvolvimento do Ambiente Virtual Educativo



Fonte: Elaborado a partir de Teixeira e Mota (2011) e Behar *et al.* (2005).

Baseando-se no que propõe Kenczinski *et al.* (2012), como pontos principais da metodologia para criação de objetos de aprendizagem interativos, utilizamos duas equipes para realização deste projeto: uma equipe técnica e uma equipe pedagógica. No nosso caso, a equipe técnica foi composta por profissional com conhecimento em programação e que dominava as ferramentas para desenvolvimento do ambiente virtual e, a equipe pedagógica foi composta por profissionais da saúde que desenvolveram a pesquisa de campo, discutiram os dados, identificaram as informações relevantes e propuseram esta tecnologia educacional em saúde denominada ambiente virtual educativo e todo seu conteúdo.

A pesquisa de campo foi realizada para identificar as representações, necessidades e interesses do público-alvo; a análise e discussão teórica dos dados coletados na pesquisa de campo foi realizada à luz da literatura sobre a temática pesquisada (ZIMMERMANN *et al.*, 2001; FLECK; WAGNER, 2003; ANTUNES 2009; BRUSCHINI, 2007; SORJ *et al.*, 2007; PICCININI *et al.*, 2008; RODRIGUES *et al.*, 2010; NOGUEIRA, 2013; GAMA, 2014; OIT, 2016); e a partir disso foram identificadas as informações e conteúdos relevantes para elaboração e criação do ambiente virtual educativo (TEIXEIRA; MOTA, 2011).

A interface gráfica relaciona-se à organização estética e visual do sistema, a montagem dos menus, a organização das informações na tela, enfim refere-se à organização espacial de cada funcionalidade do ambiente objetivando uma navegação intuitiva e rápida. A modelagem e programação do ambiente virtual refere-se ao desenvolvimento técnico do ambiente, a

programação propriamente dita, onde foi definido o padrão de modelagem e a arquitetura do sistema. (BEHAR *et al.*, 2005).

Almejamos que esta tecnologia educacional, pela possibilidade dialógica ofertada, possa se efetivar enquanto prática educativa libertadora e problematizadora. Utilizando-se da educação pelos pares a ideia é que o ensino problematizador ocorra, de modo que quem ensina aprende e quem aprende passa também a ensinar (FREIRE, 1987; TEIXEIRA; MOTA, 2011).

A intencionalidade é que este ambiente virtual através das informações prestadas e pela possibilidade de interação e promoção do intercâmbio de experiências entre as mães primíparas servidoras, se converta em fonte de apoio a essas mulheres para esse momento peculiar de suas vidas de retornar ao trabalho após licença à gestante tendo então que conciliar os papéis de profissional e mãe.

Lembrando Freire (1986), propomos uma ferramenta pautada no formato de ação educativa dialógica, em que as servidoras técnico-administrativas que passaram pelo momento de retornar ao trabalho após licença à gestante descreveram suas experiências diárias vivenciadas sobre a situação, e a partir disso é que se deu a elaboração da ferramenta, com elementos trazidos pelas próprias servidoras. Esta ferramenta será construída e reconstruída permanentemente por essas mulheres/mães a partir da sua utilização.

A pesquisa que fundamentou a criação deste ambiente virtual é intitulada: “O exercício da atividade laboral após licença à gestante para mães primíparas de uma universidade federal: criação de um ambiente virtual educativo como proposta de intervenção”, a qual foi submetida ao Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, via Plataforma Brasil, respeitando-se o previsto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e aprovada em 26 de outubro de 2016 com o parecer de número 1.792.489.

Ao utilizarmos neste estudo, falas das servidoras entrevistadas na pesquisa de campo, as mesmas serão identificadas com as letras A, B, C e D obedecendo à ordem em que as entrevistas ocorreram.

## **Resultados e Discussão**

A apresentação da construção do AVE ora explicitada, neste estudo, se aterá ao trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica no que concerne as etapas do seu desenvolvimento, que é a identificação das informações relevantes para comporem o

ambiente virtual e a construção do ambiente em si. As etapas referentes à pesquisa de campo e discussão teórica dos dados, que são a base das demais etapas serão por vezes mencionadas e utilizadas como fonte de elucidação, mas já foram devidamente trabalhadas e esmiuçadas em outro estudo intitulado “A conciliação dos papéis de profissional e mãe para servidoras mães primíparas de uma Universidade Federal”.

Os aspectos das etapas interface gráfica e modelagem e programação serão sucintamente mencionadas, mas não aprofundadas uma vez que foram realizadas por uma equipe técnica contratada para este fim e não são objeto deste estudo.

Inicialmente, para construção do AVE, a equipe técnica recebeu da equipe pedagógica os conteúdos, informações, frases, textos e imagens a serem ofertados no ambiente virtual e fez um desenho prévio como proposta de interface gráfica.

Posteriormente, foram realizados encontros periódicos entre equipe técnica e pedagógica para discussão da organização estética e visual do ambiente. Debateu-se primeiramente o título dos menus propostos pela equipe pedagógica que foram sintetizados em busca da melhor organização estética e visual do ambiente; em seguida foram definidos quais menus contariam com submenus devido à organização dos conteúdos a serem disponibilizados; e por fim a maneira como seriam organizadas as informações na tela, as frases, textos e imagens.

Em relação aos aspectos técnicos cabe considerar que construímos um servidor e domínio para hospedar o ambiente virtual. Como padrão de modelagem foi utilizada a linguagem de modelagem unificada (UML), essencialmente diagrama de caso de uso. Para programação foram utilizadas linguagens de desenvolvimento Web, HTML5, CSS3, JQUERY e PHP como linguagem de comunicação com o banco de dados que é uma MySQL<sup>1</sup>.

Intentado propor uma interface agradável para o AVE optamos por utilizar cores que facilitassem o processo de visualização de todos os menus, padronizamos ícones e textos e na busca de aproximá-lo da realidade cotidiana das servidoras utilizamos imagens de diversos espaços da universidade que são fotos cedidas por um servidor que fotografa constantemente a instituição.

Nesse sentido, nos pautamos na perspectiva educativa que fomentou a construção do ambiente virtual e optamos por utilizar frases do educador Paulo Freire na tela inicial junto

---

<sup>1</sup> As considerações sobre a parte técnica do desenvolvimento do ambiente virtual teve como principal referência o site W3SCHOOLS, disponível em: <https://www.w3schools.com/>

com o título do espaço denominado “Servidora: Conciliando os Papéis de Profissional e Mãe”, uma vez que ambos esclarecem um pouco dos objetivos e características desta tecnologia educacional que é auxiliar as mulheres servidoras na conciliação dos papéis de profissional e mãe, podendo servir como fonte de apoio, informação e troca de experiências, em especial no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante.

Após essa discussão periódica entre as equipes em que foi intensamente debatida cada funcionalidade do ambiente é que se definiu o design da plataforma como um todo. A tela inicial, textos, frases, imagens, os menus e submenus com respectivos títulos, conteúdos e informações elaborados pela equipe pedagógica foram na sequência integrados à programação propriamente dita, chegando assim ao produto final AVE, como segue abaixo.

**Figura 3-** Tela inicial do Ambiente Virtual Educativo



Fonte: Própria autora, 2017.

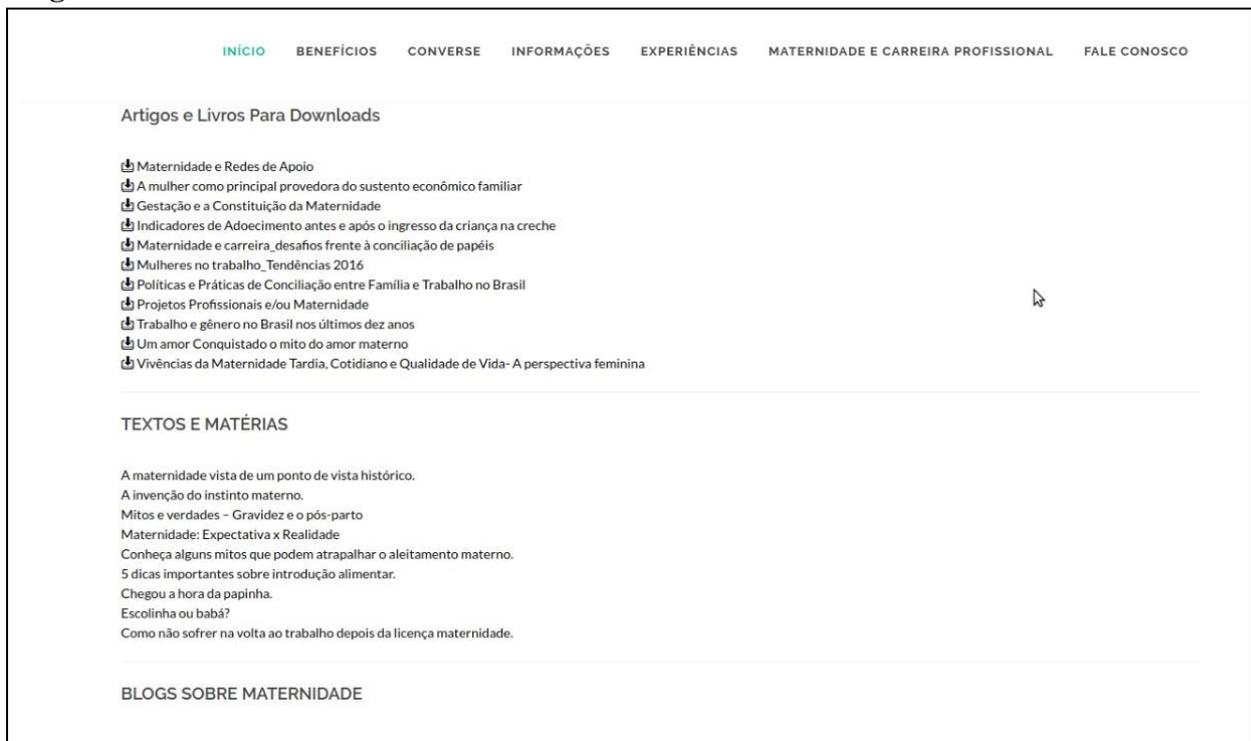
A equipe pedagógica após realização da pesquisa de campo e discussão teórica dos dados identificou as informações e conteúdos relevantes para comporem o AVE. A seguir trataremos da concepção pedagógica do ambiente virtual como um todo, como se chegou a cada funcionalidade e aos conteúdos nele contemplados.

A identificação dos conteúdos se deu a partir da análise dos dados coletados nas entrevistas com as servidoras mães primíparas e que retratam o processo de conciliação dos papéis de profissional e mãe no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante. A partir da análise de conteúdo foram elencadas como categorias: 1) Mudança na rotina; 2) A importância do papel profissional para a mulher; 3) Rede de apoio que utilizam para o cuidado ao filho ou filha; e 4) Ambiente virtual para informação, apoio e troca de

experiências. Depois desta identificação, os conteúdos foram então organizados sob a lógica de menus e submenus com os respectivos títulos e subtítulos dos assuntos tratados para comporem o AVE.

As categorias “Mudança na rotina” e “A importância do papel profissional para a mulher” geraram o menu denominado “Maternidade e Carreira profissional” que contempla uma série de textos, artigos, livros e links de sites sobre a temática, os quais em grande parte foram consultados e/ou utilizados na discussão teórica dos dados coletados na pesquisa se campo, buscando contribuir para a reflexão quanto as questões de gênero, o papel da mulher na sociedade capitalista e a função social da maternidade. Como exemplo do que foi disponibilizado nos fundamentamos nos seguintes autores: Badinter, 1985; Scavone, 2001; Fleck; Wagner, 2003; Fabbro, 2006; Bruschini, 2007; Sorj *et al.*, 2007; e OIT, 2016.

**Figura 4 - Menu "Maternidade e Carreira Profissional"**

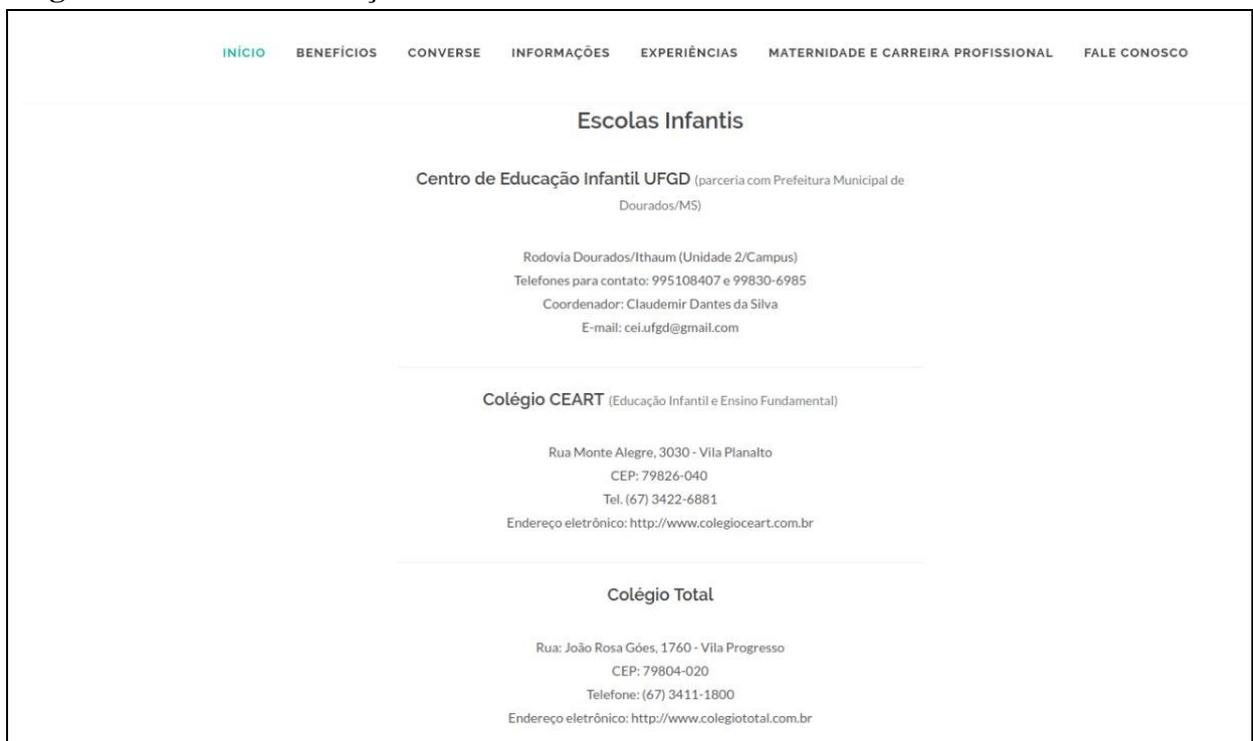


Fonte: Própria autora, 2017.

Esse conteúdo tem como objetivo possibilitar as mulheres servidoras mães que se questionem e reflitam sobre seus papéis de profissional e mãe, pois para compatibilizarem trabalho e vida familiar precisam superar diversos desafios, pois além da ausência de políticas públicas direcionadas a essa demanda, a sociedade capitalista sob o ideário neoliberal coloca cada vez mais a responsabilidade pela reprodução social para as famílias, sendo assumida majoritariamente pelas mulheres que ainda lutam pela igualdade de gênero em casa e no trabalho (SORJ *et al.*, 2007; GAMA, 2014).

A categoria “Rede de apoio que utilizam para o cuidado ao filho ou filha” deu origem ao menu “Informações” onde foram colocados os contatos e endereços de instituições formais de atendimento a criança como, escolas infantis, centros recreativos e hospitais com serviço de pediatria visando fornecer as servidoras uma coletânea dos principais serviços ofertados na cidade para agilizar o acesso a essas informações quando necessário. Nogueira (2013) aponta que o apoio social com o qual o indivíduo pode contar para o desempenho dos múltiplos papéis é muito importante e se considerada insuficiente ou inacessível, pode dificultar a conciliação, aumentando os níveis de estresse sentidos numa ou mais áreas da vida do sujeito.

**Figura 5** - Menu "Informações"



Fonte: Própria autora, 2017.

A categoria “Ambiente virtual para informação, apoio e troca de experiências” foi estabelecida mediante sugestões das servidoras entrevistadas para o ambiente virtual educativo, a partir de suas próprias experiências e vivências de retorno ao trabalho após licença à gestante, e elas apontaram para o aspecto da informação sobre os benefícios às servidoras públicas federais com o nascimento de filho (a); para a questão do espaço para troca de informações com outras mães servidoras; bem como para a questão deste espaço servir como fonte de apoio às servidoras mães primíparas.

As sugestões das servidoras entrevistadas relacionadas à questão da informação sobre os benefícios às servidoras públicas federais com o nascimento de filho (a) podem ser elucidadas com as falas que seguem:

“[...] É, é importante. É importante para os programas daqui né (aqui se referindo à universidade). E até mesmo eu acho a questão de antes da licença, antes de você tirar licença quando está gestante ainda, sobre como você vai tirar licença, a prorrogação da licença, que documento que precisa porque às vezes tá lá no site da universidade, mas, né, tá lá né, num “arquivozinho” (risos) não é verdade? [...] Vai ter esse espaço de troca né?! Que isso aí é bem importante, é o que é mais importante na verdade porque às vezes você até viu coisas, mas na prática não é nada disso, não é verdade?” Servidora A

“[...] seria legal colocar é, colocar né, essa questão, essa informação relacionada à licença que a gente tem direito, né. [...] no meu caso eu fui perguntando, eu fui perguntando pra quem eu conhecia ou tinha algum filho, eu fiz isso.” Servidora B

Essas sugestões deram origem ao menu “Benefícios” que contempla todos os benefícios que são concedidos pela universidade com o nascimento de filho (a), trazendo as orientações e formulários a serem preenchidos para solicitação destes, sendo possível fazer o download dos formulários no próprio ambiente virtual. Este menu conta com submenus que recebem o título dos benefícios, a saber: licença à gestante; auxílio natalidade; auxílio pré-escolar; e licença por motivo de doença em pessoa da família.

**Figura 6 - Menu "Benefícios" com os submenus**

The screenshot displays a web interface for the 'Benefícios' menu. At the top, a navigation bar includes 'INÍCIO', 'BENEFÍCIOS', 'CONVERSE', 'INFORMAÇÕES', 'EXPERIÊNCIAS', 'MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL', and 'FALE CONOSCO'. The 'BENEFÍCIOS' menu is expanded, showing sub-items: 'LICENÇA A GESTANTE', 'AUXÍLIO NATALIDADE', 'AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR', and 'LICENÇA POR MOTIVOS DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA'. The main content area is split into two columns: 'Documentos Necessários' and 'Formulário/Requerimento'. The 'Documentos Necessários' column lists: 'Atestado médico original evolução da doença, data de diagnóstico e respectivo CID (Código Internacional de Doença), bem como a quantidade de dias necessários à recuperação.', 'Originais de exames complementares referentes à patologia (facultativo).', and 'Cadastro do familiar regularizado junto ao SIAPE.'. The 'Formulário/Requerimento' column contains a link: 'Justificativa para acompanhamento de familiar doente.'. Below these columns is a section titled 'Procedimentos' with three paragraphs: 'O familiar deve estar cadastrado no SIAPE do servidor para fins de gozo desta licença.', 'O atestado médico juntamente com a justificativa para acompanhamento de familiar doente deverá ser apresentado (pessoalmente ou via malote) à SESAS, sediada na Rua Melvin Jones, nº940, Jardim América, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de início do afastamento, para fins de registro ou agendamento de perícia oficial (tel. 3410-2780).', and 'A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário. A avaliação psicossocial, sempre que possível, deverá ser realizada para subsidiar essa decisão.'. The browser address bar at the bottom shows 'localhost/elisangela/beneficio/licenca\_motivos\_doenca\_pessoa\_familia'.

Fonte: Própria autora, 2017.

Apareceram como sugestões das servidoras para o ambiente virtual alguns relatos sobre suas experiências com a maternidade e com o retorno ao trabalho após licença à gestante, os quais gostariam de compartilhar como outras servidoras mães primíparas, um pouco do que deu certo e lhes fez bem e que talvez possa ser um caminho, uma dica para outras servidoras que passarão pela mesma experiência. Seguem algumas falas para ilustrar o exposto:

*“Eu voltei a fazê atividade física, a ir pra academia, quando meu bebê tinha dois meses e as pessoas falavam assim pra mim, e eu levo ele até hoje, ele vai comigo no bebê conforto desde os dois meses: ai, eu te admiro tanto como que você teve é força pra vim e eu falei: num me admire muito não porque eu saí, eu saí, eu fui pra academia não foi porque ai eu queria meu corpo de volta, não, não foi isso. Foi porque eu com dois meses já percebi que eu já tava, a minha cabeça já tava entrando em parafuso de fica trancada dentro de casa, só eu e ele, porque meu marido saía pra trabalha, e naquela época ele tava trabalhando numa fazenda longe daqui voltava três quatro dias, e eu dentro daquela casa, só eu e ele, sem conversar com ninguém, entendeu? Foi me dando uma agonia, uma agonia, falei: não, preciso arrumar uma coisa pra fazê. Falei: eu vô pra academia. Já era um horário do dia que eu pegava o carro, saía de casa, ia pra academia, espirecia minha cabeça e na saída passava no mercado e voltava pra casa, porque eu ia fazê o que com uma criança de dois meses na rua, batê perna? Cê num vai, então era uma atividade, uma obrigação, e isso fez muito bem pra mim, fez muito bem”.* Servidora C

*“Então é adaptá e ir voltando aos poucos à vida normal que eu acho isso importante pra mãe, a gente não deixa de sê o que a gente é pra sê mãe, né, sê as quatro coisas ao mesmo tempo, quatro, cinco, dez (risos).”* Servidora C

*“Eu acho que as pessoas têm que programar o retorno gradualmente, tanto pra ela, pra mim no caso, pra eu saber que eu ia voltar, como que seria, pra trabalhar isso na minha cabeça e com o bebê. Então, como eu sei que o meu bebê num teve tanto sofrimento eu num sofro. Eu fico tranquila aqui porque eu sei que ele tá bem cuidado com uma pessoa lá fora. Então, eu acho que isso que o pessoal tem que fazer e não uma coisa brusca. Tem muitas mães que assim: ai eu vô voltar a trabalhar, pega deixa a criança sem fazer uma adaptação. Então, eu acho que toda mãe deveria pensar nisso, no retorno, se possível fazer esse período de adaptação com a outra pessoa que fosse deixar, que fosse na escolinha, que as vezes a escolinha não te dá essa possibilidade, mas com cuidador ficou mais fácil de ir deixando aos poucos pro bebê se adaptar e eu me adaptar e ter confiança na pessoa que tá com o bebê, acho que isso conta muito”.* Servidora D

O aspecto da troca de experiências também foi evidenciado pelas servidoras, conforme segue:

*“[...] Vai ter esse espaço de troca né?! Que isso aí é bem importante é o que é mais importante na verdade, porque às vezes você até viu coisas, mas na prática não é nada disso, não é verdade?!”* Servidora A

*“É, eu acho, eu acho super importante a troca de experiências [...] porque assim, a gente se sente mais confortável em sabê que aquilo que você tá passando a outra pessoa passô também, não que do jeito que ela tá passando vai sê com você, mas às vezes você se identifica e você vê que é normal, que todo mundo vai passá por aquilo e que vai dá certo ou que, ou às vezes você se espelha na experiência daquela pessoa. [...] Então assim, tem inúmeras experiências que a gente pode trocá ali, ideias que podem surgir, apoio emocional que eu acho que é muito importante [...] acho muito importante esse tipo, essa criação desse ambiente até pro vínculo que a gente vai criá entre nós aqui [...].”* Servidora D

Atendendo o quesito de espaço para troca de informações com outras mães servidoras, bem como para a questão deste espaço servir como fonte de apoio às servidoras mães primíparas é que foram criados os menus “Experiências” para contemplar num primeiro momento relatos das mães primíparas entrevistadas, um pouco sobre suas experiências com a maternidade e com a conciliação dos papéis de profissional e mãe; e “Converse” que será um fórum para possibilitar a conversa, o debate e a discussão entre as mães servidoras.

Com esses menus pretendemos que uma comunidade virtual seja formada para troca de experiências, para discutir as experiências já apresentadas e conhecer outras trazidas pelas participantes do fórum convertendo-se assim num processo dinâmico e colaborativo (BARBOSA, 2005).

Reportando-nos a Freire (1987) intentamos com este recurso fomentar o diálogo porque é ele que permite o desenvolvimento da consciência humana, sendo por seu intermédio que os seres humanos se encontram para refletir sobre a realidade.

**Figura 7 - Menu " Experiências"**



Fonte: Própria autora, 2017.

**Figura 8 - Menu "Converse"**



Fonte: Própria autora, 2017.

Por fim, quanto a definição dos menus pela equipe pedagógica, foi estabelecido o menu "Fale Conosco" para ser um espaço onde as servidoras possam enviar suas dúvidas, reclamações e sugestões sobre o ambiente virtual educativo, sendo possível assim sua

permanente reconstrução para atender a realidade e demandas do público usuário de modo que a premissa da dialogicidade seja contemplada.

**Figura 9** - Menu " Fale Conosco"

Fonte: Própria autora, 2017.

Enquanto tecnologia produzida para prática educativa em saúde o ambiente virtual como um todo: reunião de todos os seus conteúdos, informações e recursos contemplados em cada um de seus menus, busca permitir o encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas e promover a reflexividade crítica, configurando-se assim numa prática comprometida com a promoção da saúde (BAGNATO; RENOVATO, 2006; BRASIL, 2007; ALVES; AERTS, 2011).

A perspectiva educativa a partir do que foi estabelecido pela equipe pedagógica tem a pretensão de fomentar a reflexão e a atitude crítica das mulheres servidoras mães, pois quanto mais refletirem sobre a realidade “sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (FREIRE, 1979, p.19).

### **Considerações Finais**

A partir da proposta de desenvolver uma tecnologia educacional para realização da prática educativa em saúde com foco na promoção a saúde de servidoras públicas federais mães primíparas, pensando em algo que fomentasse um processo de troca, que fosse dialógico

respeitando os saberes dos indivíduos envolvidos e que permitisse a construção coletiva de respostas que fariam sentido na realidade vivida por essas mulheres, é que chegamos a esse AVE.

O AVE foi desenvolvido à luz da perspectiva freiriana, partindo dos dados obtidos na pesquisa de campo realizada com servidoras mães primíparas que haviam recentemente retornado ao trabalho após licença à gestante, e pauta-se no construtivismo e na educação pelos pares.

O projeto foi executado por uma equipe técnica composta por profissional com conhecimento em programação e que dominava as ferramentas para desenvolvimento do ambiente virtual e, por uma equipe pedagógica composta por profissionais da saúde que desenvolveram a pesquisa de campo, discutiram os dados, identificaram as informações relevantes e propuseram todo conteúdo desta tecnologia educacional.

O ambiente virtual educativo objetivando uma navegação intuitiva e rápida foi estruturado com seis menus, a saber: Benefícios à servidora (com os submenus: licença à gestante, auxílio natalidade, auxílio pré-escolar, e licença por motivo de doença em pessoa da família); Converse; Informações Úteis; Relatos; Maternidade e Carreira Profissional; e Fale Conosco.

A tela inicial do ambiente conta com o título “Servidora: Conciliando os Papéis de Profissional e Mãe”, com frases do educador Paulo Freire seguindo a proposta educativa do espaço, com texto de abertura e com fotos de diversos espaços da universidade cedidas por um servidor da instituição. Intentado uma interface agradável o ambiente virtual possui cores que facilitam o processo de visualização de todos os menus e uma padronização dos ícones e textos.

O ambiente virtual como um todo, na reunião de todos os seus conteúdos, informações e recursos contemplados em cada um de seus menus busca permitir o encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas e promover a reflexividade crítica. A perspectiva educativa nele contemplada tem a pretensão de fomentar a reflexão para que as servidoras mães possam pensar a partir de suas realidades concretas.

Pretendemos que o ambiente virtual educativo desenvolvido seja um importante recurso para a prática educativa em saúde, efetivando-se enquanto espaço de informação, reflexão e troca de experiências entre as servidoras mães da universidade, em especial no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante, convertendo-se assim numa fonte de apoio e auxílio para esse momento de suas vidas. Almejamos que este ambiente

promova a saúde destas mulheres servidoras, proporcionando conseqüentemente alguma melhoria no cotidiano laboral e no contexto familiar delas.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Verônica Danieli de Lima. O impacto das redes sociais no processo de ensino aprendizagem. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem. **Anais Eletrônicos**, 2010. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Veronica-Danieli-Araujo.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2017.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAGNATO, Maria Helena Salgado; RENOVATO, Rogério Dias. Práticas educativas em saúde: um território de saber, poder e produção de identidades. In: RODRIGUES, R.M.; DEITOS, R.A. (orgs.). **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais**. Cascavel: Unioeste/GPPS, 2006, p. 87-104.

BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BEHAR, Patricia Alejandra; PRIMO, Alex F. T.; LEITE, Silvia Meirelles. ROODA/UFRGS: uma articulação técnica, metodológica e epistemológica. In: BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BERÇOT, Filipe Faria. Desenvolvimento e avaliação de um software como recurso auxiliar ao ensino de imunologia básica. **Dissertação** (mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: <[http://www.ccms.saude.gov.br/conferenciasnacionaisdesaude/pdfs/8conferencia/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://www.ccms.saude.gov.br/conferenciasnacionaisdesaude/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria SRH nº. 3 de 25 de março de 2013. Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 2013. Seção 1, p. 77.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 366fl. **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 31-38, 2003.

FONSECA, Luciana Mara Monti *et al.* Tecnologia educacional em saúde: contribuições para a enfermagem pediátrica e neonatal. **Esc. Anna Nery (impr.)**, v. 15, n. 1, p. 190-196, jan.-mar./2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Elaboração de material didático impresso para programas de formação à distância: orientações aos autores**. Rio de Janeiro: 2005.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)> Acesso em: 01 abr. 2017.

KEMCZINSKI, Avanilde *et al.* **Metodologia para Construção de Objetos de Aprendizagem Interativos**. Anais do 23º Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Rio de Janeiro, 26-30 de Novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbie/2012/0041.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância: Práticas Pedagógicas**. São Paulo: Papirus, 2003.

KINNEAR, Heather *et al.* **Dissolving boundaries through Technology in Education Project - primary school links**. Disponível em: <<http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/00001871.htm>> Acesso em 12 mai. 2017.

NIETSCHE, Elisabeta Albertina. **Tecnologia emancipatória: possibilidade ou impossibilidade para a práxis de Enfermagem?** Ijuí (RS): UNIJUÍ; 2000.

NIETSCHE, Elisabeta Albertina *et al.* Tecnologias educacionais, assistenciais e gerenciais: uma reflexão a partir da concepção dos docentes de enfermagem. **Rev. Latino-americana Enfermagem**, v. 13, n.3, p. 344-353, 2005.

NOGUEIRA, Márcia Regina Teixeira. A influência da vinculação na conciliação de papéis/apoio social e na percepção de stress/satisfação profissional e familiar. 93fl. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Especialidade da Infância e Adolescência) - Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, Universidade Lusófona do Porto, Porto, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulher no Trabalho: Tendências 2016**. Genebra, 2016. Disponível em: <[http://popdesenvolvimento.org/images/noticias/relatorio\\_OIT\\_mulheres\\_no\\_trabalho\\_SUM\\_PT.pdf](http://popdesenvolvimento.org/images/noticias/relatorio_OIT_mulheres_no_trabalho_SUM_PT.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2017.

PICCININI, Cesar Augusto *et al.* Gestação e a Constituição da Maternidade. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

REZENDE, Flávia. As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista. **Revista Ensaio**, v. 02, n. 01, p. 70-87, jan./jun. 2002.

RODRIGUES, Eduardo; BARROSO, Margarida; CAETANO, Ana. Trabalho, família e bem estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa. **CIES e-Working Papers**, n. 93, Lisboa, 2010. Disponível em: <[http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP93Rodrigues\\_Barroso\\_Caetano\\_002.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP93Rodrigues_Barroso_Caetano_002.pdf)> Acesso em: 02 abr. 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHLEMMER, Eliane. AVA: Um ambiente de convivência interacionista sistêmico para comunidades virtuais na cultura da aprendizagem> Porto Alegre: UFRGS, 2002. **Tese** (Doutorado em Informática da Educação). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. Metodologias para educação à distância no contexto da formação de comunidades virtuais de aprendizagem. In: BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, Camila Tahis dos Santos; CARVALHO, Josiane Martins; CARVALHO, Fernando Luís de Queiroz. **Tecnologias voltadas para educação em saúde: O que temos para a saúde dos idosos?** II Seminário de Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde. Salvador: Out./2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/1615-4219-1-PB%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/1615-4219-1-PB%20(6).pdf)> Acesso em: 10 mai. 2017.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação entre família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

TEIXEIRA, Elizabeth. Tecnologias em enfermagem: produções e tendências para a educação em saúde com a comunidade. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v.12, n. 4, 2010, p. 598.

TEIXEIRA, Elizabeth; MOTA, Vera Maria Saboia de Souza. (Orgs). **Educação em saúde: tecnologias educacionais em foco**. 1ª ed. São Paulo: Difusão Editora, 2011.

ZIMMERMANN, Aida *et al.* Gestação, Parto e Puerpério. In: EIZIRIK, Cláudio L.; KAPCZINSKI, Flávio; BASSOLS, Ana Margareth S. (Orgs). **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

## CONCLUSÃO GERAL

As demandas postas pelas servidoras ao serviço de atenção à saúde dos servidores da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFGD, relacionadas à conciliação dos papéis de profissional e mãe, em especial no período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante, despertou a atenção da pesquisadora pela sua recorrência tornando-se uma questão de saúde.

Assim, partindo da hipótese de que as mulheres têm dificuldades para conciliar os papéis de profissional e mãe assim que retornam ao trabalho após licença à gestante, haja vista que tal fato inevitavelmente acarreta algum tipo de perda e lidar com isso pode ser algo conflitante e desafiador para muitas mulheres, buscamos conhecer a perspectiva destas mulheres servidoras que passaram por esta experiência para então construirmos uma tecnologia educacional em saúde, denominada AVE, como recurso para realizar a prática educativa em saúde com este público.

Convictos de que a prática educativa em saúde efetiva deve ser pensada numa perspectiva dialógica, emancipadora, participativa, criativa e que contribua para a autonomia dos usuários nos pautamos em Paulo Freire e no construtivismo para elaborarmos o AVE. A prática educativa em saúde é algo intrínseco a perspectiva de saúde do trabalhador, uma vez que é por meio desta que se realizam grande parte das intervenções com foco na promoção à saúde dos trabalhadores. A prática educativa em saúde deve ser capaz de proporcionar a troca de conhecimentos e experiências entre quem propõe algo e àqueles que serão os beneficiados.

Confirmando nossa hipótese inicial, com a pesquisa de campo e análise dos dados nela obtidos, constatamos que a conciliação dos papéis de profissional e mãe é algo que as servidoras conseguem realizar, mas nem por isso perde o seu teor conflitivo porque são as mulheres que mudam suas rotinas, por ter que dar conta das atribuições no espaço público e privado, acumuladas de forma desigual em relação aos homens, potencializando deste modo à exploração do capital sobre si, e tem o seu papel social determinado pelo seu papel na família sempre articulando um ao outro.

Foi possível ainda verificar que para a superação do conflito entre trabalho e vida familiar será preciso à superação da desigualdade entre homens e mulheres, pois somente quando ambos equipararem os direitos e deveres tanto na esfera da produção (público) quanto reprodução social (privada) com intrínseca relação entre si é que será possível uma sociedade mais igualitária em relação ao gênero.

A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo é que se deu o desenvolvimento da tecnologia educacional em saúde denominada AVE. Foi realizada utilizando a premissa de educação pelos pares na busca por permitir uma relação horizontal no que concerne à linguagem, aos interesses e vivências comuns dos componentes de um grupo. Sob esta ótica busca propiciar maior autonomia e poder aos indivíduos sobre suas vidas, promovendo intercâmbio dos saberes e práticas por intermédio do diálogo e da reflexão.

É um espaço para troca de informações, experiências e vivências acerca de problemas comuns que afetam todos os participantes do processo educativo e que podem estar interferindo no seu bem-estar biopsicossocial.

A construção do AVE pautou-se na concepção teórico-pedagógica construtivista, uma vez que os assuntos e conteúdos são os de interesse dos usuários, no caso as mulheres servidoras mães, e a participação destas ocorreu desde seu planejamento e acontecerá até sua avaliação que deverá ser sistemática e continuada.

O ambiente virtual como um todo, na reunião de todos os seus conteúdos, informações e recursos contemplados busca permitir o encontro de pessoas diferentes, com conhecimentos, experiências e vivências diversas e promover a reflexividade crítica. A perspectiva educativa nele contemplada tem a pretensão de fomentar a reflexão para que as servidoras mães possam pensar a partir de suas realidades concretas.

Espera-se que o AVE, produção técnica deste estudo, propicie um espaço de informação, reflexão, troca de experiências e que sirva de apoio as mulheres servidoras da UFGD que usufruem de licença à gestante e depois retornam ao trabalho reassumindo o papel profissional, sendo uma efetiva fonte de auxílio a estas para esse momento de suas vidas.

Por meio desta ferramenta é que a prática educativa em saúde se efetivará com as mulheres servidoras mães, sendo uma fonte de auxílio e apoio no momento de retorno ao trabalho ajudando-as a superar dificuldades iniciais vivenciadas acerca da conciliação dos papéis de profissional e mãe, assim que retornam da licença à gestante, e que acabam interferindo na readaptação destas ao cotidiano laboral, bem como interferem no cotidiano familiar. Por fim, almeja-se que este AVE promova uma melhoria na saúde psíquica e social destas mulheres, seja melhorando o cotidiano laboral destas na UFGD, seja produzindo melhoras no âmbito de suas vidas privadas.

## REFERÊNCIAS

- GAMA, Andrea de Sousa. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALVES, Gehysa Guimarães; AERTS, Denise. As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 1, p. 319-325, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Verônica Danieli de Lima. O impacto das redes sociais no processo de ensino aprendizagem. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem. **Anais Eletrônicos**, 2010. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Veronica-Danieli-Araujo.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2017.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAGNATO, Maria Helena Salgado *et al.* Práticas educativas em saúde? Da fundamentação à construção de uma disciplina curricular. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 3, n. 13, jul-set, 2009.
- BAGNATO, Maria Helena Salgado; RENOVATO, Rogério Dias. Práticas educativas em saúde: um território de saber, poder e produção de identidades. In: RODRIGUES, R.M.; DEITOS, R.A. (orgs.). **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais**. Cascavel: Unioeste/GPPS, 2006, p. 87-104.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Especial de Saúde Pública e suas ações de Educação Sanitária nas Escolas Primárias (1942-1960). **Educar em Revista (Impresso)**, v. Esp, p. 277-290, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Educação Sanitária nos Centros de Saúde de São Paulo (1925-1930): Práticas e Sujeitos. **História da Enfermagem - Revista Eletrônica (HERE)**, v. 2, p. 61-72, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Educação Sanitária e o Serviço Especial de Saúde Pública (1942-1960): A doença não conhece fronteiras. **História da Enfermagem - Revista Eletrônica (HERE)**, v. 2, p. 105-125, 2011b.
- \_\_\_\_\_. Da educação sanitária para a educação em saúde (1980-1992): discursos e práticas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, p. 77-85, 2012.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: Novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.
- BARROS, Maria das Graças; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. As concepções de interatividade nos ambientes virtuais de aprendizagem. In: SOUSA, Robson Pequeno; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Revista de Psicologia Aletheia**, n. 38-39, p. 206-217, 2012.

BERÇOT, Filipe Faria. Desenvolvimento e avaliação de um software como recurso auxiliar ao ensino de imunologia básica. **Dissertação** (mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Rio de Janeiro, 2011.

BOYLE, Tom. **Design for Multimedia Learning**. London: Prentice Hall, 1997.

BRASIL. Decreto-lei nº. 5.452, de 1 de maio de 1943. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. (Anais)**. Disponível em: <[http://www.ccms.saude.gov.br/conferenciasnacionaisdesaude/pdfs/8conferencia/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://www.ccms.saude.gov.br/conferenciasnacionaisdesaude/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.153, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 9, 13 jan. 2005a. Seção I, p. 1-10.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 9, 13 jan. 2005b. Seção I, p. 1-10.

\_\_\_\_\_. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referenciais para elaboração de material didático para EaD no Ensino Profissional e Tecnológico**. 2007b.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.690, de 11 de dezembro de 2008. Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2008. Seção 1, p.7.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria SRH nº. 1.261, de 05 de maio de 2010. Institui os princípios, diretrizes e ações em saúde mental dos servidores da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 mai. 2010. Seção 1, p. 97.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº. 3, de 25 de março de 2013. Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal, que visam orientar os órgãos e as entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 mar. 2013. Seção 1, p. 77.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal**. 3. ed. Brasília: MP, 2017.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e Novas Tecnologias: um (re)pensar**. São Paulo: Pearson, 2012.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida da família: Uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/calendario-teen-7a12/evento/477-dia-internacional-da-mulher.html>> Acesso em: 28 jun. 2017.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. **Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade**. 366fl. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarice Pereira. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, n. 42, p. 122-135, set/dez. 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Elaboração de material didático impresso para programas de formação à distância: orientações aos autores**. Rio de Janeiro: 2005.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 31-38, 2003.

FONSECA, Luciana Mara Monti *et al.* Tecnologia educacional em saúde: contribuições para a enfermagem pediátrica e neonatal. **Esc. Anna Nery (impr.)**, v. 15, n. 1, p. 190-196, jan.-mar./2011.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância.** 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. **Rev. Fac. Educ. [online]**, vol.23, n.1-2, 1997.

HELOANI, José Roberto. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. IN: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho e Saúde: O sujeito entre a emancipação e a servidão.** 1. ed. (2008), 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida; STHAL, Hellen Cristina. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS: interfaces com a formação em saúde. **37ª Reunião Nacional da ANPED**, Florianópolis: UFSC, 2015.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do pensamento na era da Informática.** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Paulo Gomes. Uma leitura sobre Paulo Freire em três eixos articulados: o homem, a educação e uma janela para o mundo. **Pro-Posições [online]**, v.25, n.3, p. 63-81, 2014.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A Multiplicidade de Papéis da Mulher Contemporânea e a Maternidade Tardia. **Temas em Psicologia**, vol. 22, n. 4, 917-928, 2014.

MACIEL, Marjorie Ester Dias. Educação em Saúde: conceitos e propósitos. **Cogitare Enferm.**, v. 14, n. 4, p. 773-776, 2009.

NESPOLI, Grasiela. Os domínios da Tecnologia Educacional no campo da Saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 17, n. 47, p. 873-884, out./dez. 2013.

NIETSCHE, Elisabeta Albertina. **Tecnologia emancipatória: possibilidade ou impossibilidade para a práxis de Enfermagem?** Ijuí (RS): UNIJUÍ; 2000.

NIETSCHE, Elisabeta Albertina *et al.* Tecnologias educacionais, assistenciais e gerenciais: uma reflexão a partir da concepção dos docentes de enfermagem. **Rev. Latino-americana Enfermagem**, v. 13, n.3, p. 344-353, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Alexandre Rodrigues de. Análise da obra “Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 3-5, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Notas da OIT sobre trabalho e família**, n. 4, p. 1-4, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

REZENDE, Flávia. As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista. **Revista Ensaio**, v. 02, n. 01, p. 70-87, jan./jun. 2002.

SANTOS, Edméa Oliveira. Ambientes virtuais de aprendizagem: por autorias livres, plurais e gratuitas. **Revista FAEBA**, v.12, n.18, p. 1-20, 2003.

SANTOS, Marta Alves. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 2, p. 233–240, 2013.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Campinas, **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHLEMMER, Eliane. AVA: Um ambiente de convivência interacionista sistêmico para comunidades virtuais na cultura da aprendizagem> Porto Alegre: UFRGS, 2002. **Tese** (Doutorado em Informática da Educação). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SOUSA, Íris Ferreira *et al.* “...Não tem jeito de eu acordar hoje e dizer: hoje eu não vou ser mãe!”: Trabalho, maternidade e redes de apoio. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 22, n. 1, p. 46-63, 2011.

TEIXEIRA, Elizabeth; MOTA, Vera Maria Saboia de Souza (Orgs). **Educação em saúde: tecnologias educacionais em foco**. 1ª ed. São Paulo: Difusão Editora, 2011.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular nos serviços de saúde**. Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **Physis [online]**, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

WESTPHAL, Márcia Faria; PELICIONE, Maria Cecília Focesi. Contribuição da Educação em Saúde para a Reforma Sanitária. **Saúde em Debate**, v.33, p.68-73, 1991.

## APÊNDICE A – TELAS DO AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO EM SAÚDE PARA SERVIDORAS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Endereço eletrônico: <http://www.servidoramae.megatextos.com.br/>

### TELA INICIAL PARTE 1



### TELA INICIAL PARTE 2

**AMBIENTE VIRTUAL.**

Conhecendo um pouco sobre o Ambiente Virtual.

Este ambiente foi desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado da servidora técnico-administrativa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Elisângela Romero Bruno, integrante do Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Saúde da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no período 2016/2017.

A pesquisa foi intitulada: "O exercício da atividade laboral após licença à gestante para mães primíparas de uma universidade federal: criação de um ambiente virtual educativo como proposta de intervenção".

Entendendo que existe um conflito entre trabalho e vida familiar, um desafio colocado às mulheres servidoras, e buscando compreender um pouco acerca disso o presente estudo objetivou conhecer como se deu o retorno ao trabalho, após licença à gestante, das servidoras técnico-administrativas mães primíparas da UFGD tendo que conciliar trabalho (papel profissional) e vida familiar (papel de mãe), particularmente neste aspecto pensando na questão da prestação de cuidado a filho (a) pequeno (a).

## TELA INICIAL PARTE 3

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

Agradecemos imensamente as servidoras mães primíparas que participaram da pesquisa, pois foi a partir do que elas disseram e das informações por elas fornecidas que conseguimos chegar a esse produto final.

Este espaço não visa transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção. Não pretendemos que seja um espaço para fornecimento de informações prontas e acabadas, mas para que experiências e ideias possam ser compartilhadas e debatidas.

Pretendemos que este seja um espaço para troca de informações, experiências e vivências acerca de problemas que afetam todos os participantes deste grupo e que possam estar interferindo no seu bem-estar biopsicossocial.



## MENU “BENEFÍCIOS” COM SUBMENUS

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

**Inforr**

LICENÇA A GESTANTE

AUXÍLIO NATALIDADE

AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR

LICENÇA POR MOTIVOS DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Licença concedida ao servidor cônjuge ou companheiro, parente ou dependente mediante avaliação pela Per

**Documentos Necessários**

Atestado médico original evolução da doença, data de diagnóstico e respectivo CID (Código Internacional de Doença), bem como a quantidade de dias necessários à recuperação.

Originals de exames complementares referentes à patologia (facultativo).

Cadastro do familiar regularizado junto ao SIAPE.

**Procedimentos**

O familiar deve estar cadastrado no SIAPE do servidor para fins de gozo desta licença.

O atestado médico juntamente com a justificativa para acompanhamento de familiar doente deverá ser apresentado (pessoalmente ou via malote) à SESAS, sediada na Rua Melvin Jones, nº940, Jardim América, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de início do afastamento, para fins de registro ou agendamento de perícia oficial (tel. 3410-2780).

A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário. A avaliação psicossocial, sempre que possível, deverá ser realizada para subsidiar essa decisão.

**Formulário/Requerimento**

[Justificativa para acompanhamento de familiar doente.](#)

localhost/elisangela/beneficio/licenca\_motivos\_doenca\_pessoa\_familia ... tivo justificado, caracterizará falta ao serviço, nos termos do artigo 44 da Lei nº 8.112/90.

## SUBMENU “LICENÇA A GESTANTE” DO MENU “BENEFÍCIOS”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### Informações

Licença concedida à servidora gestante e destina-se à proteção da gravidez, à recuperação pós-parto, à amamentação e à relação do binômio mãe-filho, a partir do primeiro dia do nono mês de gestação (correspondente a 38 semanas), salvo antecipação por prescrição médica.

### Documentos Necessários

Atestado médico a ser apresentado ao Serviço de Avaliação e Perícia da Saúde  
Certidão de nascimento.  
Atestado de óbito, no caso de natimorto.

### Formulario/Requerimento

[Requerimento Geral](#)

[Requerimento Geral Por Licença Gestante](#)

### Procedimentos

Para Licença Gestante de forma administrativa que ocorra a partir da data do parto a servidora ou um representante deve encaminhar à SESAS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da data do parto, o Requerimento Geral assinalado no pedido de Licença a Gestante e assinado pela servidora juntamente com a cópia da certidão de nascimento do bebe sem que haja necessidade de realização de perícia médica oficial.

Para os casos onde a licença a gestante tem início antes do parto, a servidora ou seu representante encaminha à SESAS o atestado médico requerendo a licença maternidade (o documento deve ser encaminhado em até 05 dias corridos da data do início da licença), onde será agendada uma perícia médica oficial com fins de avaliação para concessão de licença a gestante.

No caso de qualquer intercorrência clínica proveniente do estado gestacional, verificada no transcurso do nono mês de gestação, deverá ser concedida, de imediato, a licença a gestante.

No caso de nascimento prematuro, a licença, se ainda não concedida, terá início na data do evento.

Em caso de aborto ou natimorto, há necessidade de inspeção médica. No caso de natimorto, decorridos 30 dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá suas atividades. No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 dias de repouso remunerado.

## SUBMENU “AUXÍLIO NATALIDADE” DO MENU “BENEFÍCIOS”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### Informações

Benefício concedido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto. Se a parturiente não for servidora regida pela Lei n. 8112/90, o auxílio será requerido pelo servidor que seja cônjuge ou companheiro da parturiente.

Na hipótese de parto múltiplo (gêmeos, trigêmeos, etc.) será pago o valor integral de um benefício, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício por criança.

### Documentos Necessários

[Requerimento Geral](#)

[Declaração Para Recebimento de Auxílio-Natalidade \(caso não seja a mãe ou requerente\)](#)

Cópia e original da Certidão de Nascimento do dependente.

Declaração de que a parturiente não é servidora, se o auxílio for requerido pelo servidor na condição de cônjuge ou companheiro.

Comprovação da condição de cônjuge ou companheiro, quando o benefício for requerido pelo servidor.

### Unidade de Referência

Divisão de Administração de Pessoal - DAP/CAPP/PROGESP  
Fone: (67) 3410-2776  
E-mail: progesp.dap@ufgd.edu.br

## SUBMENU “AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR” DO MENU “BENEFÍCIOS”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### Informações

I. Benefício concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes de faixa etária compreendida do nascimento aos 5 (cinco) anos de idade.

- i. Filhos
- ii. Menor sob tutela do servidor, desde que a tutela seja devidamente comprovada mediante a apresentação do Termo de Tutela ou Adoção;
- iii. Menor sob guarda provisória, desde que apresente cópia da certidão de nascimento do dependente, do Termo de Adoção ou do Termo de Guarda e Responsabilidade;
- iv. Destina-se, também, ao dependente excepcional, de qualquer idade, desde que comprovados, mediante laudo médico, que seu desenvolvimento biológico, psicológico e sua motricidade correspondam à idade mental relativa à faixa etária prevista à Assistência Pré-Escolar.

II. Considera-se como dependentes para efeito da Assistência Pré-Escolar:

III. A Assistência Pré-Escolar poderá ser prestada nas modalidades de assistência direta ou indireta, sendo vedada ao servidor a acumulação dessas modalidades:

- i. Assistência direta: através da manutenção de berçários, maternais, jardins de infância e pré-escolar já existentes, integrantes da estrutura da entidade;
- ii. Assistência indireta: através de auxílio pré-escolar, que consiste em valor expresso em moeda referente ao mês em curso, pago aos servidores para propiciar aos seus dependentes atendimento em berçário, maternais ou assemelhados, jardins de infância e pré-escolas.

IV. A cota-parte referente à participação dos servidores e com sua anuidade, consignada em folha de pagamento, ocorrerá em percentuais que variam de 5% a 25%, incidindo sobre o valor-teto, proporcional ao nível de sua remuneração, a ser descontada na folha de pagamento referente ao mês de competência da concessão do benefício.

V. O Auxílio pré-escolar será concedido:

- i. Quando os cônjuges forem servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, somente a um deles. E tratando-se de pais separados, ao que detiver a guarda legal dos dependentes;
- ii. O servidor que acumula cargos e empregos na Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, somente ao vínculo mais antigo.

VI. O servidor cedido ou requisitado, com ônus, para o órgão ou entidade em que estiver prestando serviço, receberá o benefício pelo órgão ou entidade cessionário.

VII. O servidor cedido ou requisitado à Presidência da República ou com lotação provisória em órgão da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional receberá o benefício pelo órgão ou entidade de origem.

VIII. O servidor perderá o direito ao benefício:

- i. No mês subsequente ao mês que o dependente completar 6 anos de idade cronológica e mental;
- ii. Quando ocorrer óbito do dependente;
- iii. Em licença para tratar de interesses particulares;
- iv. Em licenças/afastamentos com perda da remuneração.

Documentos Necessários
Unidade de Referência

## SUBMENU “LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA” DO MENU “BENEFÍCIOS”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

Informações
Documentos Necessários
Formulário/Requerimento

Licença concedida ao servidor por motivo de doença em cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, enteado ou dependente que viva as suas expensas, mediante avaliação pela Perícia Médica Oficial.

Atestado médico original evolução da doença, data de diagnóstico e respectivo CID (Código Internacional de Doença), bem como a quantidade de dias necessários à recuperação.

Originals de exames complementares referentes à patologia (facultativo).

Cadastro do familiar regularizado junto ao SIAPE.

[Justificativa para acompanhamento de familiar doente.](#)

### Procedimentos

O familiar deve estar cadastrado no SIAPE do servidor para fins de gozo desta licença.

O atestado médico juntamente com a justificativa para acompanhamento de familiar doente deverá ser apresentado (pessoalmente ou via malote) à SESAS, sediada na Rua Melvin Jones, nº940, Jardim América, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da data de início do afastamento, para fins de registro ou agendamento de perícia oficial (tel. 3410-2780).

A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário. A avaliação psicossocial, sempre que possível, deverá ser realizada para subsidiar essa decisão.

A não apresentação do atestado no prazo legal, salvo por motivo justificado, caracterizará falta ao serviço, nos termos do artigo 44 da Lei nº 8.112/90.

## MENU “CONVERSE”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### VAMOS FALAR UM POUCO SOBRE MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL?

Compartilhe conosco a sua experiência de retorno ao trabalho após licença à gestante.  
 Você teve ou está tendo alguma dificuldade para conciliar sua vida profissional e familiar?  
 Qual a importância da carreira profissional e da maternidade em sua vida?

17  
Set

Servidora

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Cupiditate, asperiores quod est tenetur in. Eligendi, deserunt, blanditiis est quisquam doloribus voluptate id aperiam ea ipsum magni aut perspiciatis rem voluptatibus officia eos rerum deleniti quae nihil facilis repellat atque vitae voluptatem libero at eveniet veritatis ab facere.

Comentar
Recentes

NOME \*

COMENTÁRIO \*

ENVIAR

## MENU “INFORMAÇÕES” PARTE 1

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### Escolas Infantis

**Centro de Educação Infantil UFGD** (parceria com Prefeitura Municipal de Dourados/MS)

Rodovia Dourados/Ithauim (Unidade 2/Campus)  
 Telefones para contato: 995108407 e 99830-6985  
 Coordenador: Claudemir Dantes da Silva  
 E-mail: ceIufgd@gmail.com

**Colégio CEART** (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

Rua Monte Alegre, 3030 - Vila Planalto  
 CEP: 79826-040  
 Tel. (67) 3422-6881  
 Endereço eletrônico: <http://www.colegioceart.com.br>

**Colégio Total**

Rua: João Rosa Góes, 1760 - Vila Progresso  
 CEP: 79804-020  
 Telefone: (67) 3411-1800  
 Endereço eletrônico: <http://www.colegiototal.com.br>

## MENU “INFORMAÇÕES” PARTE 2

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### CENTROS RECREATIVOS

**Entreates – Espaço de Convivência Artística**

Rua: Ponta Porã, 1695 - Centro  
 Telefone: (67) 3422-1167  
 Email: entreates.meire@gmail.com

**Bubambu Academia da Criança**

Rua: Olinda Pires de Almeida, S/N, Jardim Itaipú  
 CEP: 79.824-160  
 Telefone: (67) 99641-8963

**O Quintal – Espaço da Leitura**

Rua: Ponta Porã, 2299 - Centro  
 CEP: 79825-080  
 Telefone: (67) 3033-3799

## MENU “INFORMAÇÕES” PARTE 3

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

### HOSPITAIS COM SERVIÇO DE PEDIATRIA

**HOSPITAL CASSEMS DOURADOS**

Endereço: R. Oliveira Marques, 2771 - Centro, CEP: 79805-021  
 Telefone: (67) 3410-0000

**HOSPITAL EVANGÉLICO DR. E SRA. GOLDSBY  
KING**

Endereço: R. Hilda Bergo Duarte, 81 - Centro, CEP: 79803-060  
 Telefone: (67) 3416-7800

**HOSPITAL SANTA RITA**

Endereço: R. João Vicente Ferreira, 1517 - Vila Progresso, CEP: 79824-030  
 Telefone: (67) 2108-8888

## MENU “EXPERIÊNCIAS”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

**Relatos de Servidoras Mães Primpiras**

Eu voltei a fazê atividade física, a ir pra academia, quando meu bebê tinha dois meses e as pessoas falavam assim pra mim, e eu levo ele até hoje, ele vai comigo no bebê conforto desde os dois meses: ai, eu te admiro tanto como que você teve é força pra vim e eu falei: num me admire muito não porque eu saí, eu saí, eu fui pra academia não foi porque ai eu queria meu corpo de volta, não, não foi isso. Foi porque eu com dois meses já percebi que eu já tava, a minha cabeça já tava entrando em parafuso de fica trancada dentro de casa, só eu e ele, porque meu marido saía pra trabalha, e naquela época ele tava trabalhando numa fazenda longe daqui voltava três quatro dias, e eu dentro daquela casa, só eu e ele, sem conversar com ninguém, entendeu? Foi me dando uma agonia, uma agonia, falei: não, preciso arrumar uma coisa pra fazê. Falei: eu vô pra academia. Já era um horário do dia que eu pegava o carro, saía de casa, ia pra academia, espairescia minha cabeça e na saída passava no mercado e voltava pra casa, porque eu ia fazê o que com uma criança de dois meses na rua, batê perna? Cê num vai, então era uma atividade, uma obrigação, e isso fez muito bem pra mim, fez muito bem.

— ( Servidora C, 37 anos)

Então é adaptá e ir voltando aos poucos à vida normal que eu acho isso importante pra mãe, a gente não deixa de sê o que a gente é pra sê mãe, né, sê as quatro coisas ao mesmo tempo, quatro, cinco, dez.

(Servidora C, 37 anos) —

## MENU “MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL”

INÍCIO
BENEFÍCIOS
CONVERSE
INFORMAÇÕES
EXPERIÊNCIAS
MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL
FALE CONOSCO

**Artigos e Livros Para Downloads**

- [📄 Maternidade e Redes de Apoio](#)
- [📄 A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar](#)
- [📄 Gestação e a Constituição da Maternidade](#)
- [📄 Indicadores de Adoecimento antes e após o ingresso da criança na creche](#)
- [📄 Maternidade e carreira \\_desafios frente à conciliação de papéis](#)
- [📄 Mulheres no trabalho\\_ Tendências 2016](#)
- [📄 Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil](#)
- [📄 Projetos Profissionais e/ou Maternidade](#)
- [📄 Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos](#)
- [📄 Um amor Conquistado o mito do amor materno](#)
- [📄 Vivências da Maternidade Tardia, Cotidiano e Qualidade de Vida- A perspectiva feminina](#)

**TEXTOS E MATÉRIAS**

- A maternidade vista de um ponto de vista histórico.
- A invenção do instinto materno.
- Mitos e verdades - Gravidez e o pós-parto
- Maternidade: Expectativa x Realidade
- Conheça alguns mitos que podem atrapalhar o aleitamento materno.
- 5 dicas importantes sobre introdução alimentar.
- Chegou a hora da papinha.
- Escolinha ou babá?
- Como não sofrer na volta ao trabalho depois da licença maternidade.

**BLOGS SOBRE MATERNIDADE**

## MENU “FALE CONOSCO”

[INÍCIO](#) [BENEFÍCIOS](#) [CONVERSE](#) [INFORMAÇÕES](#) [EXPERIÊNCIAS](#) [MATERNIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL](#) [FALE CONOSCO](#)

### FALE CONOSCO

Em caso de dúvidas, reclamações ou sugestões, envie-nos uma mensagem.

#### Enviar Mensagem

NOME *	EMAIL *	TELEFONE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
ASSUNTO *	SUGESTÕES	
<input type="text"/>	<input type="text" value="-- Seleccionar --"/>	
MENSAGEM *		
<input type="text"/>		

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: **O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL APÓS LICENÇA À GESTANTE PARA MÃES PRIMÍPARAS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.**

Estudo de autoria da mestranda Elisângela Romero Bruno, do Mestrado Profissional de Ensino em Saúde da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob Orientação da Profa. Dra. Ednéia Albino Nunes Cerchiari e Co-orientação da Profa. Dra. Fabiane Melo Heinen Ganassin, projeto cadastrado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O objetivo deste estudo é criar um espaço para informação, apoio e troca de experiências entre mães primíparas visando facilitar a conciliação dos papéis de profissional e mãe para servidoras técnico-administrativas da UFGD no retorno da licença à gestante. A coleta de dados nos permitirá conhecer como se dá essa conciliação de papéis para as servidoras técnico-administrativas da UFGD mães primíparas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento do questionário sóciodemográfico ocupacional e na concessão de uma entrevista a pesquisadora do projeto.

Como possíveis benefícios desta pesquisa destacamos uma melhora na saúde psíquica e social, através da melhora no cotidiano laboral como no âmbito de sua vida privada com o apoio e auxílio do ambiente virtual educativo que será disponibilizado para conciliação dos papéis de profissional e mãe. Os benefícios relacionam-se também ao reconhecimento do seu papel de profissional e mãe e a atenção dada a esse momento peculiar de sua vida que é o retorno ao trabalho após a licença à gestante.

Entre as possibilidades de riscos em participar da pesquisa estão: danos à dimensão física (cansaço, desconforto); psíquica (estresse); moral (constrangimento); intelectual (exposição do nível cognitivo). Caso ocorra algum desses riscos o participante poderá a

qualquer momento deixar de participar da pesquisa e os pesquisadores proporcionarão assistência necessária de acordo com a dimensão envolvida

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à relação com o pesquisador ou com a instituição.

Asseguramos que as informações prestadas a esta pesquisa são confidenciais e os dados após analisados serão divulgados de forma anônima não acarretando qualquer prejuízo a você ou ao seu trabalho.

Os resultados do estudo serão utilizados para posterior redação da dissertação de mestrado do Mestrado Profissional de Ensino em Saúde da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e divulgados em publicações em meios especializados.

Não haverá ressarcimento pelas entrevistas concedidas.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Declaro que após explicações sobre a pesquisa, concordo em participar.

---

**Pesquisadora Elisângela Romero Bruno:** (E-mail: [elisangelaromero@yahoo.com.br](mailto:elisangelaromero@yahoo.com.br)) Fone: (67) 3410-2780.

**Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul:**

Tel e Fax - (067) 3902-2530 / 3902-2520

E-mail: [posgraduacao@uems.br](mailto:posgraduacao@uems.br)

Endereço: Rodovia Dourados/Itahum Km 12 – Dourados-MS – CEP 79804-970

Horário de atendimento das 8h às 14h

---

**Prof. Dra. Ednéia Albino Nunes Cerchiari**  
**Orientadora**

---

**Profa. Dra. Fabiane Melo Heinen Ganassin**  
**Co-orientadora**

**Entrevistado: Nome**

---

**Assinatura** \_\_\_\_\_ Dourados, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO OCUPACIONAL



### QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO OCUPACIONAL

Nº: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Por favor, responda as questões abaixo com um X, sem deixar nenhuma em branco:

#### BLOCO I – INFORMAÇÕES SÓCIO DEMOGRÁFICAS:

1. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos.
2. **Data de Nascimento:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.
3. **Data do parto:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.
4. **Data de retorno da licença gestante:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.
5. **Tirou férias na sequência da licença à gestante:** ( ) Sim Não( )
6. **Estado Civil:**
  - 6.1 Solteira ( )
  - 6.2 Casada ( )
  - 6.3 Viúva ( )
  - 6.4 Separada ou Divorciada ( )
  - 6.5 União Estável ( )
7. **Qual sua escolaridade:**
  - 7.1 Ensino fundamental incompleto ( )
  - 7.2 Ensino médio incompleto ( )
  - 7.3 Ensino Médio completo ( )
  - 7.4 Graduação incompleta ( ) Qual? \_\_\_\_\_
  - 7.5 Graduação completa ( ) Qual? \_\_\_\_\_
  - 7.6 Pós-graduação lato sensu incompleta ( ) Qual? \_\_\_\_\_

7.7 Pós-graduação lato sensu completa ( ) Qual? \_\_\_\_\_

7.8 Pós-graduação strictu sensu (mestrado) incompleta ( ) Qual? \_\_\_\_\_

7.9 Pós-graduação strictu sensu (mestrado) completa ( ) Qual? \_\_\_\_\_

7.10 Pós-graduação strictu sensu (doutorado) incompleta ( ) Qual? \_\_\_\_\_

7.11 Pós-graduação strictu sensu (doutorado) completa ( ) Qual? \_\_\_\_\_

### **8. Mora:**

8.1 Sozinha ( )

8.2 Com o cônjuge ( )

8.3 Com os pais ( )

8.4 Com outros parentes (irmão(s), tio(s), primo(s)) ( )

8.5 Com amigo(s) ( )

8.6 Outros ( ) Qual? \_\_\_\_\_

### **9. Religião:**

9.1 Católica ( )

9.2 Evangélica ( )

9.3 Afro-brasileira ( ) Qual? \_\_\_\_\_

9.4 Sem religião ( )

9.5 Outras? ( ) Qual? \_\_\_\_\_

### **10. Renda familiar mensal:**

10.1 De 2 a 3 salários mínimos ( )

10.2 De 4 a 5 salários mínimos ( )

10.3 De 6 a 7 salários mínimos ( )

10.4 De 8 salários mínimos ou mais ( )

## **BLOCO II – CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS:**

**1. Ocupa qual cargo?** \_\_\_\_\_

### **2. Há quanto tempo trabalha na UFGD?**

2.1) Entre 6 meses a 01 ano ( )

2.2) Entre 01a 03 anos ( )

2.3) Entre 04 a 06 anos ( )

2.3) Entre 07 a 10 anos ( )

2.3) Mais de 10 anos ( )

**3. Qual sua carga horária semanal de trabalho?**

3.1) 20 horas ( )

3.2) 30 horas ( )

3.3) 40 horas ( )

3.4) Outras? Qual? \_\_\_\_\_

**4. Costuma fazer hora extra?**

4.1 Sim ( ) Com qual frequência? \_\_\_\_\_

4.2 Não ( )

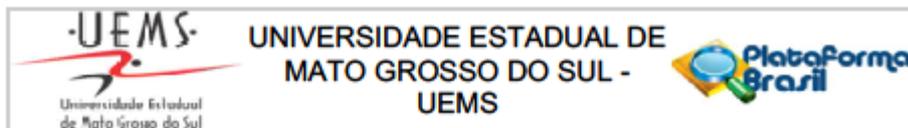
## APÊNDICE D - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA



### ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA

1. Como está sendo conciliar os papéis de profissional e mãe neste período inicial de retorno ao trabalho após licença à gestante e quais as estratégias adota para esta conciliação?
2. No que a maternidade influencia no seu cotidiano profissional e no que seu cotidiano profissional influencia na maternidade?
3. Qual a importância da carreira profissional e da maternidade em sua vida?
4. Quais as redes de apoio utiliza para o cuidado a seu filho enquanto trabalha? Quando está em casa cuida do filho sozinha ou tem apoio de terceiros?
5. O que pensa de um ambiente virtual para informação, apoio e troca de experiências entre mães primíparas no retorno ao trabalho após a licença gestante e o que considera importante que seja contemplado neste espaço?

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UEMS (CEP)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL APÓS LICENÇA À GESTANTE PARA MÃES PRIMÍPARAS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE VIRTUAL EDUCATIVO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.

**Pesquisador:** Elisângela Romero Bruno

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 58301216.2.0000.8030

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.792.489

#### Apresentação do Projeto:

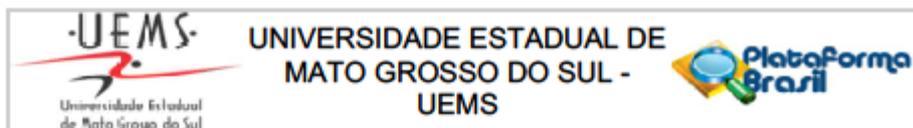
A proposta de pesquisa aborda o desenvolvimento de uma estratégia educativa com a criação de um ambiente virtual educativo para informação, apoio e troca de experiências entre mães primíparas servidoras administrativas da UFGD que retornam licença gestacional no período máximo de seis meses da data estipulada para a coleta de dados do estudo. A elaboração do ambiente virtual educativo será pautada na perspectiva de mulheres servidoras da universidade que passaram pela experiência da maternidade e enfrentaram e/ou enfrentam os desafios da conciliação dos papéis de profissional e mãe. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória tendo como estratégia o estudo de caso. Para a coleta de dados utilizará um questionário sociodemográfico e entrevistas com um roteiro semiestruturado. Para a análise e interpretação das entrevistas será utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin. Como referencial teórico utilizará a perspectiva crítico-dialética de Paulo Freire.

#### Objetivo da Pesquisa:

Geral

Criar um ambiente virtual educativo para informação, apoio e troca de experiências entre mães

<b>Endereço:</b> Rodovia Dourados Itahum 6 Km 12	<b>CEP:</b> 79.804-970
<b>Bairro:</b> cidade universitária	
<b>UF:</b> MS <b>Município:</b> DOURADOS	
<b>Telefone:</b> (67)3902-2699	<b>E-mail:</b> cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 1.792.489

primiparas visando facilitar a conciliação dos papéis de profissional e mãe de servidoras técnico-administrativas da UFGD no retorno da licença à gestante.

**Objetivos Específicos**

Conhecer o papel de mãe da servidora no contexto familiar, carga a ela atribuída e suas implicações no papel profissional.

Identificar as influências da maternidade no cotidiano profissional da servidora;

Identificar as influências do papel profissional da servidora no cotidiano da maternidade;

Identificar as redes de apoio das servidoras no cuidado ao seu filho.

Verificar a importância da maternidade e da carreira profissional para essa servidora;

Identificar as soluções encontradas pelas servidoras para conciliação dos papéis de mãe e profissional.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

aponta como possíveis benefícios a melhora na saúde psíquica e social com o apoio e auxílio do ambiente virtual educativo que será disponibilizado para conciliação dos papéis de profissional e mãe. Relacionam-se também ao reconhecimento do seu papel de profissional e mãe.

Entre as possibilidades de riscos destacam possíveis danos à dimensão física (cansaço, desconforto); psíquica (estresse); moral (constrangimento); intelectual (exposição do nível cognitivo). Caso ocorra algum desses riscos os pesquisadores proporcionarão assistência necessária de acordo com a dimensão envolvida.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta uma descrição clara da revisão bibliográfica sobre a temática.

Os objetivos estão bem descritos e definidos. A metodologia apresenta como será conduzida a coleta dos dados e análise dos dados. Apresenta os possíveis riscos e benefícios oriundos da participação no estudo, na brochura do projeto bem como no TCLE.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados.

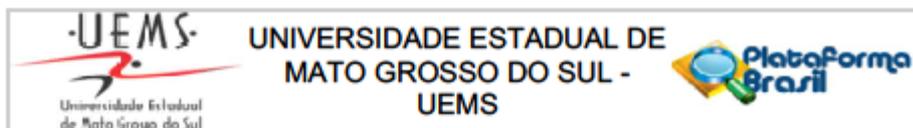
**Recomendações:**

Proposta aprovada

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Recomendo a aprovação.

<b>Endereço:</b> Rodovia Dourados Itahum 2 Km 12	
<b>Bairro:</b> cidade universitária	<b>CEP:</b> 79.804-970
<b>UF:</b> MS	<b>Município:</b> DOURADOS
<b>Telefone:</b> (67)3902-2699	<b>E-mail:</b> cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 1.792.489

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_761589.pdf	21/10/2016 21:33:38		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21/10/2016 21:31:39	Elisângela Romero Bruno	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.docx	21/10/2016 21:31:09	Elisângela Romero Bruno	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	02/08/2016 13:15:10	Elisângela Romero Bruno	Aceito
Outros	Autorizacao.PDF	31/07/2016 21:47:52	Elisângela Romero Bruno	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DOURADOS, 26 de Outubro de 2016

---

**Assinado por:**  
Cynthia de Barros Mansur  
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dourados Itahum 4 Km 12  
 Bairro: cidade universitária CEP: 79.804-970  
 UF: MS Município: DOURADOS  
 Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br

## ANEXO B - INSTRUÇÕES PARA AUTORES DA REVISTA TRABALHO & EDUCAÇÃO UFMG

### SUBMISSÕES ONLINE

Já possui um login/senha de acesso à revista Trabalho & Educação - ISSN 1516-9537?

[ACESSO](#)

Não tem login/senha?

[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

### DIRETRIZES PARA AUTORES

A **Revista Trabalho & Educação** não cobra quaisquer tipos de taxas de submissão e/ou de publicação dos artigos submetidos e os direitos autorais dos trabalhos publicados são cedidos para acesso livre, sendo que os(as) autores(as) permanecem com o direito de publicar em outros periódicos ou livros, desde que reconhecida e indicada a autoria e a publicação inicial nesta revista.

A **Revista Trabalho & Educação** publica trabalhos originais que devem ser submetidos seguindo algumas orientações básicas e levando em conta, inicialmente, que devem ser inéditos e resultantes de pesquisa.

Na análise dos trabalhos submetidos à publicação na revista serão consideradas a sua inequívoca contribuição ao debate das problemáticas propostas e à produção do conhecimento no campo de pesquisa em Trabalho e Educação.

Ao submeter os trabalhos, os autores deverão indicar a seção para a qual estão submetendo, a saber: Artigos (Dossiê e demanda contínua), Resenhas, Resumos de Dissertações ou Teses e Entrevistas. As contribuições deverão ter, **no máximo, 03 autores**, sendo que, no mínimo, um dos autores deverá possuir o **título de doutor**.

Cabe destacar que, como parte do processo de submissão, os originais devem ser encaminhados, exclusivamente, por meio da página eletrônica da revista, na qual será preciso que o(a) autor(a) esteja cadastrado(a), o que pode ser feito [aqui](#).

A pertinência para publicação será avaliada pelo Conselho Editorial e pelos Editores, no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista, e por pareceristas *ad hoc*, no que diz respeito ao conteúdo e qualidade das contribuições, as quais deverão seguir as orientações abaixo especificadas.

#### 1º Passo

Cadastro no site da revista. Isso pode ser feito clicando-se em **cadastro** no menu localizado no topo da página.

#### 2º Passo

Feito o cadastro, o(a) autor(a), ao iniciar a submissão, deverá indicar todos os dados de identificação de autoria. Esses dados deverão ser digitados diretamente nos campos apropriados da página de cadastramento do artigo e de dados do(a) autor(a) ou autores(as) no sistema da página eletrônica da revista, incluindo: (a) nome completo do(a) autor(a) ou autores; (b) endereço eletrônico para contato com os leitores; (c) breve descrição do currículo (no máximo, quatro linhas); e (d) filiação institucional. Esses dados não devem constar do arquivo com o texto do artigo enviado pela página.

O(a) autor(a) deverá ainda, indicar, **necessariamente**, no campo "Endereço Postal", que consta dos dados do seu respectivo perfil na página da Revista, um **endereço postal** para envio de correspondência impressa e um **endereço eletrônico alternativo**. Cada autor(a) receberá, quando possível, pelo menos 01 (um) exemplar do número da Revista em que seu trabalho foi publicado.

O(a) autor(a) deverá submeter **dois documentos separados**: o texto do artigo (**sem as indicações de autoria**); e um documento suplementar de acordo com as seguintes instruções:

(a) No início do **texto do artigo** indicar apenas os títulos do artigo (português e inglês), resumos e palavras-chaves nos dois idiomas, sem identificação de autoria, evitando-se ainda quaisquer identificações, direta ou indiretamente, ao longo do texto;

(b) No **documento suplementar**, indicar: (i) o título do trabalho; (ii) o nome completo do(a) autor(a) ou autores; (iii) para cada autor(a), a formação acadêmica e a instituição a que está vinculado(a), além do cargo que ocupa; (iv) endereço eletrônico e endereço

postal completo para correspondência. Quando o trabalho for escrito por mais de um(a) autor(a), é preciso ordená-los de acordo com a contribuição de cada um, com o autor principal em primeiro lugar. Caso seja adotado outro procedimento, explicitar a razão;

(e) **Informar se o texto:** (i) foi apresentado ou publicado, anteriormente, em anais de congresso; (ii) se passou pela avaliação de Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), quando for o caso; (iii) se tem financiamento de órgãos e/ou agências de fomento e quais são eles; (iv) se é resultante de pesquisa, indicando-a, expressamente;

Pede-se aos autores que verifiquem a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir, além de submeterem o texto observando o uso adequado da linguagem, o emprego de um estilo de redação claro e coerente na exposição das ideias e a realização de uma **revisão prévia, ortográfica e gramatical**.

**As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão arquivadas e devolvidas aos autores.**

**1. Artigos (Dossiê ou demanda contínua)**

As contribuições deverão observar as seguintes orientações:

1.1. Ser inédito;

1.2. Os artigos deverão conter **Título** em versalete, fonte Arial 12 pt, com o máximo de 100 caracteres, no idioma do artigo, e tradução do mesmo em itálico na língua inglesa, devendo expressar, de forma clara e precisa, o seu conteúdo geral; além dos títulos, deverão conter resumos em português (ou espanhol) e em inglês (abstract), digitados em espaço simples, fonte Arial, 10 pt, indicando os objetivos, o objeto, o quadro teórico considerado, o tipo de pesquisa/estudo realizado e as conclusões (ABNT/NBR 6028), com extensão entre 800 e 1500 caracteres, seguido de três palavras-chave e respectivas keywords separados por ponto e vírgula.

1.3. O texto deverá ter a extensão mínima de 15 e máxima de 25 páginas, incluindo as referências bibliográficas e notas; a página deverá ser em formato A4, digitadas em fonte Arial, 12 pt, **sem indicação de autoria**, com espaçamento 1,5 e escrito em português (ou espanhol), com formatação de parágrafos sem recuo e apresentado em arquivo eletrônico editável com extensão .doc;

1.4. Alguns itens a serem observados na digitação dos textos: (i) aspas duplas somente para citações diretas no corpo de texto; (ii) *itálico* para palavras com emprego não convencional e para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;

1.5. **Notas, citações e referências** em geral deverão ser formatadas de acordo com as normas da ABNT (NBR6023) e as referências a autores no decorrer do texto deverão obedecer às seguintes formas: (i) Autor (data) e/ou Autor (data, paginação); e (ii) para autores ao final de parágrafos e de citações literais as formas (AUTOR, data) e (AUTOR, data, paginação), respectivamente, tal como pode ser verificado nos artigos publicados no último número da Revista, disponível online;

1.6. As **citações literais** acima de três linhas devem ser formatadas em espaço simples, fonte Arial, corpo 10, parágrafo recuado a 1,5 cm e com a devida referência indicada ao final do mesmo, no formato (AUTOR, data, paginação) ou, caso o estilo de redação do(a) autor(a) permita, com a indicação prévia no corpo do texto no formato Autor (data, paginação).

1.7. **Ilustrações, fotos, gráficos, desenhos, quadros, tabelas**, etc. deverão restringir-se ao absolutamente necessário à clareza do texto, deverão localizar-se o mais próximo possível do trecho em que são mencionados e serem criados em preto e branco, não podendo ocupar mais do que 2/3 de uma página, além de numerados e titulados corretamente, com a devida referência (se reproduzidos de outra fonte);

1.8. Para a listagem de **Referências**, ao final dos textos, devem ser listadas apenas aquelas efetivamente utilizadas, digitadas em fonte Arial, 10 pt (também as notas de rodapé) e a indicação das obras utilizadas deve ser feita em negrito, tal como pode ser identificado nos artigos publicados no último número online. Alguns exemplos:

SILVA, João da. Título do capítulo utilizado. In: SILVA, José da. **Título da obra de referência**. Belo Horizonte: Editora, 2009. p.13-31.

SILVA, José da. **Título do livro em negrito**. Belo Horizonte: Editora, 2010.

SILVA, Luiz da. Título do artigo utilizado. **Título do periódico de referência**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.3-31, set./dez.2011.

**2. Os Resumos de Dissertações e Teses** (e respectivas traduções em inglês **ou** francês **ou** espanhol) poderão ser submetidos até um ano após a defesa. Devem vir precedidos de sua referência completa e ter extensão entre 2 e 4 páginas, digitadas em formato A4, parágrafo único, fonte Arial, corpo 12, espaço simples e margens 2,5 cm. Indicar ainda, em nota de rodapé, logo após a referência completa, o nome do(a) orientador(a) com respectiva formação acadêmica, instituição a que está afiliado(a), cargo que ocupa e endereço eletrônico. Para referência completa, utilizar o seguinte formato:

AUTOR, Nome. **Título**; subtítulo. Ano de publicação. Número de folhas [ou de páginas]. Dissertação [ou Tese] (Mestrado [ou Doutorado] em área de concentração) - Nome da Faculdade, Nome da Universidade, cidade, ano da defesa.

### 3. Resenhas

As resenhas destinam-se à descrição, ao exame e ao julgamento de obra recente (não mais que 2 anos depois do lançamento da última edição) relacionada à área de interesse do campo de pesquisa Trabalho e Educação. Deverão ser elaboradas de modo impessoal, contendo posicionamento de ordem técnica diante do objeto de análise, seguidos de um resumo do conteúdo e possível demonstração de sua importância. Essas contribuições deverão obedecer às mesmas especificações/orientações para os artigos e situar-se entre 8 e 11 páginas.

Os textos deverão conter a referência bibliográfica no início e, em folha precedida ao texto; se for o caso, título no idioma original da resenha (português ou espanhol) e em inglês, nome e dados profissionais (instituição e titulação), bem como endereço eletrônico (e-mail)

O Comitê Científico, o Conselho Editorial e os Editores se reservam o direito de **sugerir alterações nos textos originais** com o objetivo de manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, respeitando, contudo, o estilo e as opiniões dos autores, assim como realizarem pequenas alterações, visando à manutenção dos princípios de legibilidade e aceitabilidade da publicação. Da mesma forma, se reservam o direito de **cancelar a publicação de artigos aprovados**, cuja revisão final indique a necessidade de ajustes e a mesma não seja atendida pelos(as) autores(as) no prazo determinado.

As opiniões expressas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade e **os direitos autorais são cedidos à revista para fins de publicação impressa e eletrônica.**

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;
2. Os dados referentes à autoria do trabalho submetido foram, devidamente, registrados no ato da submissão e não poderão ser alterados depois de iniciado o processo de avaliação, hipótese na qual a submissão será arquivada e devolvida;
3. A identificação de autoria do trabalho foi removida do texto do artigo submetido, conforme instruções das Diretrizes para Autores, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista para avaliação cega por pares;
4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos normativos e bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores e será recusado caso essas diretrizes não sejam seguidas;
5. Os arquivos para submissão estão em programas no formato editável com extensão .doc ou compatíveis.

## DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados na REVISTA TRABALHO & EDUCAÇÃO serão usados, exclusivamente, para efeito dos processos inerentes à sua publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.